



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

JOÃO HENRIQUE PEREIRA DOS SANTOS

DO SERTÃO AO LITORAL: a economia algodoeira como elemento integrador da
capitania de Pernambuco (1780-1820)

Recife
2019

JOÃO HENRIQUE PEREIRA DOS SANTOS

DO SERTÃO AO LITORAL: a economia algodoeira como elemento integrador da
capitania de Pernambuco (1780-1820)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco como requisito para obtenção do grau de Mestre em História.

Área de concentração: História Social.

Orientador: Prof. Dr. Rômulo Luiz Xavier do Nascimento.

Recife

2019

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

- S237d Santos, João Henrique Pereira dos.
Do Sertão ao Litoral : a economia algodoeira como elemento integrador das regiões na capitania de Pernambuco (1780-1820) / João Henrique Pereira dos Santos. – 2019.
137 f. : il. ; 30 cm.
- Orientador: Prof. Dr. Rômulo Luiz Xavier do Nascimento.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2019.
Inclui referências.
1. Pernambuco - História. 2. Pernambuco - Integração econômica. 3. Produtividade agrícola. 4. Algodão. 5. Economia. I. Nascimento, Rômulo Luiz Xavier do (Orientador). II. Título.

981.34 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2020-208)

JOÃO HENRIQUE PEREIRA DOS SANTOS

**DO SERTÃO AO LITORAL: a economia algodoeira como elemento integrador da
capitania de Pernambuco (1780-1820)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco com o requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História.

Área de concentração: História Social

Aprovada em: 23 / 08/ 2019

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Rômulo Luiz Xavier do Nascimento (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof.^a Dr.^a Virgínia Maria Almoêdo de Assis (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof.^a Dr.^a Jeannie da Silva Menezes (Examinador Externo)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

A ideia de trabalhar com a temática do algodão surgiu a partir de uma sugestão do meu orientador numa conversa no corredor do Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFCH. Não sabia muita coisa sobre o assunto, mas resolvi enfrentar o desafio mesmo assim. Ao fazer algumas pesquisas sobre o tema, percebi que quase não havia nada escrito sobre este assunto, apesar do algodão ter sido tão importante para a capitania de Pernambuco. Dessa forma, tive um grande trabalho de “garimpagem” para poder montar um projeto, achar documentação e escrever um texto abordando a temática. E hoje tenho este trabalho feito sobre o assunto.

Gostaria de agradecer primeiramente a Deus por ter me dado forças para realizar esse trabalho em um curto período de tempo. Gostaria de agradecer em especial ao meu amigo Paulo Conti por ter me dado uma ajuda única ao ler e reler meus textos para a produção desta dissertação, além de me indicar e conseguir alguns livros que foram de grande importância para a produção desta dissertação. Agradeço aos meus amigos que sempre estiveram ao meu lado: Arthur Danilo, Maria Gilca Caraciolo, Marília Lima, Bruno Gomes, Jéssica Vasconcelos entre tantos outros.

Agradeço a Associação dos Docentes da UFPE (ADUFEPE), pela dispensa do trabalho para cursar as disciplinas, em especial aos professores Audísio Costa, Augusto Barreto e José Edeson Siqueira. As professoras Jeannie Menezes e Virgínia Almôedo, por terem aceitado estar na minha banca e por terem sido compreensivas e precisas na análise deste trabalho. Enfim, a todos que de alguma forma me ajudaram na produção desta dissertação. Espero que esta dissertação sirva de parâmetro para estudos futuros sobre o tema.

RESUMO

O presente trabalho tem por finalidade estudar o desenvolvimento da produção e exportação de algodão em finais do século XVIII e início do século XIX mostrando o algodão como elemento de integração entre as regiões da capitania de Pernambuco. Durante muito tempo, o açúcar foi o principal produto de exportação de Pernambuco e sua produção estava concentrada na zona da mata. No século XVIII, no entanto, a produção de algodão despontou e se espalhou por vastos territórios da capitania se expandindo desde o litoral até as regiões mais interioranas de Pernambuco. A cultura não ficou restrita a esta capitania, expandindo-se também para as vizinhas, muitas delas anexas (Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte e Alagoas como parte integrante do território pernambucano) a Pernambuco neste período. Sendo assim, terras que antes eram subutilizadas passaram a fazer parte de uma economia dinâmica que estava inserida ao mercado internacional. O algodão ajudou a Pernambuco a manter uma hegemonia na região Nordeste, hegemonia que permanece até a atualidade.

Palavras-chave: Algodão. Sertão. Integração. Pernambuco.

ABSTRACT

This paper aims to study the development of cotton production and export in the late 18th and early 19th centuries, showing cotton as an element of integration between the regions of the captaincy of Pernambuco. For a long time, sugar was the main export product of Pernambuco and its production was concentrated in the forest area. In the 18th century, however, cotton production emerged and spread over vast territories of the captaincy, expanding from the coast to the most inland regions of Pernambuco. Culture was not restricted to this captaincy, but also expanded to its neighbors, many of them annexed (Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte and Alagoas as an integral part of the Pernambuco territory) to Pernambuco in this period. Thus, lands that were previously underutilized became part of a dynamic economy that was inserted in the international market. Cotton helped Pernambuco to maintain a hegemony in the Northeast region, a hegemony that remains until today.

Keywords: Cotton. Sertão. Integration. Pernambuco.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	8
2	O PODER QUE EMANA DO NORTE: PERNAMBUCO, UMA CAPITANIA CENTRALIZADORA.....	19
2.1	A proeminência de Pernambuco no nordeste oriental do Brasil e as capitanias anexas.....	19
2.2	O porto do Recife.....	32
2.3	O algodão antes do século XVIII e a interiorização do território pernambucano	41
3	ASPECTOS DE MERCADO E A REGULAÇÃO DO ALGODÃO PELA COROA PORTUGUESA NOS SÉCULOS XVIII E XIX	54
3.1	Monopólio pelo “bem do comércio”: a Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba (1759-1780)	54
3.1.1	O algodão sob a Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba	64
3.2	As mesas de inspeção [do algodão]	69
4	O “FIM DOS TEMPOS LETÁRGICOS”	88
4.1	A quebra da supremacia do açúcar e a ascensão do algodão na economia pernambucana.....	88
4.2	A escravidão, o tráfico de africanos para Pernambuco e os escravos do algodão	108
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	125
	REFERÊNCIAS.....	127

1 INTRODUÇÃO

A história da capitania de Pernambuco esteve muito ligada à produção e exportação do açúcar para o mercado exterior caracterizando-a como uma produção de *plantation*. O sucesso adquirido com a produção nas ilhas atlânticas serviu de modelo para que Portugal trouxesse esse gênero para sua incipiente colônia já no século XVI¹. O solo pernambucano, principalmente o da zona da mata, era propício para a cultura canavieira e graças a isso, em pouco tempo o açúcar produzido neste lugar, começava a chegar aos portos da Europa tendo grande aceitação nos mercados daquele continente durante um bom tempo².

A importância do açúcar é inegável para a história de Pernambuco. Todavia, houve outro produto que também teve grande importância para esta capitania e durante certo período, foi um dos maiores responsáveis por seu crescimento econômico: o algodão. O algodão foi responsável pelo crescimento da economia pernambucana em um momento de fragilidade da exportação de açúcar em decorrência da concorrência estrangeira. Este gênero ganhou maior importância no início do século XIX chegando a rivalizar com o açúcar como produto de exportação³.

Este trabalho visa, antes de tudo, chamar a atenção para um tema quase esquecido pela maioria dos historiadores. A explicação para este fato talvez esteja no foco dado ao estudo do açúcar. A importância do algodão para Pernambuco pode ser notada em sua representação ao lado da cana de açúcar no brasão do Estado, todavia, como anteriormente falado, o grande foco dos trabalhos historiográficos esteve sempre voltado para a cana de açúcar. Por isso este trabalho visa a contribuir para a ampliação do estudo de um gênero tão importante, não só para Pernambuco, mas para o Brasil como um todo. Vejamos o porquê.

O algodão é atualmente a principal matéria-prima usada na confecção de roupas no mundo. Apesar de utilizado desde a pré-história, só ganhou grande importância durante o período da revolução industrial, no século XVIII, quando os ingleses tomaram a vanguarda da produção industrial mundial. Daquele momento para cá a produção de algodão se expandiu pelo mundo tornando-o um dos mais demandados gêneros da economia mundial. No período da revolução industrial, muitas cidades enriqueceram em torno do algodão.

¹ SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 24-25.

² SCHWARTZ, Stuart B. Op Cit, 1988, p. 33.

³ BARBOSA, Maria do Socorro Ferraz. **Com açúcar, sem café**. Revista Clio: Série História do Nordeste, Recife. vol. 1 nº14 79-98, 1993, p. 93.

Em relação ao Brasil, o algodão é um dos principais produtos agrícolas exportados atualmente por este país. O Brasil ocupa a 5ª posição entre os maiores exportadores mundiais deste gênero, ficando atrás apenas da Índia, China, EUA e Paquistão. De acordo com os dados do Conab de 2017:

a fibra de algodão é a principal matéria-prima da indústria têxtil brasileira e mundial, mesmo diante da crescente concorrência com as fibras sintéticas. Seu subproduto, o caroço, representa importante fonte energética, podendo ser utilizado de forma in natura para alimentação animal ou esmagado, permitindo a elaboração de subprodutos importantes, tais como a torta para ração animal e o óleo, utilizado pela indústria de gênero alimentício, de combustíveis, entre outros. O algodão é um produto de extrema importância socioeconômica para o país. Além de ser a mais significativa fonte natural de fibras, toda a cadeia que envolve o produto e seus derivados é uma importante fonte de renda e empregos⁴.

De acordo com Eric Willams, o algodão se tornou “o rei da Revolução Industrial”.⁵ Este produto foi elevado a um patamar que jamais iria perder. Tornou-se uma espécie de “ouro branco” sendo matéria-prima principal na confecção de roupas usadas em todas as partes do mundo. Mas o que é o algodão? o algodão é uma planta típica das regiões tropicais. Por não precisar de grandes exigências no que concerne ao clima ou ao solo, ele pode ser cultivado em praticamente todos os continentes. Constitui-se de uma fibra de cor branca ou esbranquiçada obtida dos frutos de certas espécies do gênero *Gossypium*. Há indícios que este gênero tenha surgido acerca de 12,5 milhões de anos em algumas regiões primárias: Kimberley (Austrália), nas Penínsulas Somália e Arábica e outras partes da África e Ásia; e também na região centro-ocidental do sul do México. Já o outro ramo do algodoeiro, o gênero *Gossypieae* tem sua origem ainda mais anterior remontando aos 20 milhões de anos⁶.

Como se pode perceber a maior parte das espécies do algodoeiro tem suas origens em “regiões tropicais e subtropicais de baixa latitude, e tendem a ocorrer em ambientes relativamente áridos e eventualmente, extremamente áridos”⁷. No Brasil, segundo José Ribeiro Júnior, predomina a espécie *Gossypium Barbadosense*, assim como em toda a América do Sul. Especificamente no Nordeste o gênero mais apreciado é o *Seridó* ou *Mocó* que é bastante comum em estados como Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará; pois este é bastante resistente

⁴ Dados do Conab - Companhia Nacional de Abastecimento – 2017/2018.

⁵ WILLAMS, Eric. **Capitalismo e escravidão**. Editora Americana, Rio de Janeiro, 1975, p. 117.

⁶ ECHER, Fábio Rafael. **O algodoeiro e os estresses abióticos**: temperatura, luz, água e nutrientes. Instituto Mato-Grossense do Algodão – IMAmt. Cuiabá (MT), 2014, p. 9.

⁷ ECHER, Fábio Rafael. Op Cit. 2014, p. 9.

ao solo e ao clima secos. Com o tempo as espécies nativas de algodão foram sendo substituídas pela *Caiena* e *Crioula*, principalmente em finais do século XVIII⁸.

A temática proposta neste trabalho é abordada de maneira esparsa nas mais variadas bibliografias. O que se pode encontrar são fragmentos ou no máximo algum artigo voltado ao assunto. É interessante notar como um tema tão importante para a história do Pernambuco não tenha sido privilegiado por parte dos historiadores pernambucanos. A expansão da lavoura algodoeira em fins do século XVIII e início do XIX representou um dos momentos mais importantes economicamente da história do Estado. Todavia, nenhum trabalho foi feito deixando uma grande lacuna que necessita ser preenchida. Observemos agora algumas obras onde o tema do algodão foi de certa forma abordado.

Em 1981, José Ribeiro Júnior publicou na *Revista Brasileira de História* um artigo intitulado *A economia algodoeira em Pernambuco: da colônia à Independência* onde o historiador trabalhou de forma resumida a economia do algodão no Pernambuco colonial e imperial. Em *Colonização e monopólio no nordeste brasileiro: a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (1759-1780)* ele intentou a possibilidade de execução de um trabalho posterior sobre a economia algodoeira entre os anos de 1780 a 1831, sem, no entanto, ter sido realizado tal objetivo. Talvez se tivesse sido feito, teríamos hoje uma grande obra sobre o assunto.

Em *História Geral da Civilização Brasileira*, coleção organizada por Sérgio Buarque de Holanda, com primeira edição, em 1960, o tema da grande lavoura algodoeira do fim do século XVIII foi abordado. De acordo com este livro, a lavoura do algodão foi a terceira mais importante na pauta de exportação do período colonial. José Jobson de Arruda, por sua vez, a apontou como a segunda⁹.

Divergências à parte, o certo é que a economia do algodão representou um dos momentos mais importantes do período colonial brasileiro. No tomo I *História Geral da Civilização Brasileira* podemos observar que o tema algodão foi trabalhado, todavia de maneira muito curta e de forma muito geral. Os subtítulos como “A grande lavoura do algodão”, “O algodão e o mercado internacional do século XVIII” e o “Plantio e colheita do algodão” foram estudados de maneira ampla sem muito aprofundamento. O objetivo deste trabalho é justamente aprofundar-se sobre os pormenores do *boom* algodoeiro que envolveu economicamente não

⁸ RIBEIRO JR., José. 1981. **A economia algodoeira em Pernambuco: da colônia à Independência**, Revista Brasileira de História, vol. 2, (set. 1981) nº 1, pp. 235-242., p. 235.

⁹ ARRUDA, José Jobson de Andrade. **O Brasil no Comércio Colonial**. São Paulo: Ática, 1980, p. 364.

apenas Pernambuco, mas outras capitanias “nordestinas”, preenchendo algumas lacunas no que tange a história do algodão no Brasil.

O artigo *Com Açúcar, Sem Café* da historiadora pernambucana Socorro Ferraz Barbosa, publicado inicialmente na *Revista Clio*, em 1993 e posteriormente no livro *Liberais e Liberais*, também tratou do algodão, mas de maneira muito vaga, pois o objetivo do artigo era fazer uma análise da economia de Pernambuco no início de século XIX e comparar a situação dos comerciantes da praça do Recife com os comerciantes da praça do Rio de Janeiro. Mesmo sem ter o algodão como foco, a análise da historiadora pernambucana sobre o comércio no século XIX das capitanias de Pernambuco e do Rio de Janeiro não poderia deixar passar despercebido a exportação do algodão.

Em *O Brasil no Comércio Colonial*, José Jobson de Arruda trouxe uma abordagem um pouco maior que a de Socorro Ferraz. Este livro, que teve como origem sua tese de doutorado apresentada em 1973, na USP, faz uma avaliação do significado econômico do Brasil dentro do império ultramarino português. No livro José Jobson de Arruda utilizou técnicas quantitativas para analisar as relações comerciais de Portugal com suas colônias e com outras nações estrangeiras. Em poucas páginas, contendo algumas tabelas, Arruda analisou a exportação ascendente do algodão brasileiro no período colonial. Segundo o autor, o algodão foi o segundo produto mais importante de exportação no período colonial e que o algodão baiano e pernambucano eram os que conseguiam os melhores preços por causa de sua qualidade superior em relação aos de outras regiões. Apesar de mencionar a importância do algodão pernambucano para a balança comercial do Brasil, não houve uma análise mais minuciosa sobre este assunto.

Em *Formação Econômica do Brasil*, na parte em que tratou da Grande Lavoura, Caio Prado Júnior fez uma abordagem mais detalhada sobre a lavoura do algodão. Ele destacou que o açúcar sempre foi o principal gênero exportado pelo Brasil, mas que em finais do século XVIII o algodão se emparelhou a ele chegando mesmo a superá-lo. Caio Prado Júnior trabalhou um pouco mais o assunto neste livro se comparado com outras obras. Ele destacou a importância do algodão para a economia internacional no fim do século XVIII. As exportações do algodão brasileiro, em especial, o pernambucano, ganharam uma projeção inédita neste período. Mas, mesmo com esta maior abordagem, Caio Prado Jr não privilegiou a importância das exportações de Pernambuco.

Na *História Geral da Agricultura Brasileira*, de Luís Amaral, publicado em 1958 pela Companhia Editorial Nacional podemos encontrar um capítulo dedicado ao algodão, mais especificamente o capítulo III do II volume. O livro de Luís Amaral, como o próprio nome sugere, faz um apanhado histórico sobre a agricultura brasileira através do tempo. O Brasil, que

sempre foi um país agrícola, teve como carro chefe de sua economia, muitos produtos vegetais que foram responsáveis pelo enriquecimento da colônia que passou a ser no século XVII a joia da coroa portuguesa. O pau-brasil era monopólio régio tamanho o lucro que dava na Europa. A cana de açúcar fez do Brasil o maior exportador do mundo deste produto assim como o Nordeste do Brasil se tornou uma das regiões mais ricas do planeta. O tabaco era utilizado como moeda de troca na compra dos escravos, essenciais para a produção de quase tudo no país. O algodão só ganhou importância a partir do século XVIII, mesmo já sendo exportado desde o início da colonização. A ele Luís Amaral dedicou, como já mencionado, um capítulo, pois o autor sabia de sua importância para a economia do Brasil.

Em outras obras podemos encontrar referências ao algodão, mas nada muito aprofundado. Em *Nordeste 1817 Estruturas e Argumentos*, logo no início de seu livro, Carlos Guilherme Mota abordou de forma muito rápida a importância do algodão para a economia de Pernambuco, e destacou que a Revolução de 1817 ocorreu em um momento de crise econômica. Glacyra Lazzari Leite em *Pernambuco 1817: estrutura e comportamentos sociais* também nos deu algumas informações sobre a cultura do algodão no período pré-revolução de 1817, sem muito se aprofundar no tema. O algodão era o principal produto exportado por Pernambuco nas duas primeiras décadas do século XIX e os plantadores de algodão da zona da mata norte estiveram envolvidos no movimento revolucionário. Dessa forma, não poderiam os autores supracitados deixar de falar sobre o algodão neste período, pois era este o carro-chefe da economia pernambucana.

Os historiadores pernambucanos Manoel de Oliveira Lima e Francisco Augusto Pereira da Costa não deixaram de mencionar em seus trabalhos a temática do algodão. Eles não foram alheios aos grandes lucros que a capitania de Pernambuco conseguiu com as exportações de algodão. Em *Pernambuco seu desenvolvimento histórico*, Oliveira Lima disse que a economia pernambucana se recuperou, após os impactos negativos ocasionados pela atuação da Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba, graças a melhora dos preços de dois dos principais gêneros exportados pela capitania, o algodão e o açúcar. Destarte nos diz Oliveira Lima:

Data igualmente do começo do século XIX o levantamento de Pernambuco, aliás favorecido pelas guerras napoleônicas, aniquilamento possessão de São Domingos e desastres das colônias hespanholas e inglesas – o que tudo redundou em melhora de preços para os seus generos de exportação que, afóra paú brasil, fumo, couros e madeiras de construção consistiam principalmente

em algodão remetido para a Inglaterra, e assucar enviado para Lisboa e Estados Unidos, lugar ultimo onde tambem se consumia a aguardente¹⁰.

Pereira da Costa, por sua vez, não deixou de abordar a temática em seus *Anais Pernambucanos*. Tratando dos primeiros decênios do século XIX, ele apresentou alguns números de exportação do algodão além da valoração de tal produto na Praça de Londres, pois eram os ingleses os principais importadores da herbácea. O historiador pernambucano se baseou em dados oficiais, como os “mapas apresentados à alfândega pelos capitães dos navios” para apresentar o número de fardos exportados por Pernambuco no período. Mas, como bem salientou Pereira da Costa, esses dados oficiais são falhos. Ele mostrou, então, nos *Anais* os dados levantados por Henry Koster, o viajante inglês que veio para Pernambuco no início do século XIX e que acompanhou de perto o *boom* da exportação do algodão; e que parecem ser mais precisos que os dados oficiais. Pereira da Costa aborda ainda outros aspectos deste período, mas sobre isto trataremos mais à frente.

Pereira da Costa publicou em 1916 um escrito sobre a cotonicultura pernambucana. Em *O algodão em Pernambuco vista histórico-retrospectiva*, o historiador pernambucano analisou os pormenores “sobre a cultura do algodoeiro em Pernambuco, e particularmente do indígena, em todo o país, a partir das suas primeiras explorações no alvorecer do século XVI”. Em julho deste mesmo ano (1916) foi apresentado na Conferência Algodoeira do Rio de Janeiro a monografia intitulada *O algodão e a sua indústria em Pernambuco* por Apolônio Peres, representante da lavoura de Pernambuco nesta Conferência.

O historiador José Antônio Gonsalves de Mello em *Manuel Arruda da Câmara, obras reunidas* também abordou o tema do algodão. Esta obra é uma compilação das produções realizadas pelo padre paraibano Manuel Arruda da Câmara. Este religioso fez um relatório intitulado *Memória sobre a cultura dos algodoeiros* publicado em Lisboa, em 1799, onde ele exaltou a cultura do algodão que se desenvolvia de maneira rápida no Pernambuco de fins do século XVIII. Ao comentar o *Memórias* de Arruda da Câmara, Gonsalves de Mello tocou de forma involuntária na temática do algodão. O objetivo da obra de Gonsalves de Mello não é o algodão, mas a obra do padre paraibano. Todavia, *Manuel Arruda da Câmara, obras reunidas* traz trechos importantes sobre a cultura algodoeira neste período que se torna referência importante para quem pretende estudar o tema.

Mais recentemente, Evaldo Cabral de Mello em *A Ferida de Narciso (2001)*, um ensaio de história regional, trabalhou em algumas páginas o tema algodão. O historiador

¹⁰ OLIVEIRA LIMA, Manoel de. **Pernambuco**: seu desenvolvimento histórico. Editora CEPE, 1975, p. 221.

pernambucano destacou que o *boom* algodoeiro rompeu com a preponderância da cultura canavieira. Ao contrário da cana de açúcar, presa as plagas próximas ao litoral, o algodão se espalhou sertão adentro ocupando áreas áridas e semiáridas que antes não tinham muita serventia. O algodão fez com que Pernambuco experimentasse um novo momento de prosperidade onde muitos dos que antes estavam empregados na lavoura do açúcar fossem inseridos na lavoura algodoeira.

No ano seguinte (2002), Evaldo Cabral publicou um artigo na revista *Continente* comparando aspectos geoclimatológicos, político e econômicos das zonas da mata norte e sul de Pernambuco. Na verdade, esse debate sobre a diferença entre as matas ele já havia sido feita na introdução de *Rubro Veio* onde o autor chamou a atenção para essas diferenças existentes entre as duas regiões. É no século XIX que o algodão ultrapassou o açúcar em importância e se tornou o principal produto exportado por esta capitania descentralizando a importância que sempre esteve ligada a zona açucareira e se tornando um fator integrador entre as zonas mais sertanejas e as regiões mais próximas ao litoral.

Também é possível encontrar informações sobre algodão em outra obra de Evaldo Cabral de Mello. *A Outra Independência. O federalismo pernambucano de 1817 a 1824* (2004) tratou do federalismo pernambucano no período entre 1817 e 1824, período este de grande agitação político-social em Pernambuco. Evaldo Cabral de Mello fez uma análise contextual dessa época abordando a relação da aristocracia do açúcar e a nova aristocracia do algodão nos movimentos nativistas que eclodiram em Pernambuco. A maré de dinheiro conseguido com a exportação do açúcar e principalmente do algodão foi um dos responsáveis pelo suporte financeiro que sustentou as revoltas na capitania (1817) e na província (1824) de Pernambuco.

Em 2004 foi publicado pela editora da Universidade de Brasília o livro *Campesinato e escravidão no Brasil – agricultores livres e pobres na Capitania Geral de Pernambuco (1700-1817)*, do historiador norte-americano Guillermo Pallacios e traduzido por Walter Sotomayor. Neste livro, o historiador tratou da questão dos trabalhadores livres pobres na região do Nordeste oriental. Muitos desses, na segunda metade do século XVIII se dedicaram a lavoura do algodão. dessa forma, Pallacios tratou bastante sobre a temática trazendo contribuições importantes para o estudo do algodão.

José Jobson de Arruda publicou, em 2016, o artigo intitulado *O algodão brasileiro na época da revolução industrial* onde ele fez uma excelente análise sobre a importância do algodão na pauta de exportação brasileira. O algodão foi o principal produto para o desenvolvimento da primeira revolução industrial. Não apenas a Inglaterra se beneficiou do *boom* algodoeiro da segunda metade do século XVIII e início do XIX, mas também Portugal e

França. O artigo, no entanto, deixou uma lacuna, em relação a importância de Pernambuco neste processo.

Em 2017 encontramos a dissertação de Felipe Souza Melo intitulada *O negócio de Pernambuco: financiamento, comércio e transporte na segunda metade do século XVIII*. Este trabalho traz muita informação sobre a produção, transporte e exportação de algodão em Pernambuco na segunda metade do século XVIII e início do XIX. É um amplo trabalho de pesquisa com muitos anexos que mostra uma certa tendência nos últimos anos de aumento nas pesquisas sobre o algodão no Brasil. Em outros países, como Inglaterra e Estados Unidos os estudos sobre o tema já estão mais consolidados. Posteriormente Felipe Melo juntamente com Diego de Cambraia publicaram o artigo *O algodão do Brasil e a economia atlântica: comparações entre Maranhão e Pernambuco (c.1750-c.1810)*, onde fazem um comparativo entre as duas principais capitanias produtoras de algodão do Brasil: o Maranhão e Pernambuco.

No que concerne aos capítulos, eles foram divididos em três. No primeiro trataremos sobre a proeminência de Pernambuco na região do nordeste oriental do Brasil. Pernambuco desde os primeiros tempos da colonização se destacou como capitania importante na região norte do Brasil. Foi por essa região que se espalhou e se desenvolveu a lavoura algodoeira no século XVIII. Mas destacamos que a produção de algodão podia ser encontrada em outros espaços geográficos do Brasil.

Os atuais estados do Ceará, Paraíba, Alagoas e Rio Grande do Norte estavam inseridos em um contexto de influência e dependência a capitania de Pernambuco na maior parte de sua história. Dessa forma, no primeiro capítulo deste trabalho abordaremos a importância de Pernambuco na região bem como a sujeição das outras capitanias ao poder de Pernambuco e como isso implicou no desenvolvimento mais rápido da cultura do algodão nessas plagas. Salientamos também que utilizaremos termos com suas acepções modernas como “Nordeste”, “Sertão”, “Agreste” e “Zona da Mata” entre outros; para facilitar melhor o entendimento do leitor.

O porto do Recife, que é o tema do nosso segundo tópico, foi um instrumento que auxiliou na hegemonia que Pernambuco exerceu sobre a região. Pelo porto do Recife era escoada a maioria da produção de algodão que era trazido das regiões mais interioranas da capitania e também do Nordeste. No século XVIII muito do algodão exportado por Pernambuco tinha origem no Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. Alagoas, então parte integrada do território de Pernambuco, também era outro grande fornecedor de algodão que passava pelo porto do Recife. Os portos eram o principal meio de comunicação entre as capitanias e o reino. Eram por eles que era escoado tudo o que se produzia na colônia como também eram por eles

que entravam as mercadorias importadas do reino e também muito contrabando de produtos estrangeiros.

No último tópico do primeiro capítulo deste trabalho, vamos observar como o algodão serviu de elemento para a interiorização do território nordestino. Os portugueses, que durante muito tempo permaneceram estabelecidos nas terras próximas ao litoral, com o advento do algodão em fins do século XVIII passaram a ocupar de forma mais intensa o interior da capitania onde plantavam algodão, pois eram locais mais propícios para a produção deste gênero. O clima semiárido do Nordeste era perfeito para a cotonicultura fazendo desta região a mais importante produtora de algodão do Brasil colônia sendo as capitanias de Pernambuco, Maranhão e Bahia as principais responsáveis pelo sucesso da produção. Antes do algodão, apenas a criação de gado fez com que os portugueses se deslocassem do litoral para o sertão. Mais ao sul, foi o ouro que contribuiu para este processo no século XVIII e antes disso, as expedições dos bandeirantes foram responsáveis pelo surgimento de muitas vilas nas terras interioranas do Brasil. Todavia, muitas expedições análogas a dos bandeirantes no Sudeste-Sul do Brasil também ocorreram no Nordeste.

No segundo capítulo analisamos a “febre” que o algodão causou entre os moradores do Nordeste oriental. A “ambição do algodão” como se referiu um dos representantes da Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba realmente tomou conta das populações voltadas para a agricultura que, no lugar de produzirem gêneros de primeira necessidade, passaram a cultivar o algodão com o objetivo de obter lucros, pois em fins do século XVIII o algodão era um produto altamente valorizado no mercado internacional. Esse desvio de produção acarretou falta de alimentos na região, o que trouxe sérios problemas para a própria população e para as autoridades locais, que eram pressionadas a resolver o problema.

Em seguida tratamos da Mesa de Inspeção. As Mesas de Inspeção foram criadas no contexto das reformas pombalinas. Eram instrumentos de controle de produtos e arrecadação de impostos e foram implantadas nos principais portos do Brasil: Salvador, Rio de Janeiro, São Luís e Recife. A princípio, o algodão ficou subordinado a Mesa de Inspeção do Açúcar e do Tabaco. O tabaco e o açúcar eram dois dos principais gêneros produzidos no Brasil. O açúcar foi o principal produto exportado pelo Brasil durante toda a história da colônia. O tabaco era produzido para ser exportado para a Metrópole, mas era principalmente utilizado no tráfico de escravos. O algodão, quando de seu advento, foi inserido nas Mesas que já existiam, sendo apenas criado um órgão específico para o algodão somente no século XIX.

Para completar o segundo capítulo, abordaremos a vigência da Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba analisando os “primeiros” anos de desenvolvimento da

cotonicultura na capitania de Pernambuco. Apesar do algodão já ter sido cultivado desde o período pré-colonial, foi somente no século XVIII que ele adquiriu uma importância extremamente significativa para a economia mundial.

As Companhias de Comércio tinham o monopólio sobre a região de atuação. Na Bahia e no Rio de Janeiro houve tentativas de se implantar tais companhias, mas não lograram êxito. Em Pernambuco e no Maranhão elas foram implantadas com o tempo de vigência de vinte anos podendo ser prorrogado este prazo. As companhias também se encaixam no contexto das reformas promovidas por Sebastião José de Carvalho e Melo, o futuro Marquês de Pombal. No Maranhão, mais que em Pernambuco, a companhia trouxe alguns benefícios, como a melhora no fornecimento de mão de obra africana. Em Pernambuco, foi com a Companhia que se teve os primeiros impulsos dirigidos por uma instituição, apesar da cultura do algodão só ter deslanchado com o fim dela em 1780.

No terceiro capítulo deste trabalho, abordaremos dois tópicos. O primeiro é a quebra da hegemonia do açúcar na região bem como a importância do algodão em fins do século XVIII e início do século XIX. O algodão foi aos poucos tomando conta da pauta de exportação da capitania de Pernambuco superando o açúcar que era historicamente o principal gênero exportado por Pernambuco. Muitos produtores de açúcar passaram a produzir algodão e outros passaram a investir nos dois gêneros. O algodão era um produto que exigia poucos recursos para a sua produção e que no período estava dando grandes lucros graças a sua alta demanda no mercado internacional. Sendo assim, até pelo menos 1820 o algodão vai ter expressiva importância na economia pernambucana havendo nas décadas seguintes oscilado muito o seu preço.

Em um último momento abordaremos o tráfico de escravos para Pernambuco e a presença deles na produção de algodão. Pernambuco foi historicamente um dos maiores importadores de escravos das Américas. O porto do Recife era a principal rota de entrada de africanos que eram deslocados para trabalhar compulsoriamente nas plantações de açúcar, mais a leste e nas plantações de algodão, localizadas principalmente no Agreste e no Sertão.

Foi nas primeiras décadas do século XIX que ocorreu o auge da entrada de escravos em Pernambuco. Muitos desses escravos que vieram parar em Pernambuco possivelmente teve como capital de financiamento o dinheiro adquirido com a venda de algodão. Muita mão de obra escrava foi implantada nas fazendas voltadas a cotonicultura onde havia uma predominância do trabalhador livre. Dessa forma, escravos e trabalhadores coexistiram dentro de um mesmo sistema que tinha por finalidade a produção de gêneros para o mercado internacional. O trabalho escravo foi essencial para a lavoura do algodão que demandava por

muita mão de obra, pois era o gênero mais procurado pelas fábricas têxteis inglesas e francesas no período aqui estudado. Dessa forma, esperamos ter contribuído para um melhor entendimento do que significou a cultura do algodão para a capitania de Pernambuco entre 1780-1820.

2 O PODER QUE EMANA DO NORTE: PERNAMBUCO, UMA CAPITANIA CENTRALIZADORA

Neste capítulo serão tratados a hegemonia exercida pela capitania de Pernambuco na região oriental do Brasil bem como a importância do porto do Recife nesse processo e a interiorização da capitania nos primeiros séculos de sua história.

2.1 A proeminência de Pernambuco e as capitanias anexas

O atual território de Pernambuco é um dos menores da federação. Todavia, nem sempre foi assim. Durante o início de sua história, o território pernambucano englobava espaços que na atualidade pertencem a outros entes federativos. Mas o “Pernambuco colonial não foi o mesmo ao longo dos séculos de colonização”¹¹. O território crescia e diminuía de acordo com a dinâmica política por que passou o Brasil ao longo dos mais de trezentos anos de período colonial. Pernambuco ocupou um espaço hegemônico dentro da América portuguesa exercendo uma centralidade importante para o desenvolvimento da região e da cultura do algodão, tema deste trabalho.

Pernambuco foi durante um bom tempo a capitania mais rentável do Brasil¹². Era uma capitania particular com uma rica indústria açucareira que acabou por criar uma poderosa elite colonial. Através de alianças e guerras contra os indígenas, a capitania foi aumentando seu território ampliando, dessa forma, as terras agricultáveis para a lavoura açucareira. No período inicial da colonização, além do açúcar, carro chefe da economia, em Pernambuco era explorado e exportado também o pau-brasil e o algodão, gêneros bastante abundantes nessa região.

A América Portuguesa, em fins do século XVI e início do XVII, poderia ser resumida em duas regiões: Pernambuco e Bahia. O açúcar foi o principal responsável por esta importância. O Brasil, entre 1550 e 1670, “tornou-se o principal produtor de açúcar do mundo atlântico”¹³, e as duas capitanias citadas eram as maiores produtoras deste gênero. De acordo com Stuart Schwartz, “o Recôncavo baiano e a várzea de Pernambuco tinham os solos adequados”¹⁴, bem como rios importantes que ajudavam tanto na fertilidade do solo, essencial para o desenvolvimento da cana, como também no escoamento da produção de açúcar.

¹¹ CHAVES JR, José Inaldo. **As capitanias de Pernambuco e a construção dos territórios e das jurisdições na América portuguesa (século XVIII)**. Tese de doutorado em História, UFF, 2017, p. 30.

¹² MELLO, Evaldo Cabral de. **Olinda Restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654**. São Paulo, ed. 34, p. 40.

¹³ SCHWARTZ, Stuart. **O Nordeste açucareiro no Brasil colonial**. O Brasil colonial. (org. João Fragoso & Maria de Fátima Gouvêa), p. 2014, p. 338.

¹⁴ SCHWARTZ, Stuart. Op Cit, p. 2014, p. 338.

Em algumas correspondências oficiais enviadas ao Reino pode-se observar o destaque dado por parte de algumas autoridades coloniais sobre a capitania de Pernambuco. Um importante exemplo disso foi uma carta enviada a Coroa em 1610 pelo governador-geral do Brasil, D. Diogo de Menezes, onde ele disse: “para fundamento disto saiba V. M. de que no Brasil não ha mais q este lugar de pernambuco e o da bahia e deles pende todo o gouerno e machina que qua ha e mais neste...”¹⁵. As outras capitanias neste período eram economicamente inexpressivas, todavia, Pernambuco vai ser sempre uma capitania de relevo durante todo o período colonial.

O açúcar produzido por Pernambuco era escoado pelo porto do Recife. Este porto era um dos mais movimentados da colônia. Para ele se dirigiam navios originários da Europa, Ásia e África. Os neerlandeses, a partir de 1580, entraram pacificamente no “comércio de transporte do Brasil”.¹⁶ Foram os responsáveis pelo refino e distribuição no mercado europeu do açúcar produzido em Pernambuco. Pouco tempo depois da União Ibérica esse comércio foi interrompido, pois os espanhóis estavam em guerra com os neerlandeses. Este fato ocasionaria a invasão da Bahia, em 1624, e a invasão de Pernambuco, em 1630 pelos Companhia das Índias Ocidentais (WIC), originária dos Países Baixos.

O norte do Brasil era a região mais significativa da colônia nos séculos XVI e XVII, pois lá estava localizada além da sua capital também seu centro financeiro. Devido as ameaças imposta por outros povos europeus ao domínio do território a Coroa portuguesa decidiu estabelecer o governo geral no Brasil, em 1549. Foi nesse mesmo ano que foi fundada a vila de Salvador que figurou como capital da colônia até a segunda metade do século XVIII.

Com a morte de Mem de Sá, terceiro governador geral do Brasil, em 1572, a colônia foi dividida em dois governos-gerais: um ao norte e outro ao sul. As capitanias do norte ficaram sob responsabilidade de Luís Brito de Almeida e as do sul foram delegadas a Antônio de Salema.¹⁷ Essa tentativa de dividir as capitanias em dois polos não logrou êxito, pois em 1577 a Coroa portuguesa restaurou o governo geral unitário. Nas décadas ulteriores, mesmo sem um reconhecimento formal por parte da Coroa, a ideia de divisão das capitanias entre norte e sul no “imaginário político” da época perdurou por longo tempo. Essa ideia caracterizaria as políticas da Coroa nos séculos seguintes.

¹⁵ Anais da Biblioteca Nacional. Vol. LVII, 1935, p. 44; & MELLO, Evaldo Cabral de. **Olinda Restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654**. São Paulo, ed. 34, p. 78.

¹⁶ SLUITER, Engel. **Os holandeses no Brasil antes de 1621**. Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, vol. XLVI, 1961, p. 188.

¹⁷ CHAVES JR, José Inaldo. **As capitanias de Pernambuco e a construção dos territórios e das jurisdições na América portuguesa (século XVIII)**. Tese de doutorado em História, UFF, 2017, p. 28.

Em 1608 foi criada a Repartição Sul do Brasil “com jurisdição independente do governo-geral do Estado do Brasil”.¹⁸ Esta repartição reunia as capitanias de São Vicente, Espírito Santo e Rio de Janeiro. Em 1613, Salvador Correia de Sá foi nomeado governador das “capitanias de baixo” com a incumbência de encontrar minas preciosas. O governo português também o isentou a submissão ao governo geral da Bahia em tempos de guerra. Dessa forma, as capitanias do sul ganharam certa autonomia em relação ao centro de poder da América portuguesa sediado em Salvador. Com a morte de Salvador Correia de Sá, a Coroa portuguesa procurou recuperar seu controle sobre as capitanias do sul.¹⁹ Sendo assim, o governo geral foi reestabelecido com sede na Bahia.

Problemas entre as capitanias foram constantes no Brasil colonial. Também houve muitos conflitos entre elas e as instâncias governamentais do Reino. O Governo Geral protagonizou corriqueiras tensões com instâncias superiores, como por exemplo, o Tribunal da Relação e também com algumas capitanias vizinhas. Dessa forma, houve conflito de interesses entre as capitanias da Bahia e outras de grande importância, como Pernambuco e Rio de Janeiro.

A criação de capitanias seguia uma dinâmica de colonização já empreendida pelos portugueses nas ilhas do Atlântico Norte²⁰(Cabo Verde, Açores, Madeira etc). Era necessário garantir a posse do território sempre ameaçado pela presença de outras nações europeias. O povoamento efetivo foi uma das soluções encontradas pela Coroa para garantir o domínio sobre o Brasil. A entrega do território a particulares portugueses de certa forma desonerava a responsabilidade do governo metropolitano sobre o desenvolvimento e proteção da colônia. Destarte, era na maioria das vezes das próprias capitanias que partiam o socorro militar e suprimento de víveres quando de alguma invasão inimiga, problemas climáticos ou outros distúrbios internos. A distância entre a metrópole e as colônias até justificava tal procedimento. É certo que em muitos casos alguma ajuda veio por parte da Coroa, como no período de expulsão dos neerlandeses, mas o grosso do trabalho ficava a cargo das próprias capitanias. Sobre a proteção das colônias nos disse Evaldo Cabral “o pacto colonial implicava, portanto, não só a partilha das atividades econômicas, como se acentua geralmente, mas também a das responsabilidades de defesa e o rateio dos seus custos”²¹.

¹⁸ CHAVES JR, José Inaldo. Op Cit., 2017, p. 28.

¹⁹ CHAVES JR, José Inaldo. Op Cit., 2017, p. 29.

²⁰ MATOS, Arthur Teodoro de. **O império colonial português no início do século XVII: elementos para um estudo comparativo das suas estruturas econômicas e administrativas.** Acessado em: https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/515/1/ArturTeodoroMatos_p181-223.pdf. p. 187.

²¹ MELLO, Evaldo Cabral de. **Olinda Restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654.** São Paulo, ed. 34, 2007, p. 26.

E, ainda ao longo dos séculos XVI e XVII, a política da Coroa portuguesa de concessão de capitanias sofreu alterações, graças a unificação das coroas. Ao mesmo passo em que eram criadas capitanias sob a responsabilidade de particulares, a Coroa Ibérica buscou tomar para si a administração de capitanias estratégicas. Dessa forma, em 1585 foi criada a capitania real da Paraíba. Em 1598 foi criada a capitania real do Rio Grande do Norte. No início do século XVII foi criada a capitania do Ceará. Essas capitanias foram criadas em decorrência de um processo de conquista de território na conhecida guerra dos bárbaros onde muitas tribos indígenas foram exterminadas, ou pelas guerras, ou pelas doenças trazidas pelo colonizador europeu. Sendo assim, “a União Ibérica trouxe para a monarquia portuguesa a experiência espanhola de um império construído pelo controle territorial”.²²

Nesse período houve uma expansão de colonização para o oeste. Foram fundados os núcleos urbanos de São Luís (fundada pelos franceses e tomada pelos portugueses), em 1612 e de Belém do Pará, em 1616. No Maranhão, São Luís foi fundada no contexto da expulsão dos franceses que haviam criado a França Equatorial nesta região. Belém também surgiu em decorrência da conquista dos territórios mais a ocidente impulsionado pela Coroa espanhola. O interessante de se notar é que esses empreendimentos conquistadores partiram de Pernambuco. Pernambuco era “o centro de irradiação colonizadora”²³ da parte oriental do Brasil. As conquistas dos territórios do Maranhão, Rio Grande do Norte, Paraíba, Ceará e até parte do Pará tiveram origem na capitania particular de Pernambuco. Estas capitanias citadas “contaram inicialmente com as forças militares, incentivos e comandantes de primeira linha oriundos de Pernambuco”.²⁴ O próprio conquistador do Maranhão, por exemplo, foi o olindense Jerônimo de Albuquerque Maranhão²⁵, descendente de Duarte Coelho.

Pernambuco exercia forte influência sobre os territórios que o circundavam. A capitania de Itamaracá, muito frágil politicamente, não conseguiu ficar imune ao poder de influência de Pernambuco. Segundo José Inaldo Chaves “esta última consolidava sua proeminência inclusive sobre as capitanias régias” que haviam sido “instaladas com vultosos cabedais da Coroa”.²⁶ Esse poder de influência de Pernambuco, governado por um particular, era um crescente risco aos interesses metropolitanos.

²² COSENTINO, Francisco Carlos. **Mundo português e mundo Ibérico** in João FRAGOSO; Maria de Fátima GOUVÊA. (Org.). *Brasil Colonial*. 1 ed. Rio de Janeiro/ Civ. Bras.: Civilização Brasileira, 2014, v. 2, p. 142.

²³ GUERRA, Flávio. **História Colonial do Nordeste**. Editora ASA, Recife, 1985, p. 5.

²⁴ DIAS, Thiago Alves. **O governo das anexas: administração e economia nas Capitanias do Norte do Estado do Brasil**. IV conferência internacional de história econômica & VI encontro de pós-graduação em história econômica. USP, São Paulo, sem data.

²⁵ PEREIRA DA COSTA, F. A. **Anais Pernambucanos**. Arquivo Público Estadual, Recife, 1952, p. 316.

²⁶ CHAVES JR, José Inaldo. Op Cit., 2017, p. 37.

A capitania de Itamaracá foi doada a Pero Lopes de Sousa, que esteve por duas vezes neste lugar sem nunca mais voltar a sua capitania. No entanto, Itamaracá ficou sob poder de seus descendentes até a segunda metade do século XVIII, apesar do estado de abandono dado por seus donatários.²⁷ O abandono desta capitania abriu espaço para a intervenção de outras mais fortes, como a Paraíba e Pernambuco; bem como também da Coroa portuguesa. Mas, “Apesar do abandono a que foi relegada, Itamaracá foi uma das capitanias brasileiras que permaneceu sob controle de donatários por maior espaço de tempo, mais de duzentos anos”.²⁸ Enquanto Pernambuco, muito mais forte e rico, ficou sob domínio dos seus donos até 1654. Itamaracá foi a última capitania a ser anexada a Pernambuco, no ano de 1763, após a morte da última condessa de Cascais, D. Ana Josefa.²⁹

Itamaracá era, no início da colonização, uma região com “uma expressiva população portuguesa”³⁰ tornando-se uma região importante no norte do Brasil neste período. Todavia, com o desenvolvimento da capitania de Pernambuco, Itamaracá foi ofuscada pela riqueza proporcionada pelo açúcar produzido neste lugar. Com a fundação régia da capitania da Paraíba, Itamaracá acabou por ter dois vizinhos fortes que acabaram por sujeitá-la de variadas maneiras em períodos diferentes. A própria criação da Paraíba levou muito de seu território enfraquecendo-a bastante. Dessa forma, a capitania de Itamaracá havia sido “reduzida a menos de um terço do seu território”.³¹

A estrutura logística da capitania de Pernambuco era outro fator que ajudava nessa proeminência sobre suas vizinhas. O porto do Recife era o local de escoamento da produção desta capitania bem como das outras. Era para este porto que era direcionado o açúcar, o algodão, o pau brasil e outros gêneros produzidos pela Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte e a região de Alagoas bem como de outras regiões mais interioranas do norte do Brasil. Isso não significa dizer que era apenas por Pernambuco que se escoava a produção econômica da região; mas principalmente por ele. No entanto, vale salientar que esta estrutura³² era relativa, pois quando comparada com outras regiões do mundo português, ela deixava muito a desejar.

²⁷ ANDRADE, Manuel Correia de. **Itamaracá, uma Capitania Frustrada**. FIDEM, Centro de Estudos de História e Cultura Municipal, CEHM, Recife, 1999, p. 34.

²⁸ ANDRADE, Manuel Correia de. Op Cit, 1999, p. 55.

²⁹ VELEZ, Luciana de Carvalho Barbalho. **Donatários e Administração Colonial: a Capitania de Itamaracá e a Casa de Cascais (1692-1763)**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2016, p. 86.

³⁰ ANDRADE, Manuel Correia de. Op Cit, 1999, p. 32-33.

³¹ ANDRADE, Manuel Correia de. Op Cit, 1999, p. 71.

³² Se comparada com outras praças (como as do Norte da África), melhor fortificadas, com porto mais aparelhado, com sistema de escoamento da produção mais desenvolvido, a estrutura de Pernambuco, local de colonização ainda recente, deixava muito a desejar. Em relação a fortificação, por exemplo, Matias de Albuquerque teve muito

A importância de Pernambuco no Brasil colonial pode ser observada no hábito de algumas autoridades portuguesas preferirem se instalar nesta capitania ao invés de se fixarem na capital da colônia.³³ Diogo Botelho, por exemplo, tomou posse como Governador Geral em Olinda no dia 01 de abril de 1602, governando desta vila até setembro de 1603.³⁴ Olinda era, nessa época, um dos núcleos urbanos mais ricos e desenvolvidos da colônia, atestado na descrição de muitos cronistas dos séculos XVI e XVII.³⁵ Era uma verdadeira vila lusitana, nas palavras de Evaldo Cabral.³⁶ Esse hábito desagradou a Coroa, pois Pernambuco era uma capitania particular, que não estava diretamente subordinada a Coroa, como as capitanias reais. De acordo com José Inaldo Chaves, “a conquista do Maranhão e a proximidade de Pernambuco, de onde partiam as forças armadas e o movimento colonizador” bem como a estrutura militar da capitania serviam de justificativas para os governadores gerais estabelecerem residência em Olinda.³⁷

As vantagens econômicas proporcionadas pela riqueza existente em Pernambuco estavam por trás do verdadeiro interesse dos governadores gerais em se estabelecerem na capitania. Apesar de existirem leis que proibiam aos governadores de se envolverem em atividades econômicas na colônia³⁸, não era exatamente o que acontecia quando estavam ocupando esses cargos públicos. Esse jogo de interesses acabou por criar problemas entre alguns donatários da capitania de Pernambuco com os governadores gerais, ambos sujeitos a um mesmo rei, mas com objetivos diferentes. Esse exemplo mostra que o rei não tinha um poder absoluto e que foi muito comum que interesses particulares, tanto dos representantes da Coroa como de seus súditos, muitas vezes de sobrepujassem aos interesses régios.³⁹

trabalho para fazê-la, e quando fez, a realizou de maneira muito precária, o que fez com que os holandeses não tivessem muita dificuldade em ocupar o Recife e Olinda.

³³ Os governadores gerais Diogo Botelho (1602-1607) e Gaspar de Souza (1612-1617) se instalaram nessa capitania no lugar de se dirigirem diretamente para a cidade de Salvador.

³⁴ CAVALCANTI, Carlos Bezerra. **Olinda, um Presente do Passado**. Olinda: s/d editora, 2012, p. 51.

³⁵ Alguns cronistas e viajantes escreveram sobre Pernambuco no período inicial de sua colonização: Pedro Cardim, Hans Staden, Gabriel Soares de Souza, Pedro de Magalhães Gandavo, Frei Vicente Salvador entre outros.

³⁶ MELLO, Evaldo Cabral de. **A Ferida de Narciso: ensaio de história regional**. São Paulo: Editora Senac-SP, 2001, p. 15.

³⁷ CHAVES JR, José Inaldo. Op Cit., 2017, p. 32.

³⁸ PIJNING, Ernst. **Contrabando, ilegalidade e medidas políticas no Rio de Janeiro do século XVIII**. Tradução de Cristina Meneguello, Revista Brasileira de História, vol. 21, nº 42, p. 406.

³⁹ Sobre a descentralização do Império Português ver Maria de Fátima S. Gouvêa e João L. R. Fragoso (orgs.), **Na Trama das Redes. Política e negócios no império português. Séculos XVI-XVIII**, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2010. João Fragoso e Nuno Gonçalo Monteiro (org.). **Um reino e suas repúblicas no Atlântico Comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII**, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2017. João Fragoso & Maria de Fátima Gouvêa (org.). **O Brasil colonial**. Volumes I, II e III. civilização brasileira, 2014.

Em 1630 o exército da Companhia das Índias Ocidentais (WIC), sediada nos Países Baixos invadiu Pernambuco. O açúcar foi o principal motivo para este acontecimento. O açúcar era o principal gênero, mas havia outros produtos como o pau-brasil, o tabaco, o couro e o algodão também apareciam na pauta de exportação. Sobre o último, encontramos referências a ele em alguns relatórios escritos pelos neerlandeses. Inclusive, em 1631, o Conselho dos XIX incumbiu a câmara de Amsterdã de colonizar a ilha de Fernando de Noronha e “uma das primeiras culturas ali introduzidas foi o algodão”⁴⁰ que posteriormente foi destruída pelos ratos. O algodão, nesse período, tinha uma importância mais interna e era exportado para a Europa de forma esporádica.⁴¹

Durante o período de ocupação neerlandesa, Pernambuco foi o centro dos territórios conquistados pelos batavos. Recife se tornou a capital do Brasil Holandês e deste núcleo urbano partiram diversas expedições de conquista dentro do Nordeste. Durante o governo de Maurício de Nassau, os domínios neerlandeses atingiram o seu auge. A dimensão da extensão do território holandês ia desde o Rio São Francisco, ao Sul, até o Maranhão, no extremo Norte.⁴² O domínio batavo durou 24 anos, sendo expulsos os invasores em janeiro de 1654. A guerra travada entre portugueses, luso-brasileiros e os neerlandeses deixou grande rastro de destruição o que prejudicou a economia açucareira da região Nordeste. Durante as décadas seguintes a economia pernambucana foi se recuperando aos poucos, mas não sem sofrer com as oscilações do preço do açúcar no mercado internacional.

Na primeira década do século XVIII, a capitania de Pernambuco se encontrava em relativa dificuldade, apesar da melhora no preço do açúcar na década de 1690. Além disso, o começo desse século presenciou a mais importante guerra civil por que passou essa capitania. As calamidades de Pernambuco, ou mais conhecidamente, Guerra dos Mascates (1709-1711)⁴³, sacudiu a capitania nesse período colocando em posições opostas mazombos e reinóis lutando pelo controle do poder político. Esse conflito entre luso-brasileiros e portugueses ocorreu de

⁴⁰ AMARAL, Luís. **História Geral da Agricultura Brasileira**. 2ª Edição, Companhia Editorial Nacional, São Paulo, 1958, p.34.

⁴¹ Relatório de Hendrik Hamel, Adriaen van Bullestrate e Pieter Jansen (Jansz) Bas enviado ao Conselho dos XIX, nos Países Baixos – Fontes para História do Brasil Holandês vol 2. **A administração da conquista**. Mello, José Antônio Gonsalves de. Minc – Secretaria da Cultura 4ª diretoria regional da SPHAN, Fundação Nacional Pró-Memória, Recife, 1985.

⁴² NASCIMENTO, Rômulo Luiz Xavier do. **O Brasil de Nassau: conflito na administração “exemplar”** in Essa parte tão nobre do corpo da monarquia: poderes, negócios e sociabilidades em Pernambuco colonial, séculos XVI-XVIII. (Org) Breno Almeida Vaz Lisboa, (et al), Recife: ed. UFPE, 2016, p. 97.

⁴³ Sobre o assunto ver MELLO, Evaldo Cabral de. **Fronha dos Mazombos. Nobres contra mascates em Pernambuco, 1666-1715**. 3ª edição revista. São Paulo: editora 34, 2012[1995].

forma mais aguda em Pernambuco do que em outras áreas de produção açucareira da América portuguesa.⁴⁴

A nobreza da terra de Pernambuco sempre se orgulhou de ter expulsado os invasores holandeses à custa do seu “sangue, vidas e fazendas”.⁴⁵ Esta frase será encontrada inúmeras vezes em pedidos de mercê direcionados a Coroa portuguesa. Os pernambucanos pareciam querer lembrar ao monarca sobre os esforços dispensados na luta contra os holandeses, mas antes de tudo, se utilizaram deste artifício para reforçar os pedidos de mercês direcionados ao rei. Um exemplo disso foi o ofício enviado a Coroa, em 1651, pelos representantes da Câmara de Olinda dirigido ao rei D. João IV reivindicando a preferência aos moradores dos antigos territórios dominados pelos holandeses no provimento dos cargos públicos desta região.⁴⁶ Essa reivindicação foi atendida por reis posteriores.⁴⁷

Os pernambucanos se sentiam súditos diferenciados dentro do império ultramarino português. Em um “Manifesto a favor dos mascates” enviado a coroa portuguesa durante o período da Guerra dos Mascates, o autor do manifesto falou a respeito de “uma proposição temerária” que havia em Pernambuco onde os habitantes desta capitania se diziam vassalos “mais políticos que naturais, por haverem restaurado seus pais e avós aquele Estado da tirânica potência de Holanda...”.⁴⁸ O fato de ter se libertado do domínio dos Países Baixos, maior potência do século XVII, sem “a ajuda da coroa portuguesa” fez com que os pernambucanos criassem um sentimento de diferenciação em relação aos outros habitantes do império português.⁴⁹

O conflito entre os comerciantes portugueses e a aristocracia pernambucana acabou com a vitória dos primeiros sobre os segundos; bem como a elevação do Recife a categoria de vila, reivindicação feita pelos reinóis e que foi atendida pela Coroa. No entanto, o prestígio da capitania não foi afetado por este incidente. Prova disto é a afirmação, em 1714, de um membro do Conselho Ultramarino, Antônio Rodrigues da Costa, que Pernambuco era uma “parte tão

⁴⁴ SCHWARTZ, Stuart. **Sexteto pernambucano, Evaldo Cabral e a formação da consciência colonial e regional no Nordeste** In Leituras críticas sobre Evaldo Cabral de Mello (org Lilia Moritz Schwarcz), ed. UFMG, 2008, p. 28.

⁴⁵ MELLO, Evaldo Cabral de. Op cit, 2007, p.11.

⁴⁶ MELLO, Evaldo Cabral de. Op Cit, 2007, p.11.

⁴⁷ Carta de 07 de fevereiro de 1691, enviada por D Pedro II falando sobre os senhores governadores não se intrometerem nas eleições das câmaras. **Informação Geral da Capitania de Pernambuco**. Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, vol XXVIII, 1906, p. 375.

⁴⁸ MELLO, Evaldo Cabral de. Op Cit, 2007, p 11.

⁴⁹ Sobre o assunto ver MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro Veio. O imaginário da Restauração Pernambucana**. 2º edição. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997 [1986].

nobre do corpo da monarquia”.⁵⁰ Dois anos depois, essa afirmação foi reiterada pelo mesmo conselho em correspondência a D. João V dizendo que esta capitania era uma das partes mais importantes dos domínios portugueses. Junto a isso, vale salientar que o cargo de governador de Pernambuco era um dos principais de todos os domínios ultramarinos,⁵¹ resultado do poder político e econômico que tinha esta capitania.

Segundo José Ribeiro Júnior, no século XVIII, a situação econômica de Pernambuco não era muito boa, mas também não era das piores.⁵² Nessa época o açúcar permanecia como principal gênero de exportação da capitania. Contudo, a crise por que passava este produto no mercado internacional a concorrência com o açúcar produzido em outras regiões do mundo, bem como outros fatores fizeram com que Pernambuco enfrentasse problemas financeiros. O preço do açúcar caiu, mas não atingiu “níveis catastróficos”. Inclusive na primeira metade do século XVIII o número de engenhos chegou a crescer.⁵³

A relativa estabilidade econômica de Pernambuco, que se tornou oficialmente capitania régia em 1716⁵⁴, fez com que a Coroa colocasse sob sua responsabilidade os problemas financeiros enfrentados por suas vizinhas em períodos diferentes. Nesse contexto foram anexadas algumas capitanias a jurisdição de Pernambuco. Apesar das crises, se comparada com outras capitanias, Pernambuco sempre foi uma das mais estáveis de toda a colônia e sua importância no Norte era reconhecida pela Coroa. Graças a esse prestígio, muitas foram as mercês concedidas como recompensa a “elite da terra” de Pernambuco que ao custo do seu “sangue, vidas e fazendas” conseguiram expulsar os invasores neerlandeses na metade do século XVII.

Após a expulsão dos neerlandeses, houve uma disputa entre a Coroa portuguesa e a família dos donatários pela posse da capitania. O resultado desse litígio foi o cedimento de Pernambuco a Coroa “em troca de compensações patrimoniais no Reino”,⁵⁵ que ficaram apenas em promessas.

Portugal havia tomado para si uma das regiões mais ricas da colônia, apesar dos estragos provocados por quase dez anos de guerra contra o inimigo. No Reino, a restauração portuguesa de 1640 deflagrada pelo duque de Bragança, o futuro D. João IV, com o apoio de setores da

⁵⁰ LISBOA, Breno Almeida Vaz (org). **Essa parte tão nobre do corpo da monarquia**: poderes, negócios e sociabilidades em Pernambuco colonial, séculos XVI-XVIII. (et al), Recife: ed. UFPE, 2016, p.15.

⁵¹ LISBOA, Breno Almeida Vaz. Op Cit., 2016, p. 16.

⁵² RIBEIRO JR, José. **Colonização e monopólio no Nordeste Brasileiro**: a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, 1759-1780. São Paulo, HUCITEC, 1976, p. 67.

⁵³ RIBEIRO JR, José. Op Cit, 1976, p. 67.

⁵⁴ MELLO, Evaldo Cabral de. **A Ferida de Narciso**. 2001, p. 46.

⁵⁵ MELLO, Evaldo Cabral de. **A Ferida de Narciso**. 2001, p. 46.

nobreza e da burguesia, conseguiu libertar Portugal do jugo da Espanha, mas não conseguiu salvá-lo de problemas políticos, econômicos e sociais que o reino enfrentava. Dessa forma, foi importante para a Coroa a aquisição de um território tão importante nesse momento de crise.

Pouco depois da expulsão dos neerlandeses, a capitania do Ceará foi anexada juridicamente a Pernambuco. Não se sabe exatamente quando isso ocorreu, mas segundo a informação do governador do Ceará, Luiz Barba Alardo de Menezes, de 1814, encontrada no texto *Memória sobre a capitania do Ceará*, esta capitania “foi primeiramente sujeita ao Estado do Maranhão e depois a Pernambuco pela capitulação dos holandeses firmada no Recife a 26 de janeiro de 1654”.⁵⁶ Na verdade, é provável que essa subordinação tenha ocorrido em 1656. Este tema ainda é muito confuso entre a historiografia do Ceará.⁵⁷ O certo é que sua independência aconteceu em finais do século XVIII, mais exatamente por carta régia de 17 de janeiro de 1799. Essa anexação se justificou pela ideia de englobar a influência de Pernambuco o território que ia desde o rio São Francisco até a região do rio Parnaíba.

Para além da região do rio Parnaíba havia o Estado do Maranhão. Esta plaga não era algo a parte do Estado do Brasil. O Estado do Maranhão era uma unidade da administração colonial independente do Estado do Brasil e diretamente ligada a Lisboa.⁵⁸ Foi criado devido a grande dificuldade de comunicação marítima entre esta região e o resto da colônia. Sendo assim, “a Coroa portuguesa foi levada a estabelecer a entidade administrativa do Estado do Maranhão como distinta do Estado do Brasil”.⁵⁹ Era composta, a priori, pelas capitanias do Pará, Maranhão, Ceará, Rio Negro e Piauí. Essas capitanias ficavam sobre sua jurisdição, com capital inicialmente em São Luís, mas posteriormente mudada para Belém; e representavam vastos territórios das possessões portuguesas na América.

Logo que foi criado o Estado do Maranhão, “o Ceará passou a pertencer ao novo Estado juntamente com o Piauí, o Maranhão e o Pará”.⁶⁰ Esta subordinação gerou o protesto do capitão-mor desta capitania, Martim Soares Moreno que em correspondência ao Rei explicou que este ato inconveniente a capitania, pois as correntes marítimas e os ventos não eram propícios para

⁵⁶ Revista Trimensal do Instituto do Ceará, ano XI, Fortaleza, 1º trimestre de 1897, p. 39. & DIAS, Thiago Alves. **O governo das anexas: administração e economia nas Capitanias do Norte do Estado do Brasil.** IV conferência internacional de história econômica & VI encontro de pós-graduação em história econômica. USP, São Paulo, sem data.

⁵⁷ GIRÃO, Valdelice Carneiro. **Dependência da Capitania do Ceará do Governo de Pernambuco (1656-1799).** *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 96, Ceará, 1982, p. 149.

⁵⁸ SANTOS, Fabiano Vilaça dos. **Os governadores do estado do Grão-Pará e Maranhão: perfis sociais e trajetórias administrativas (1751-1780).** Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/files/2011/12/Os-governadores-do-Estado-do-Gr%C3%A3o>.

⁵⁹ RUSSEL-WOOD. A. J. R. **História do Atlântico português.** Org. Ângela Domingues, Denise A. Soares de Moura, 1ª edição, São Paulo: editora Unesp, 2014, p. 129.

⁶⁰ GIRÃO, Valdelice Carneiro. Op Cit, 1982, p. 148.

a navegação entre o Ceará e as capitanias ocidentais. Justificou que a navegação e os ventos são mais favoráveis a relação com Pernambuco onde se ia “em quinze dias, assim por mar como por terra, onde há caminho aberto e com facilidade”.⁶¹ Insistiu mais uma vez na mudança de jurisdição ainda no fim do seu mandato como capitão-mor, mas não obteve êxito.

Como falado anteriormente, o Ceará possivelmente se separou do Maranhão em 1656, pouco tempo depois da guerra contra os neerlandeses e foi anexada a capitania de Pernambuco. Uma carta régia data de 03 de dezembro de 1663, deixa bem claro essa subordinação:

officiaiz da Camara da Cappnia de Pernco. Eu El Rey vos envio mto saudar por haver mando. Que a Cappnia do Ceará, estivesse subordinada a essa de Pernambuco, emqto dela era socorrida qdo não poder ser do Maranhão, em razão de se achar aly mto exausta mª fazenda e o govor daq.le Estado – Ruy de Siqra fazer instancias pª Cappnia esteje a obedcia do Governo, como sempre esteve...⁶²

Como podemos perceber, a justificativa da Coroa para a troca de jurisdição da capitania do Ceará do Estado do Maranhão para a Capitania de Pernambuco foi a impossibilidade do Estado do Maranhão de socorrer esta capitania em suas necessidades. Além disso, podemos observar no mesmo ofício que o Estado do Maranhão se encontrava exausto tanto em suas fazendas como em seu governo. Mas o que na realidade pode-se perceber neste caso é a manutenção da centralidade de Pernambuco nessa região.⁶³

A outra capitania que foi anexada a jurisdição do Governo Geral de Pernambuco foi a do Rio Grande do Norte. Essa submissão foi estabelecida pela Carta Régia de 19 de julho de 1704 no contexto da Guerra dos Bárbaros⁶⁴ quando o Rio Grande do Norte passava por momentos de turbulências políticas, sociais e econômicas. No ofício assinado pela rainha regente, Catarina de Bragança (1638-1705), as motivações explicitadas para tal ato era evitar as divergências que haviam ocorrido entre o capitão-mor do Rio Grande do Norte e o Governador Geral da Capitania de Pernambuco no que concerne as decisões a serem tomadas durante a guerra. Antes o Rio Grande do Norte estava subordinado ao governo geral da Bahia.⁶⁵

⁶¹ Apud GIRÃO, Valdelice Carneiro. Op Cit. 1982, p. 148.

⁶² Apud GIRÃO, Valdelice Carneiro. Op Cit, 1982, p. 149.

⁶³ DIAS, Thiago Alves. USP, São Paulo, sem data e sem página.

⁶⁴ Sobre o assunto ver PIRES, Maria Idalina da Cruz. **Guerra dos Bárbaros**: resistência indígena e conflitos no Nordeste colonial. Recife: Fundarpe, 1990 & PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros**: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo, 1998. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo.

⁶⁵ DIAS, Thiago Alves. USP, São Paulo, sem data e sem página.

O fato de o Rio Grande do Norte enfrentar o problema da guerra dos colonos contra os indígenas, fez com que a Coroa preferisse concentrar em um só comando todas as decisões a serem tomadas na luta contra o inimigo. Sobre isso nos disse Thiago Alves Dias:

Temendo maior prolongamento da guerra contra os nativos dos sertões e maiores gastos com a empreitada, a Coroa necessitava tomar decisões mais energéticas pela conquista definitiva dos sertões norte da Colônia e, dentre as medidas utilizadas, anexar oficialmente o Rio Grande ao Governo Geral de Pernambuco eliminava possíveis contratempos jurisdicionais entre o governo local e Governo Geral de Pernambuco.⁶⁶

Dessa forma, a capitania de Pernambuco serviu de base de apoio para resolver os problemas do Rio Grande do Norte. Por ter maior cabedal que suas vizinhas, Pernambuco se destacava tanto politicamente como economicamente. E a “incapacidade” de suas vizinhas de resolverem seus problemas internos fazia necessário a intervenção de uma “força maior” para solucionar certos distúrbios.

A terceira e última capitania a ser anexada a Pernambuco foi a Paraíba. A capitania da Paraíba era uma das maiores produtoras de açúcar da região Nordeste. Durante o período neerlandês esta capitania possuía um dos maiores contingentes de população estrangeira.⁶⁷ A proximidade com Pernambuco e a grande produção de açúcar dava a esta capitania certa importância.⁶⁸ O porto de Cabedelo era de relevância para a região, mas não superava o porto do Recife, centro de escoamento da produção agrícola de Pernambuco e outras capitanias nordestinas.

A Paraíba anexada em dezembro de 1755 por ordem do Rei D. José I, após ser decretada a falência econômica de sua provedoria. As dificuldades financeiras enfrentadas pela capitania eram antigas remontando ao período de invasão neerlandesa. Após a expulsão dos invasores, a capitania estava devastada.⁶⁹ A destruição provocada pela guerra nos engenhos de açúcar foi um ataque fatal para a economia paraibana que levaria muito tempo para se recuperar.

Apesar dos incentivos de desonerações fiscais realizados pela Coroa portuguesa através de algumas medidas legais, a economia açucareira paraibana sofreu, assim como a pernambucana, com a concorrência e o baixo preço deste gênero ocasionado justamente pelo

⁶⁶ DIAS, Thiago Alves. USP, São Paulo, sem data e sem página.

⁶⁷ NASCIMENTO, Rômulo Luiz Xavier do. *Mare clausum e mare liberum*: episódios luso-neerlandeses no Atlântico Sul in Atlântico: a história de um oceano (org) Francisco Eduardo Alves de Almeida [et al], 1ª ed, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2013, p. 123.

⁶⁸ VAINFAS, Ronaldo. *Traição*: um jesuíta a serviço do Brasil Holandês processado pela inquisição. São Paulo, Companhia das Letras, 2008, p. 60.

⁶⁹ OLIVEIRA, Elza Regis de. *A Paraíba na crise do século XVIII: subordinação e autonomia*. 2ª ed. João Pessoa: Editora Universitária, 2007, p. 82.

aumento da oferta no mercado internacional.⁷⁰ A capitania da Paraíba não tinha a mesma estrutura econômica que a sua vizinha e por isso sofreu muito mais que Pernambuco os efeitos das guerras neerlandesas.

A dependência da Paraíba em relação a Pernambuco começou antes mesmo da sua anexação oficial em 1755. Logo quando da expulsão dos neerlandeses, o governador da Paraíba, João Fernandes Vieira e posteriormente a Câmara do Senado solicitaram a Coroa que fosse enviado de Pernambuco ajuda para provimento desta capitania, arrasada pela destruição da guerra.⁷¹ A elite paraibana teve que recorrer, por vezes, a sua vizinha para socorrê-la em momentos difíceis.

O escoamento da produção agrícola paraibana pelo porto do Recife aumentava ainda mais a dependência desta capitania em relação a Pernambuco. Sobre este assunto nos disse Elza Régis de Oliveira:

Os produtos da Paraíba escoavam pelo porto de Pernambuco, em virtude das facilidades de embarque e de melhores condições, apesar de funcionar o porto da Paraíba. Havia também o de jacumã e o da Baía da Traição. Aliás, sobre o porto da Paraíba, não encontramos referências de que tivesse problemas para receber embarcações.⁷²

A perda da autonomia da Paraíba para Pernambuco durou em torno de 44 anos, de 1755 até 1799, quando por carta régia da Coroa, datada de 17 de janeiro de 1799, a capitania foi desmembrada após anos de conflitos entre as autoridades de Pernambuco e as da Paraíba.⁷³ Todavia, a ligação entre as duas capitanias perdurou durante as décadas seguintes.

Na segunda metade do século XVIII a cultura do algodão se expandiu de forma significativa em todo Nordeste. A centralidade de Pernambuco foi um fator importante na difusão da cultura algodoeira. A expansão da cultura do algodão como política de estado se iniciou principalmente em Pernambuco, na região do Agreste, se expandindo para o sertão e também para outras capitanias.⁷⁴ A semelhança climática no interior do Nordeste contribuiu na propagação dessa lavoura e ajudou a recuperar a economia da região, bastante interligadas entre si.

⁷⁰ OLIVEIRA, Elza Régis de. Op Cit., 2007, p. 84.

⁷¹ OLIVEIRA, Elza Régis de. Op Cit., 2007, p. 83.

⁷² OLIVEIRA, Elza Régis de. Op Cit., 2007, p. 86.

⁷³ CHAVES JR, José Inaldo. **“Por ser Pernambuco tão chegado”: anexação governos e mercados ultramarinos na Capitania da Paraíba (1791-1799)**. Almanack. Garulhos, nº 08, p. 120-141, 2º semestre de 2014, p. 121.

⁷⁴ MELLO, Evaldo Cabral de. **Mata Norte e Mata Sul**. Revista Continente, ano II, nº 18, junho/2002, p. 88.

O escoamento da produção de algodão das capitanias anexas a Pernambuco era direcionado ao porto do Recife “conferindo especial importância a essas áreas no conjunto do entreposto recifense”.⁷⁵ Dessa forma, muito do algodão que se dirigiu a Europa tendo como origem Pernambuco, eram na verdade produzido em outras capitanias, mostrando que a centralidade de Pernambuco lhe dava vantagens econômicas em relação as suas dependentes.

2.2 O porto do Recife

Quando da fundação de Olinda, verificou Duarte Coelho que essa região não era local propício para o estabelecimento de um ancoradouro as embarcações que chegavam a Pernambuco. Sendo assim, era mais vantajoso estabelecer um porto mais ao sul onde havia um grande arrecife rochoso que servia de ancoradouro natural. Nesse território que viria a ser o Recife, surgiu com o tempo, um porto, bem como um pequeno povoado onde a “população levantou uma ermida, a Santo Telmo, para as suas orações”.⁷⁶ Sobre este período nos contou Mário Melo: “na língua de terra, no trecho paralelo à linha de arrecife, [onde] começaram a abrigar-se, em palhoças, alguns pescadores – a população mestiça, que também trabalhava na carga e na descarga das embarcações, quando, raramente, demandava o porto”.⁷⁷ Aquele Recife primitivo viria a se tornar um dos principais núcleos urbanos de toda a Colônia.

Em frente a esse povoado habitado por pescadores, canoeiros, jangadeiros etc, localizado ao sul de Olinda, havia esse arrecife que separava o mar turbulento e turvo da praia onde as águas eram mais calmas.⁷⁸ Era um local propício para o embarque e desembarque de mercadorias, mais do que o porto fluvial que havia em Olinda.⁷⁹ Sendo assim, o Recife surgiu como parte de Olinda que era sede do poder político português em Pernambuco, local de residência dos senhores de engenhos e lugar mais importante da capitania.⁸⁰

O porto fluvial que existia no Varadouro era de difícil acesso e dessa forma o porto do Recife se tornou o melhor local para o escoamento da produção agrícola. Nessa época de expansão do comércio europeu para o resto do mundo, os portos eram locais dinâmicos de fluxo de mercadorias e pessoas entre colônias e metrópoles. De Pernambuco, a produção de açúcar era escoada pelo Recife para o continente europeu ao tempo que entravam pelo porto

⁷⁵ MELLO, Evaldo Cabral de. Op cit, 2002, p.

⁷⁶ MELO, Mário. **O Recife e sua evolução** in Porto do Recife, 1933, p. 40.

⁷⁷ MELO, Mário. Op Cit, 1933, p. 40.

⁷⁸ OLIVEIRA, Luanna Maria Ventura dos Santos. **A alfândega de Pernambuco: história, conflitos e tributação no porto do Recife (1711-1738)**. Dissertação de Mestrado, Recife, 2016, p. 23

⁷⁹ MENEZES, José Luiz da Mota. **Ruas sobre as águas: as pontes do Recife**. Ed CEPE, Recife, 2015, p. 17.

⁸⁰ OLIVEIRA, Luanna Maria Ventura dos Santos. Op cit, 2016, p 27.

mercadorias vindas da Europa e outras regiões do mundo. Com o passar do tempo, o porto do Recife foi crescendo e ganhando importância ao ponto de se tornar um dos mais importantes do Brasil.

O porto também era o principal meio de contato entre as capitanias bem como do Brasil e o resto do império ultramarino português. Recife, Salvador e o Rio de Janeiro foram os portos mais movimentados da América portuguesa durante a maior parte da história colonial. O açúcar, o pau brasil, o ouro, o tabaco, o algodão e os escravos foram os principais produtos exportados e importados pelo comércio brasileiro. Foi através dos portos que o Brasil foi desenvolvendo tendo sua maior transformação, no período colonial, com a abertura dos portos em 1808.

A América Portuguesa apresentava milhares de quilômetros de litoral onde foram se desenvolvendo núcleos urbanos importantes para a dinâmica do Atlântico Sul como Rio de Janeiro, Salvador, Recife, São Luís etc. Os portugueses, povo marítimo, pioneiros nas grandes navegações dos séculos XV e XVI, quando da colonização do Brasil se concentraram no litoral demorando muito para se interiorizar de forma efetiva no território brasileiro. Isso só ocorreu por volta do século XVIII com a descoberta das jazidas de ouro e diamante na região de Minas Gerais. Mas, mesmo assim, ainda hoje é no litoral que está concentrada a grande maioria da população brasileira.

A respeito dos portos no Brasil colonial, John Russel-Wood nos disse que “era comum (...) os portos serem instalados a certa distância do local do assentamento inicial”.⁸¹ Geralmente os portos ficavam “no bojo de uma baía”.⁸² O Recife nasceu em consequência da povoação que surgiu em torno de um porto. A vila de Olinda, como já mencionado, não tinha um porto marítimo, o que dificultava a chegada de embarcações de maior porte. Sendo assim, o Recife se tornou um melhor local para a existência de um porto enquanto Olinda permaneceu como o centro político da capitania onde residia a elite local.

Os portos no Brasil, constituíam praticamente “os únicos centros urbanos da colônia”.⁸³ Vilas como Olinda, Salvador e o Rio de Janeiro tinham portos importantes por onde entravam e saíam produtos. Esses portos estavam localizados justamente nas principais capitanias dos domínios portugueses na América. Havia também outras vilas importantes como Vitória, no Espírito Santo, Santos, São Luís, Belém, Fortaleza, Paraíba etc. todas elas localizadas no litoral.

⁸¹ RUSSEL-WOOD. A. J. R. **História do Atlântico português**. (Org) Ângela Domingues, Denise A. Soares de Moura, 1ª edição, São Paulo: editora Unesp, 2014, p. 126.

⁸² RUSSEL-WOOD. A. J. R. Op Cit, 2014, p. 126.

⁸³ RUSSEL-WOOD. A. J. R. Op Cit, 2014, p. 127.

Dessa forma, podemos ter uma ideia do quão importante eram os portos para a comunicação e para a economia da colônia.

Inicialmente os portos tinham como principal função oferecer boas condições para ancoragem.⁸⁴ Mas com a colonização do Brasil e o desenvolvimento de um comércio voltado para o mercado europeu, os portos tomaram outros significados. O Recife cresceu principalmente graças a exportação do açúcar. Nesse contexto surgiram as alfândegas⁸⁵ e os armazéns para controlar e armazenar as mercadorias que chegavam e saíam da capitania.

Segundo Pereira da Costa: “A casa de Alfândega de Pernambuco estava situada em Olinda, no Varadouro da Vila, para onde se levavam as mercadorias que desembarcavam no porto do Recife, conduzidas em barcas pelo rio Beberibe...”⁸⁶ Mas para facilitar o embarque das cargas dos navios que estavam voltando para Portugal, foram construídos no Recife “armazéns dos depósitos dos gêneros de exportação, em sua maior parte açúcar e pau-brasil...”⁸⁷ Dessa forma, foi o Recife crescendo em virtude principalmente do comércio.

A localização do Recife na geopolítica do Atlântico Sul era estratégica.⁸⁸ Ficava mais próximo da África e da Europa do que Salvador ou o Rio de Janeiro. Ao sul passava a corrente marítima Equatorial que vinha do continente africano, essencial para as navegações nessa região. Era local de passagem dos navios que vinham da Europa e também daqueles que vinham da África e da Ásia. Essa localização privilegiada era vantajosa tanto para o comércio de exportação como de importação, pois Pernambuco tinha acesso aos produtos vindos destes lugares.

Além do porto do Recife, havia outros portos e locais importantes em Pernambuco para desembarque, como os portos de Nazaré, Tamandaré, Itamaracá, o do Cabo de Santo Agostinho e o de Pau Amarelo. E foi justamente neste último onde alguns navios neerlandeses ancoraram quando da invasão de 1630. Na verdade, de uma maneira geral, o litoral nordestino “oferece boas condições de aportagem”⁸⁹ além de ser local privilegiado dentro do Atlântico Sul. Dessa forma, os neerlandeses, além de se apossarem da maior região produtora de açúcar do Brasil, também se apossaram de uma das mais estratégicas regiões da colônia. Do Recife, poderiam

⁸⁴ NASCIMENTO, Rômulo Luiz Xavier do. **Entre os rios e o mar aberto**: Pernambuco, os portos e o Atlântico no Brasil holandês in *Brasil Holandês: história, memória e patrimônio compartilhado* / Hugo Coelho Vieira [et al] (orgs), São Paulo, Alameda, 2012, p. 196.

⁸⁵ Sobre a alfândega de Pernambuco ver OLIVEIRA, Luanna Maria Ventura dos Santos. **A alfândega de Pernambuco**: história, conflitos e tributação no porto do Recife (1711-1738). Dissertação de Mestrado, Recife, 2016.

⁸⁶ PEREIRA DA COSTA, F. A. **Anais Pernambucanos**. Vol I, Arquivo Público Estadual, Recife, 1951, p. 350.

⁸⁷ PEREIRA DA COSTA, F. A. Op Cit, Vol I, 1951, p. 350.

⁸⁸ NASCIMENTO, Rômulo Luiz Xavier do. Op Cit, 2012, p. 193.

⁸⁹ NASCIMENTO, Rômulo Luiz Xavier do. Op Cit, 2012, p. 194.

ser mandadas expedições para outras localidades, tanto do Brasil, como de outros continentes; o que de fato aconteceu.

Os neerlandeses dominaram o melhor porto da região oriental do Nordeste. Com a ocupação do Recife pelos invasores, os portugueses continuaram a enviar o açúcar para a Europa pelos portos alternativos, como o do Cabo de Santo Agostinho. Somente com a expansão neerlandesa pelo litoral sul da capitania, foi que esse processo foi interrompido.⁹⁰ O porto da Paraíba também foi utilizado como alternativa de escoamento da produção açucareira, mas com a conquista da Paraíba, entre 1634-35, pelos batavos, o porto passou a posse do inimigo.

O porto do Recife foi “convenientemente estudado” no período de dominação neerlandesa e foram iniciados alguns melhoramentos como “o alteamento da muralha natural de recifes por meio de paredões reforçados a partir da barra do Picão...”⁹¹ Os neerlandeses perceberam que o sucesso de sua conquista passava pelas boas condições do porto. Sendo assim, o Recife acabou por se tornar um dos principais empórios do Brasil de onde vinham embarcações de variadas origens em um porto bem estruturado. Após a expulsão dos neerlandeses, ocorreram apenas “vagas e tardias medidas atinentes ao melhoramento do porto do Recife, meias medidas, porém, incompletas, e que nada de efeito produziram...”⁹²

No século XVIII é possível observar em alguns mapas do porto de Pernambuco a existência de um banco de areia que há muito dificultava a navegação dos navios no Recife. Esse banco de areia foi motivo de reclamação por parte da Câmara de Olinda em alguns ofícios enviados a Coroa na segunda metade do século XVII e no século XVIII. Nesses ofícios os vereadores de Olinda pediam a extinção do banco de areia, pois ele trazia grandes embaraços além de representar grande perigo a navegação na região.⁹³ A resolução deste problema era essencial para o desenvolvimento do comércio bem como a melhoria no trânsito de pessoas e mercadorias na capitania. Sobre isso, nos falou José Antônio Gonsalves de Mello:

A conservação do porto era questão essencial para a vida do Recife, de onde se fazia a exportação dos produtos da agricultura das Capitanias de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba e para onde convergia a navegação do ultramar português que aqui descarregava os gêneros importados, para consumo e distribuição.⁹⁴

⁹⁰ NASCIMENTO, Rômulo Luiz Xavier do. Op Cit. 2012, p. 194.

⁹¹ PEREIRA DA COSTA, F. A. **Anais Pernambucanos**. Vol II, Arquivo Público Estadual, Recife, 1952, p. 35-36.

⁹² PEREIRA DA COSTA, F. A. Op Cit. Vol II, Arquivo Público Estadual, Recife, 1952, p. 36.

⁹³ PEREIRA DA COSTA, F. A. Op Cit. Vol IV, Arquivo Público Estadual, Recife, 1952, p. 34.

⁹⁴ MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Um mascate e o Recife: a vida de Antônio Fernandes de Matos no período de 1671-1701**. Coleção Recife, Vol IX, Recife, 1981, p. 51.

A melhoria nas condições logísticas do porto era algo necessário e ninguém tinha dúvida quanto a isso. No entanto, segundo informou José Antônio Gonsalves de Mello,

não havia em Pernambuco quem estivesse condição de sugerir um plano seguro de trabalho para a remoção de um banco – alguns supunham de pedra e outros afirmavam ser de areia – que se estendia através de toda a largura do porto, da terra até os arrecifes, em frente ao Forte do Picão e impedia a entrada e saída de navios carregados, que exigiam maior profundidade de água.⁹⁵

Em 22 de novembro de 1670, os vereadores da Câmara de Olinda escreveram a D. Pedro II, príncipe regente de Portugal, pedindo para que este tomasse alguma providência em relação ao crescente aumento do banco de areia que havia na barra do porto de Pernambuco. O príncipe solicitou ao governador desta capitania que ele ouvisse “pessoas práticas na matéria, os pilotos dos navios e os vereadores de Olinda e sugerisse as medidas cabíveis”.⁹⁶ Houve uma reunião e ficou constatado que

barra em nenhum tempo teve mais fundo e o banco sempre fora o mesmo, por ser de pedra e não de areia, porque se o fora ou se diminuira ou acrescentara pelo descurço do tempo, por não ser possível que na boca dos dous rios que por ella desagoão com grandes cheas todos os invernos se pudesse conservar em hum mesmo ser, ha tantos annos.⁹⁷

Apesar dos melhoramentos realizados no período neerlandês, em seu tempo eles não puderam desfazer o banco de areia que havia neste porto.

Em 2 de setembro de 1671, o governador da capitania de Pernambuco, Fernão de Sousa Coutinho, enviou outra carta a D. Pedro II novamente falando sobre o banco de areia da barra do porto do Recife e sobre a proibição que ele impôs aos navios que chegavam ao porto trazendo lastros de pedra.⁹⁸ Esses lastros de pedra, ou areia, eram colocados nos navios para dar estabilidade a este durante a navegação. Quando estes navios chegavam ao Recife, eles lançavam os lastros próximo ao banco de areia, o que fez com que o governador proibisse tal prática. Em outra carta régia data de 06 de agosto de 1672 foram dadas

várias providências para se evitar o crescimento do banco, ordenando especialmente o fechamento da Barreta, que então existia, nas proximidades da ilha do Nogueira, - para que por ali não tivesse o rio desagudouro, - bem

⁹⁵ MELLO, José Antônio Gonsalves de. Op Cit., Recife, 1981, p. 51.

⁹⁶ MELLO, José Antônio Gonsalves de. Op Cit., Recife, 1981, p. 52.

⁹⁷ MELLO, José Antônio Gonsalves de. Op Cit., Recife, 1981, p. 52.

⁹⁸ CARTA do [governador da capitania de Pernambuco], Fernão de Sousa Coutinho, ao príncipe regente [D. Pedro], sobre um banco de areia na barra do porto do Recife, e acerca do bando que lançou proibindo os navios de entrarem naquele porto trazendo o lastro de pedra. AHU_CU_015, Cx. 10, D. 932.

como proibindo que os navios que trouxessem lastro de areia o deitassem no porto, - a fim de evitar-se a obstrução da barra.⁹⁹

O problema do banco não foi resolvido e vinte anos depois voltou a ser novamente discutido, agora no governo de Caetano de Melo de Castro (1693-1699). Em seu governo, setores da elite local – senhores de engenho e alguns comerciantes – “ofereceram a contribuição de um cruzado por caixa de açúcar, a ser pago 200 réis pelos primeiros e a outra metade pelos segundos, para a obra do molhe”.¹⁰⁰ Podemos observar que o interesse dos senhores de engenho e principalmente dos comerciantes em resolver o problema do molhe do porto estava voltado em favorecer seus interesses. A melhoria nas condições estruturais do porto acarretaria a diminuição nos custos da produção e consequentemente ocasionaria o aumento nos lucros dos produtores e comerciantes de Pernambuco.

As análises feitas no porto levaram a conclusão que o levantamento de um molhe e a remoção do banco de areia não seria viável. Mas havia aqueles que eram favoráveis a construção de um molhe o que foi posto em “arrematação na Câmara de Olinda”.¹⁰¹ Dessa forma, foi consultado o comerciante Antônio Fernandes de Matos, português, natural do norte de Portugal, e um dos maiores construtores do Recife de toda sua história; para o empreendimento da obra. O governador de Pernambuco escreveu ao rei pedindo para que fosse concedida algumas mercês ao comerciante afim de animá-lo para a execução da obra. O rei respondeu que assim que fosse concluído os trabalhos, Antônio Fernandes de Matos seria retribuído pelos serviços prestados.

As obras foram, então, projetadas pelo engenheiro e sargento-mor Pedro Correia Rebelo e foi arrematada por Fernandes de Matos por um preço muito baixo, tão baixo que chamou a atenção do próprio governador. Caetano de Melo de Castro queria celeridade na execução das obras. Destarte, elas começaram de imediato. Mesmo não sendo especialista neste tipo de trabalho, o comerciante português demonstrou muito empenho em que tudo fosse feito o mais rápido possível. Durante quase três anos trabalhou-se com ânimo. Segundo José Antônio Gonsalves de Mello, Caetano de Melo de Castro “Ao passar o governo ao seu sucessor, em 5 de março de 1699, e antes de regressar a Portugal, fizeram ambos uma visita ao local do trabalho, indo aos arrecifes em 30 de maio, acompanhados dos vereadores da Câmara de Olinda e do Sargento-mor engenheiro”. Pouco tempo após essa visita as obras do porto, Antônio

⁹⁹ PEREIRA DA COSTA, F. A. Op Cit, 1952, p. 34.

¹⁰⁰ MELLO, José Antônio Gonsalves de. Op Cit., Recife, 1981, p. 52.

¹⁰¹ MELLO, José Antônio Gonsalves de. Op Cit., Recife, 1981, p. 53.

Fernandes de Matos “compareceu à Câmara de Olinda onde apresentou certidão do engenheiro e pediu o pagamento da importância indicada, sendo atendido”.¹⁰²

A obra foi elogiada por alguns, mas pouco tempo depois ela começou a apresentar falhas que se agravaram em 1703. Matos já havia falecido em 1701 e Luís Francisco Pimentel, capitão e engenheiro, observou que o comerciante português “não tinha obedecido as especificações da obra estabelecidas pelo engenheiro Pedro Correia Rebelo e que desta falha decorreria a ruína”.¹⁰³ Certificado que Antônio Fernandes de Matos não realizou a obra como deveria, não cumprindo o que havia sido designado e pago para fazer, o rei ordenou que a Ordem Terceira do Carmo do Recife, utilizasse dos bens deixados pelo seu antigo membro, como já supracitado, falecido em 1701, para custear os reparos necessários nas obras realizadas no porto. Dessa forma, de 1705 a 1715 a Ordem III custeou tais reparos¹⁰⁴, no entanto o problema do banco de areia só seria resolvido quase dois séculos depois.

Na segunda metade do século XVIII, o açúcar e o algodão tiveram grande desenvolvimento no final do século XVIII e principalmente no século XIX. Todavia, para o escoamento dessa produção era necessário que o porto do Recife estivesse em boas condições. Dessa forma, ao observarmos alguns ofícios trocados entre algumas autoridades locais e as metropolitanas podemos perceber que o porto ainda se encontrava com velhos problemas que o afligia há séculos. Sendo assim, os ofícios direcionados a Coroa falando da necessidade de melhorar o porto do Recife continuaram durante todo o período que aqui estamos estudando. O banco de areia permanecia trazendo problemas a navegação da região.

Entre 1814 e 1816 algumas obras foram realizadas buscando o melhoramento do porto. Foi nesse período que surgiram monumentos como a Cruz do Patrão, que consistia de uma coluna de estilo dórico onde em cima havia uma cruz latina na parte esquerda do rio Beberibe no istmo que liga Olinda ao Recife. Sua finalidade era “servir de baliza aos navios que [demandavam] ao porto do Recife pela barra grande, quando coincide em linha reta com a capela de santo Amaro das Salinas, oferecendo então passagem franca pelo meio da barra, onde precisamente [havia] mais água”.¹⁰⁵ Esse monumento fazia parte dos melhoramentos realizados no porto do Recife no começo do século XIX.

A boa maré proporcionada pela exportação do açúcar e principalmente do algodão, talvez tenham contribuído para o interesse de se melhorar a logística do porto, pois o bem do

¹⁰² MELLO, José Antônio Gonsalves de. Op Cit., Recife, 1981, p. 55.

¹⁰³ MELLO, José Antônio Gonsalves de. Op Cit., Recife, 1981, p. 56.

¹⁰⁴ MELLO, José Antônio Gonsalves de. Op Cit., Recife, 1981, p. 57.

¹⁰⁵ PEREIRA DA COSTA, F. A. Op Cit, vol VII, 1958, p. 360-361.

comércio da capitania não poderia estar alheia suas boas condições. O Recife era uma das principais praças do Brasil. Em seus armazéns eram depositadas mercadorias originárias de outras regiões nordestinas conforme observou o autor de *Ideia Geral de Pernambuco em 1817* “seo Porto, era Armasem Geral, em que vinhão depositar-se a maior parte das produções, effeitos das Capitanias da Parahiba, e Ceará, e mesmo da Parnaíba”.¹⁰⁶ Neste período e era incondizente com esta capitania ter um porto nas condições em que se encontrava o de Pernambuco.

O padre Manuel Arruda da Câmara dizia em sua *Memória sobre a cultura dos algodoeiros* que a produção de algodão deveria ser incentivada pela Coroa portuguesa, pois ela animava “o negociante ao mais vivo trafico, fazendo mais importante o nosso porto e mais frequentado o de Lisboa pelos estrangeiros, que dão todo o consumo; os donos de navios tem avultado lucro aos seus fretes”.¹⁰⁷ O porto do Recife beneficiava a exportação de algodão ao tempo que o algodão tornava o porto mais importante.

Com a abertura dos portos, os navios estrangeiros puderam comercializar diretamente com o Brasil. O porto do Recife, por ser um dos principais da colônia, foi frequentado por muitos navios de bandeiras estrangeiras. Ainda em *Ideia Geral de Pernambuco em 1817* o autor anônimo confirma este fato: “... por que esta excessiva exportação concorda admiravelmente com aluvião de Navios Nacionais, Inglezes, Americanos, que por estes annos entulharão o porto de Pernambuco, ocupados quasi exclusivamente nos lucros da exportação”.¹⁰⁸ O algodão foi um dos responsáveis por esse aumento, pois segundo Diogo Jorge Brito, capitão tenente da Real Armada “este porto [do Recife] he hum dos de mais comércio na costa do Brazil, pella excelencia e quantidade do algodão q ali s'embarca ramo principal de agricultura nesta capitania...”.¹⁰⁹

No início do século XIX, finalmente, foram iniciadas as obras para a remoção do tão longo banco de areia que havia no porto, bem como para melhoramento da profundidade de seu ancoradouro. Em *Descrição dos trabalhos praticados em Pernambuco no ano de 1815 para demolir o banco que existe na entrada da barra do porto do Recife*, João Félix Pereira de Campos, capitão de mar e guerra, trouxe uma descrição de como era o porto do Recife nesse período e as obras que foram realizadas no sentido de aumentar a profundidade do mar para

¹⁰⁶ *Ideia Geral de Pernambuco em 1817*, Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco, nº 29, Tomo IV, 2º semestre de 1883 p. 77.

¹⁰⁷ CÂMARA, Manuel Arruda da. *Memórias do algodoeiro*, 1799, p. 8

¹⁰⁸ *Ideia Geral de Pernambuco em 1817*, Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco, nº 29, Tomo IV, 2º semestre de 1883 p. 61.

¹⁰⁹ Roteiro do Porto de Pernambuco, ou instruções náuticas para uso e inteligência do Plano do mesmo Porto. Dedicado ao ... Conde da Barca ..., por Diogo Jorge de Brito, Capp., "., Tent.e da Real Armada. Anno* de 1816.

melhor navegação das embarcações que chegavam e saíam do porto. Sendo assim, nos disse Félix Pereira:

[...] no princípio de novembro de 1814 se principiou com uma máquina a tirar matéria do fundo; no fim de setembro de 1815 se estabeleceu a segunda, e finalmente o volume de matéria, que se conseguiu tirar até o fim do ano de 1815, foi de 112.256 palmos cúbicos, com que se aterrou o espaço do Arsenal, resultando disto o poderem atualmente com franqueza, em ocasião de águas vivas ordinárias, entrar e sair embarcações demandando vinte palmos d'água.¹¹⁰

Esse trabalho, que também foi assinado pelo secretário do governo de Pernambuco, José Carlos Mairinck da Silva Ferrão, foi publicado em um periódico baiano chamado *Idade d'Ouro do Brasil*, em 27 de dezembro de 1816. Ele nos traz importantes informações sobre este período de reformas por que passou o porto do Recife no início do século XIX.

Pernambuco era uma capitania que, apesar de ter o Recife como principal porto, possuía outros de menor porte que possuíam grande importância. Alguns, inclusive já foram anteriormente citados. O Padre Manuel Aires Casal, que escreveu a *Coriografia Brasilica* falando sobre as inúmeras “províncias”¹¹¹ que haviam no Brasil descrevendo diversos aspectos políticos, econômicos, históricos e geográficos mencionou que Pernambuco era a província que mais tinha portos, apesar de “só capaz de recolher sumacas”.¹¹² Pontuo-os em seguida, “Catuama; o Recife,(...); Tamandare, que e o melhor de todos, em forma de baia, dentro do rio do seu nome, seguro, defendido por um grande forte, (...) Cabo de Santo Agostinho. Jaragua, e Pajucara”.¹¹³ Os dois últimos, atualmente pertencem ao território de Alagoas, mas nessa época essa região era parte da Comarca de Pernambuco, como já mencionado. Mas era pelo Recife que saía o grosso da produção e o aparelhamento do porto era ponto chave do desenvolvimento.

Ao que se sabe, as notícias sobre o melhoramento do porto podem ser encontradas em ofícios enviados entre as autoridades locais e seus superiores no início do século XIX. Em 15 de fevereiro de 1819, o governador de Pernambuco, Luís do Rego Barreto, o general odiado pelos pernambucanos, direcionou um ofício a D. Marcos de Noronha e Brito, Conde dos Arcos fazendo um balanço entre receita e despesas que foram utilizadas nas obras do banco de areia na entrada do ancoradouro do Mosqueiro no porto do Recife¹¹⁴ no ano anterior de 1818. Além

¹¹⁰ PEREIRA DA COSTA, F. A. Op Cit, vol VII, 1958, p. 370-372.

¹¹¹ No século XIX, as divisões do Brasil eram por vezes chamadas de capitania ou províncias. Nos primeiros séculos do período colonial era mais comum o termo capitania. Com o Império, as antigas capitanias passaram a ser designadas de províncias.

¹¹² Manuel Aires de Casal. *Coriografia Brasilica*, 1817, p. 259.

¹¹³ Manuel Aires de Casal. *Coriografia Brasilica*, 1817, p. 259.

¹¹⁴ OFÍCIO do [governador da capitania de Pernambuco], Luís do Rego Barreto, ao conde dos Arcos, [D. Marcos de Noronha e Brito], remetendo o balanço-geral da receita e despesa das obras do banco de areia na entrada do

disso, foi em anexo um parecer de Francisco José de Sousa Soares de Andréa, coronel do Corpo Real dos Engenheiros a respeito do melhoramento do porto. Dessa forma, podemos observar que no período aqui estudado, o problema do banco de areia será constante e que as autoridades e setores da elite local vão se preocupar em tentar resolver tal problema, bastante desvantajoso para o comércio e trânsito desta capitania.

2.3 O algodão antes do século XVIII e a interiorização do território pernambucano

A maior parte das espécies do algodoeiro tem suas origens em “regiões tropicais e subtropicais de baixa latitude, e tendem a ocorrer em ambientes relativamente áridos e, eventualmente, extremamente áridos.”¹¹⁵ No Brasil, segundo José Ribeiro Júnior, predomina a espécie *Gossypium Barbadense*, assim como em toda a América do Sul. Especificamente no Nordeste o gênero mais apreciado é o *Seridó* ou *Mocó* que é bastante comum em estados como Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará; pois este é bastante resistente ao solo e ao clima secos. Com o tempo as espécies nativas de algodão foram sendo substituídas pela *Caiena* e *Crioula*, principalmente em finais do século XVIII.¹¹⁶

A cultura do algodão no Brasil remonta ao período pré-colonial. Por toda a zona litorânea, e interiorana, de norte a sul, o algodão era cultivado. Os indígenas há séculos o conheciam e tinham plantações desta herbácea próximas aos locais onde habitavam.¹¹⁷ Tanto na língua Tupi como na Guarani, os ameríndios a denominavam *Amanayú*, por vezes chamado de *Maniú* ou *Mandejú*. Aos campos de algodão utilizavam o termo *Amaniutyba* para defini-los¹¹⁸. Eram cultivadas pelos menos quatro espécies de algodão em roças que duravam em torno de cinco ou seis anos.¹¹⁹ Outros tipos de plantas também eram cultivados pelos nativos do Brasil como é o caso da mandioca, de onde se fazia a farinha, tão essencial para a dieta alimentar no período colonial.

Em Pernambuco, foco do nosso estudo, o algodão se desenvolveu melhor nas regiões do Agreste e do Sertão, área de transição entre a mata atlântica e o interior, onde o ciclo de

ancoradouro do Mosqueiro, porto do Recife no ano de 1818, enviando ainda o parecer do tenente coronel do Corpo Real dos Engenheiros, Francisco José de Sousa Soares de Andréa, acerca do melhoramento deste porto. **AHU_CU_015, Cx. 280, D. 19013.**

¹¹⁵ ECHER, Fábio Rafael. Op Cit. 2014, p. 9.

¹¹⁶ RIBEIRO JR., José. 1981. **A economia algodoeira em Pernambuco: da colônia à Independência**, Revista Brasileira de História, vol. 2, (set. 1981) nº 1, pp. 235-242., p. 235.

¹¹⁷ BARBOSA, Bartira Ferraz. **Trabalho indígena na capitania de Pernambuco: produtos e trabalhadores para o trabalho indígena**. Boletín Americanista, Año LVIII, nº58, Barcelona, 2008, pp. 11 - 32, p. 12.

¹¹⁸ PEREIRA DA COSTA, Francisco Augusto. **Anais Pernambucanos**. Vol. I, Arquivo Público Estadual. Recife, 1951 p. 603.

¹¹⁹ BARBOSA, Bartira Ferraz. Op Cit., 2008, p. 12.

chuvas começa mais cedo e termina mais tarde. O sertão também foi espaço de grande produção algodoeira. Este gênero foi abundante em Pernambuco, pois ele se adaptou bem ao clima semiárido que predomina nesta parte do Brasil. O tipo de solo existente em Pernambuco, argiloso, também foi outro fator que ajudou na grande quantidade do gênero nesta região.

As mais antigas informações sobre o cultivo do algodão em Pernambuco remontam aos primeiros documentos que temos sobre esta capitania. Na primeira metade do século XVI, Duarte Coelho Pereira enviou diversas cartas ao rei de Portugal, D João III, informando sobre assuntos relacionados a colônia além de muitos pedidos para suprir as necessidades enfrentadas nesta. Em uma destas cartas, datada de 15 de abril de 1549, onde Duarte Coelho relatou a seu soberano sobre a estrutura social e econômica de Pernambuco, encontramos informações sobre a produção de algodão. O cultivo do algodão aparecia entre as atividades econômicas realizadas na donataria. Disse o donatário: Em Pernambuco “alguns constroem engenhos porque são poderosos o bastante para fazê-los, outros plantam cana, outros algodão e outros culturas alimentícias...”.¹²⁰

Por sua fácil cultura, o algodão se tornou bem popular entre aqueles que não possuíam muitos recursos. Ocorre que neste período, a importância do algodão não estava no mesmo patamar da cultura do açúcar, ou a do tabaco ou pau brasil, produtos muito valorizados no mercado europeu. Mesmo assim, consoante Pereira da Costa, Duarte Coelho se empenhou em desenvolver a cultura do algodão em Pernambuco. A abundância deste gênero pode ter influenciado no incentivo a cotonicultura. Os colonizadores buscavam desenvolver tudo o que poderia de certa forma trazer algum retorno financeiro. Dessa forma, segundo o historiador pernambucano, Duarte Coelho chegou a conceder “uma sesmaria de duas léguas de terra do Cabo de Santo Agostinho para o sul, ao colono Tristão de Mendonça” impondo-lhe “a condição de estabelecer marinhas de salinas e de cultivar a cana de açúcar e o algodão”.¹²¹ Não sabemos se Tristão de Mendonça cumpriu sua incumbência, mas o que se sabe é que pouco após a confirmação da doação por Duarte Coelho de Albuquerque, filho do fundador da capitania, ele levantou o engenho Salgado em 1565. De acordo com Gilberto Osório de Andrade e Rachel Caldas Lins “é muito provável que além dos canaviais desenvolvidos naquelas vizinhanças continuasse havendo algodoais plantados por algum lavrador”.¹²²

¹²⁰ MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Cartas de Duarte Coelho a El Rei**, reprodução fac-similar, leitura paleográfica e versão moderna anotada/ José Antônio Gonsalves de Mello e Cleonir Xavier de Albuquerque, prefácio de Leonardo Dantas Silva – 2ª Ed. Recife. FUNDAJ, Ed. Massangana, 1997, p. 71.

¹²¹ PEREIRA DA COSTA, Francisco Augusto. **Anais Pernambucanos**. Vol. I, Arquivo Público Estadual. Recife, 1951, p. 603.

¹²² ANDRADE, Gilberto Osório de; LINS, Rachel Caldas. **João Pais, do Cabo: patriarca, seus filhos, seus engenhos**. Recife: Massangana, 1982, p. 60.

Na capitania de Pernambuco logo prosperou a lavoura da cana já no século XVI. O sucesso adquirido com a produção de açúcar nas ilhas atlânticas serviu de modelo para que Portugal trouxesse esse gênero para sua incipiente colônia.¹²³ O solo pernambucano, principalmente o da zona da mata, era propício para a cultura canavieira e graças a isso, em pouco tempo o açúcar produzido aqui começava a chegar aos portos da Europa tendo grande aceitação nos mercados daquele continente durante um bom tempo.¹²⁴ Os engenhos de açúcar se multiplicaram a medida que se desenvolvia esta indústria que atendia o grande mercado consumidor europeu.

A cultura do açúcar foi responsável pela grande expansão dos engenhos. As plantações de cana, assim como as casas grandes e os médio e grandes engenhos, demandavam espaço. Dessa forma, muitos dos espaços antes ocupados pelo algodão passaram a fazer parte das plantações de cana, pois este gênero cada vez mais gozava de prestígio no mercado europeu. Um exemplo claro disso foi a fundação do Engenho Algoduais. Construído próximo ao morgado do Cabo de Santo Agostinho, sob a invocação de São Francisco, o Algoduais foi área de cultura do algodão antes da ocupação da terra pelos colonos portugueses. Foi fundado em 1571, em terrenos conquistados aos belicosos índios Caetés, pelo fidalgo João Pais Barreto. Erigido a “uns oito quilômetros à retaguarda do Cabo de Santo Agostinho, no alcance extremo das marés oceânicas que remontam o baixo curso afogado do Massangana e seu afluente o Algoduais, numa área em que tinha existido”, segundo Pereira da Costa “grandes roças de algodoeiro”, cultivadas pelos indígenas.¹²⁵

Como pudemos observar na carta de Duarte Coelho, o algodão aparecia como um gênero importante produzido na capitania no início do processo de colonial. Manuel Correia de Andrade em *Economia Pernambucana no século XVI* defendeu que, a priori, a maioria da população que vivia em Pernambuco se dedicou a cultura do algodão, por esta ser economicamente mais viável para aqueles que não tinham grandes recursos, mas que “posteriormente, com a maior expansão da cultura canavieira tenham os agricultores restringido a cultura do algodão, por acharem aquela mais rendosa, apesar de muito mais dispendiosa”.¹²⁶ É possível que por algum tempo as duas culturas coexistiram, mas os grandes lucros obtidos

¹²³SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 24-25

¹²⁴SCHWARTZ, Stuart B. Op Cit., 1988, p. 33.

¹²⁵ANDRADE, Gilberto Osório de; LINS, Rachel Caldas. **João Pais, do Cabo**: patriarca, seus filhos, seus engenhos. Recife: Massangana, 1982, p. 58. PEREIRA DA COSTA, F. A. Op Cit. 1951, p. 604-605.

¹²⁶ANDRADE, Manuel Correia de. **Economia Pernambucana no século XVI**. Editora Universitária, 1998, p. 103.

pela venda do açúcar, fizeram com que este gênero ocupasse espaços que antes eram do algodão.

As modificações políticas no Reino de Portugal não mudaram a política de incentivo a cotonicultura. Muito pelo contrário. Durante o período da União Ibérica, a cultura do algodão no Brasil chamou a atenção da coroa espanhola. Sendo assim, em 1588, Felipe II, rei da Espanha, enviou um ofício ao vice-rei da Índia, D. Diogo de Menezes comunicando-lhe que ele estava enviando ao Brasil alguns colonos acompanhando o recém-nomeado governador geral do Brasil e donatário da capitania de Ilhéus, Francisco Giraldes para cuidar do desenvolvimento de uma indústria de tecido de algodão pedindo ao vice-rei que providenciasse pessoas com experiência na fiação e tecelagem deste gênero. O algodão há milênios era utilizado na Índia sendo a cotonicultura bastante desenvolvida naquela região. Dessa forma, dizia o ofício:

Eu mando ora dar ordem como na povoação da costa do Brazil se faça a que convem a seu benefício pera todos os bons efeitos, e vão ora alguns moradores áquelles partes com Francisco Girealdes, que enuio por Governador dellas; e por que sou enformado que será muito meu seruiço, e proueito comu virem dessas partes alguãs pessoas que fiem e teção algodão polla muita quantidade que delle há em toda aquella costa, de que se poderão fazer muitas cotonias para velas, e outros panos de diferentes sortes, vos encomendo que nestas náos façais vir algumas pessoas da terra que o bem saibão fazer, e podemos ser casados (pera melhor se arreigarem naquellas partes, onde podem viver abastados) será de mais efeito pera tudo.¹²⁷

É possível que a Coroa espanhola quisesse desenvolver outros gêneros coloniais que pudessem render aos cofres reais muitos dividendos. Com o algodão se poderia produzir roupas que tanto supriria a colônia como também o próprio reino. Era um gênero que poderia disputar espaço ao linho e a lã além de dar potencial para ampliar a indústria têxtil do reino através de um produto que dava em abundância na América e que não precisava de muitos recursos para produzi-lo.

Outro fator destacável é que a mão de obra empregada na produção de algodão nesse período possivelmente era composta de pessoas livres. Nessa época havia uma massa de imigrantes que se deslocou principalmente do norte de Portugal e que criou um contingente de trabalhadores que se dedicou a agricultura. Segundo Kalina Vanderlei Silva, “A população livre, no século XVI, foi formada com reinóis emigrados voluntários, basicamente artesãos e camponeses, aos quais se somaram os degredados enviados pela Coroa como ‘povoadores’”.¹²⁸ Esse número de pessoas livres, muitos agricultores, formavam uma classe de donos de pequenas

¹²⁷ PEREIRA DA COSTA, Francisco Augusto. Op Cit. 1951, p. 602-603.

¹²⁸ SILVA, Kalina Vanderlei. **A plebe do açúcar:** A População Livre na Retomada da Jurisdição Portuguesa na Capitania de Pernambuco (Séc. XVII-XVIII). HISTÓRIA, São Paulo, 28 (1): 2009, p. 220.

e médias propriedades voltadas a produção de açúcar, algodão e gêneros de primeira necessidade.

Todavia, não era apenas a mão de obra livre que foi empregada neste setor. Houve o caso de muitos escravos africanos que foram deslocados para o interior para trabalhar na pecuária e é possível que muitos deles tenham sido empregados em pequenas e médias propriedades que cultivavam o algodão. O estudo sobre a escravidão no sertão ainda é pouco explorado pela historiografia, como destacou a pesquisadora Socorro Ferraz: “[os historiadores] deram pouco valor à pesquisa empírica e às informações deixadas desde o século XVII, por cronistas e viajantes a respeito dos escravos negros nos currais e nas fazendas de algodão no interior do Nordeste”.¹²⁹

A produção de algodão nesse período não chegou nem perto da que viria a ser na segunda metade do século XVIII. Como falamos anteriormente, o algodão tinha apenas uma importância local. Não era ainda um gênero capaz de despertar o interesse, por exemplo, das companhias de comércio, que serão bastante atuantes no período colonial. No continente europeu poderia ser facilmente substituído pela lã ou pelo linho. No Brasil era exportado de maneira esporádica e sua utilização estava voltada mais para a fabricação de roupas para vestimentas das camadas mais pobres da população livre bem como para a confecção de panos grosseiros para vestimenta dos escravos.¹³⁰ A primitiva indústria de panos desenvolvida pelos indígenas e aperfeiçoada ulteriormente pelos europeus se encarregava deste trabalho de confecção.

Na capitania de Pernambuco podemos encontrar a cultura do algodão em todo o período de sua história. Durante a ocupação neerlandesa essa produção não cessou. Encontramos nos relatórios feitos pelos representantes da Companhia das Índias Ocidentais informações sobre a produção de algodão bem como o incentivo por parte deles para o desenvolvimento desta cultura nas terras conquistadas. Sendo assim, no relatório escrito por Johan van Walbeeck, funcionário da Companhia da Índias Ocidentais, entre 1630-1633, ele disse:

Nenhum país aparece situado tão vantajosamente para os nossos Países Baixos, pois é o mais oriental e mais próximo de toda a América meridional, de modo que uma viagem comum, seja de ida, seja de volta, pode ser calculada em dois meses. Uma vez de posse desta parte setentrional do Brasil, cortáremos o sul do Brasil pela capitania da Bahia ao português, e, podendo nossos artigos ser transportados mais barato e gravados de muito menos

¹²⁹ BARBOSA, Maria do Socorro Ferraz. **A sociedade colonial em Pernambuco. A conquista dos sertões de dentro e de fora** in João FRAGOSO; Maria de Fátima GOUVÊA. (Org.). *Brasil Colonial*. 1 ed. Rio de Janeiro/Civ. Bras.: Civilização Brasileira, 2014, v. 2, p. 200.

¹³⁰ LIMA, Heitor Ferreira. **Formação Industrial do Brasil**. Editora Fundo de Cultura, 161, p. 165.

impostos, destruiríamos todo o seu comércio de açúcar, que, por havermos apoderado da maior parte do comércio das Índias Orientais, é ainda o único recurso da coroa de Portugal. Mas, além disso, teríamos meio de dar ao comércio mais importância ainda, porque sendo no Brasil a exportação de gengibre proibida pelo rei em proveito de Castela, poderíamos permitir esta exportação, e o país, tão apropriado a esta cultura como à da cana-de-açúcar, beneficiar-se-ia com tal permissão e assim Castela a perderia inteiramente. Também o algodão pode ser cultivado com êxito, se bem que agora que ele é, por assim dizer, nativo, se lhe dê pouca ou nenhuma atenção, porque os portugueses não se ocupam senão com o açúcar.¹³¹

Em outro relatório apresentado agora por Hendrik Hamel, Pieter Jansen Bas e Adriaen van Bullestrate, aos “nobres e poderosos senhores deputados do Conselho dos XIX”, no período da insurreição pernambucana, os autores deste texto falaram sobre a preferência dos moradores da capitania de Pernambuco pelo açúcar em detrimento do algodão: “Algodão também poderia ser plantado e obtido em quantidade, mas porque se acha que os açúcares dão mais lucro, ninguém quis ainda plantá-lo”.¹³² Muitas outras informações podem ser encontradas nos registros deixados pelos neerlandeses durante a ocupação de Pernambuco e outras capitanias, mostrando que o algodão nunca deixou de ser cultivado nesta capitania.

O que podemos observar dos trechos apresentados acima é que o algodão não só era cultivado como também sua cultura era incentivada ou destacada como importante; importância relativa, vale salientar. O próprio Maurício de Nassau incentivou “a cultura do arroz, do algodão, do anil e do gengibre produtos que o Norte do Brasil dava em grande abundância, mas cuja exploração era negligenciada pelos habitantes da Nova Holanda, pois todos queriam fabricar açúcar e tirar os seus ganhos desse artigo tão valorizado”.¹³³ Era mais vantajoso para os que tinham posse investir em açúcar, pois o retorno financeiro, nos primeiros séculos de colonização, era muito maior do que se investir em algodão, produto, como já mencionamos, que encontrava equivalentes em quase tudo o que poderia ser fabricado com ele. Sendo assim, durante séculos o açúcar saiu vencedor nessa disputa só perdendo seu posto no início do século XIX.

Fazendo uma análise geoclimatológica do território pernambucano podemos entender melhor certas características históricas, pois o meio ambiente muitas vezes influencia em

¹³¹MELLO, Evaldo Cabral de. **O Brasil holandês (1630-1654)** / seleção, introdução e notas de Evaldo Cabral de Mello. — São Paulo : Penguin Classics, 2010, s. p.

¹³² Relatório de Hendrik Hamel, Adriaen van Bullestrate e Pieter Jansen (Jansz) Bas enviado ao Conselho dos XIX, nos Países Baixos – Fontes para História do Brasil Holandês vol 2. **A administração da conquista**. Mello, José Antônio Gonsalves de. Minc – Secretaria da Cultura 4º diretoria regional da SPHAN, Fundação Nacional Pró-Memória, Recife, 1985 p. 225.

¹³³ WÄTJEN, Hermann. **O domínio Colonial Holandês no Brasil. Um Capítulo da História Colonial do século XVII**. Trad. Pedro Celso Uchoa Cavalcanti. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1938. s. p.

aspectos sociais, políticos e econômicos de uma região. Dessa forma, podemos entender o porquê que o açúcar se concentrou apenas em um determinado local, não se expandindo para o interior, enquanto a cultura do algodão se espalhou sertão a dentro fazendo de Pernambuco um dos maiores produtores deste gênero no Brasil além do algodão de melhor qualidade de toda a Colônia.

Localizado em uma região de baixa latitude, em Pernambuco predominam os climas tropical, mesotérmico e semiárido onde há uma grande incidência de sol durante quase o ano inteiro. Enquanto o litoral e a zona da mata apresentam uma alta taxa de níveis pluviométricos, no agreste e no sertão as chuvas são mais escassas. Como já dito, as chuvas estão concentradas no litoral. Esta região se caracteriza por “apresentar chuvas de moções durante quase todo o ano, com uma estação seca bem definida e relativamente curta que ocorre no outono”.¹³⁴ Dessa forma, o litoral pernambucano tem um clima bastante úmido.

A média anual de chuvas nesta área é de cerca de 2.000 mm em anos normais. Entre fevereiro e setembro as variações pluviométricas são mais intensas no litoral sendo perceptível o aumento da frequência das chuvas a partir de fevereiro com média de 50 à 100 mm, aumentando este número nos meses de março e abril e atingindo seu volume máximo no mês de junho. A partir de julho as chuvas tendem a diminuir. A explicação para tal fenômeno “está diretamente relacionada à posição e intensidade da Alta pressão do Atlântico Sul e à temperatura do Atlântico Sul, próximo à costa brasileira”.¹³⁵

A zona da mata sul é a região que apresenta o maior índice pluviométrico entre todas. A região onde fica os atuais municípios de Barreiros, Escada, Cabo de Santo Agostinho é mais chuvosa do que a zona da mata norte. Ela que é conhecida como a “mata úmida” é mais apropriada para a produção de açúcar. De acordo com Evaldo Cabral de Mello em *Rubro Veio: o imaginário da Restauração Pernambucana*, desde o período holandês já era perceptível uma diferença entre as duas regiões levando-se em conta a “maior produtividade açucareira, de maior volume de produção, de uso mais intenso da mão-de-obra escrava, em resumo, em termos de riqueza”.¹³⁶ Em outras palavras, a mata sul se mostrava muito mais rica e produtiva que a mata norte. Na zona da mata norte (a mata seca), o índice pluviométrico é um pouco menor, mas se comparado com as regiões mais sertanejas, esta apresenta uma quantidade de chuvas bem superior.

¹³⁴ Geomorfologia de Pernambuco acessado em: www.mma.gov.br/estrutura/sqa_sigercom/_arquivos/pe_erosao.pdf, p. 182.

¹³⁵ Geomorfologia de Pernambuco. Op Cit., p. 183.

¹³⁶ MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro Veio: o imaginário da restauração pernambucana**. 2a. ed., Rio de Janeiro, Topbooks, 1997, p. 25.

A área semi-árida de Pernambuco, assim como a de todo o Nordeste, apresenta precipitações “iguais ou inferiores a 800mm” por ano. Nas regiões mais secas, ou seja, aquelas que mais para dentro do território, a média pluviométrica não passa dos 400mm ao ano. Dessa forma, alguns tipos de agricultura se desenvolveram de acordo com a adaptabilidade do clima tendo umas mais sucesso em determinadas áreas do que outras.

Sendo a exceção que quebra a regra, podemos encontrar em Pernambuco regiões frias localizadas nas áreas mais elevadas do território. Em Pernambuco há alguns brejos de altitude. Essas áreas são caracterizadas por um clima tropical úmido, subúmido ou até mesmo subtropical. A altitude desses brejos é marcada pela mistura da mata atlântica com a caatinga contrastando com as áreas mais secas que é característica do interior.

Esta área de seca em Pernambuco é explicada através de fatores naturais. Na verdade, a explicação para tal fenômeno ocorre bem distante dali. Com as alterações ocasionadas pelo aumento das temperaturas na superfície oceânica, no caso os oceanos Pacíficos e Atlântico, a quantidade de chuvas diminuem bastante nas regiões mais sertanejas. De acordo com Lucivânio Jatobá “Nos anos em que o oceano Pacífico Equatorial apresenta águas superficiais com temperaturas mais elevadas do que o normal, instala-se, normalmente, um período de estiagem, sobretudo no Sertão de Pernambuco. O mesmo acontece quando o Atlântico Tropical Sul se resfria”.¹³⁷

No que concerne ao solo a maior parte de Pernambuco é formado por “rochas cristalinas e metamórficas do embasamento Pré-Cambriano”.¹³⁸ Entre as rochas que encontramos neste tipo de terreno temos filitos, calcários cristalinos, gnaisses, migmatitos, granitos, quartzitos e sienitos. Na parte leste de Pernambuco predomina grandes áreas graníticas assim como partes ocupadas por gnaisses e migmatitos. Na zona da mata norte predomina os gnaisses, calcários cristalinos e xistos. Todos esses aspectos foram essenciais para o desenvolvimento da cultura do açúcar, na zona da mata, como a cultura do algodão, nas regiões mais interioranas.

Sem essas condições naturais anteriormente citadas seria impossível termos visto o desenvolvimento por que passaram as duas maiores lavouras que a capitania de Pernambuco já teve. A junção clima-solo é fator *sine qua non* para o progresso das indústrias agrícolas, tão características do Brasil colonial. A produção econômica do Brasil foi essencialmente agrícola durante toda sua história. Essa parte do império português com seu vasto território oferecia condições perfeitas para o investimento na produção dos mais variados gêneros. Mas toda essa

¹³⁷ JATOBÁ, Lucivânio. In **Atlas Escolar Pernambuco**. João Pessoa: Editora Grafset, 2003. p. 53.

¹³⁸ ANDRADE, Manuel Correia de Oliveira. **Atlas Escolar Pernambuco**. João Pessoa: Editora Grafset, 2003. p. 28.

vastidão passou a ser ocupada de maneira relativamente lenta. Era necessário, por vezes, muitos fatores significativos para que os portugueses abandonassem o litoral e adentrassem o território da colônia. A pecuária, a preação de índios e a descoberta do ouro foram alguns desses impulsos que foram dados para a interiorização da metrópole no Brasil. Em Pernambuco, a pecuária e o algodão foram os principais fatores para a interiorização do seu território. Vejamos agora mais detalhadamente o caso desta capitania.

No século XVII, os núcleos urbanos da capitania de Pernambuco iniciaram “um movimento de expansão para o interior do continente, em busca da ampliação de suas propriedades”.¹³⁹ Até então a colonização portuguesa nessa região estava muito concentrada no litoral e zona da mata. Um dos grandes impulsionadores deste processo foi a criação extensiva do gado, que para ser mantido “afastado das áreas litorâneas” foi sendo levado sertão a dentro. Isso ocorreu porque

a permanência da pecuária nas áreas próximas às da agricultura, trouxe problemas de convivência, de vez que o gado era criado solto e destruía as plantações, fazendo com que o Governo estabelecesse que os criadores de gado deveriam se interiorizar, ficando as áreas de criação distantes das áreas agrícolas. Isso contribuiu para a expansão do povoamento para o interior (...)¹⁴⁰

A ocupação neerlandesa acelerou ainda mais esse processo, pois os criadores de gado e de cavalos se deslocaram para o interior para longe das terras ocupadas pelos invasores. Os rios tiveram papel essencial nesse processo de deslocamento, principalmente o rio São Francisco. Quando da expulsão dos neerlandeses, “já era expressivo o povoamento do Sertão, e grupos organizados já haviam derrotado os indígenas e conquistado áreas de pastagens”.¹⁴¹

Os aspectos naturais davam aos criadores de gado algumas vantagens. Apesar da vida difícil, no interior havia certa dificuldade para a “proliferação de verminoses e epizootias”.¹⁴² A secura do clima não impedia que houvesse lugares mais úmidos, como as regiões serranas, onde o criador poderia levar os rebanhos de gado. Outro lugar onde o gado poderia ser conduzido naqueles períodos mais secos eram as plagas próximas aos grandes rios. Tudo isso servia para amenizar as dificuldades encontradas pelo homem sertanejo nos tempos do Brasil colonial.

¹³⁹ SILVA, Kalina Vanderlei. **O sertão na obra de dois cronistas coloniais**: a construção de uma imagem barroca (séculos XVI-XVII). Estudos Ibero-americanos. PUCRS, v XXXII, n° 2, p. 43-63, dez 2006, p. 43.

¹⁴⁰ ANDRADE, Manuel Correia de. A pecuária e a produção de alimentos no período colonial in SZMRECSÁNYI, Tamás J. M. K. (Org.) (1996) **História Econômica do Período Colonial**. São Paulo: Hucitec/Edusp/ABPHE, imprensa oficial, 2002, p. 102.

¹⁴¹ ANDRADE, Manuel Correia de. Op Cit., 2002, p. 102.

¹⁴² ANDRADE, Manuel Correia de. Op Cit., 2002, p. 102.

No campo econômico, os pecuaristas contavam “com um mercado certo na área agrícola, que seria abastecida de carne, de couro e de animais de trabalho”.¹⁴³ O couro era um dos principais produtos produzidos por Pernambuco e era utilizado, entre outras coisas, para enrolar o tabaco. Até o fim do período colonial ele estará entre os principais itens exportados pela capitania.¹⁴⁴ A carne e o couro produzido no interior eram escoados até o litoral onde servia para o consumo dos núcleos urbanos. A pecuária constituiu-se assim como um dos primeiros itens a integrar o interior da capitania ao litoral. Também vale salientar a importância da criação de cavalos¹⁴⁵, que ajudou a impulsionar esse processo de deslocamento juntamente com o gado.

À medida que a colonização portuguesa avançava para o interior, muitas terras foram conquistadas aos índios. Esses indígenas acabaram por se tornar “braços para os trabalhos agrícolas” ou serviram de tropas “auxiliares para combater outras tribos”.¹⁴⁶ Eram aldeados por “missionários que procuravam sedentarizá-los”¹⁴⁷ onde aprendiam ofícios que serviriam para a exploração de sua força de trabalho pelos europeus. Sendo assim, muitos desses indígenas tornaram-se produtores de alimentos e dessa forma contribuíram para o abastecimento das populações do sertão e também do litoral.

Os espaços tomados aos índios no interior iam parar nas mãos de representantes da aristocracia local ou reinol. Muitas foram as sesmarias doadas a essas pessoas de alta posição social. Sobre isso disse Manuel Correia de Andrade:

As terras conquistadas aos índios eram doadas em sesmarias a pessoas influentes junto ao governador-geral da Bahia ou ao capitão-mor de Pernambuco, fazendo com que algumas famílias se apossassem de grandes extensões, verdadeiros latifúndios que compreendiam dezenas de léguas, obrigando os verdadeiros povoadores, homens humildes que haviam enfrentado os indígenas e implantado pequenos currais a se tornarem seus foreiros.¹⁴⁸

Os territórios sertanejos foram sendo ocupados nas duas margens do rio São Francisco onde foram surgindo povoados em um movimento interno de interiorização da América Portuguesa. No entanto, era nos grandes núcleos urbanos que viviam os que dominavam todos esses territórios conforme destacou Manuel Correia de Andrade:

Formou-se, assim, no Sertão (...) uma sociedade pecuarista, dominada por grandes latifúndios, cujos detentores quase sempre viviam em Olinda ou

¹⁴³ ANDRADE, Manuel Correia de. Op Cit., 2002, p. 102.

¹⁴⁴ ARRUDA, José Jobson de Andrade. **O Brasil no Comércio Colonial**. Editora Ática, São Paulo, 1980, p. 211.

¹⁴⁵ PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. Editora Brasiliense, 6ª edição, 1961, p. 193.

¹⁴⁶ ANDRADE, Manuel Correia de. Op Cit., 2002, p. 102.

¹⁴⁷ ANDRADE, Manuel Correia de. Op Cit., 2002, p. 102.

¹⁴⁸ ANDRADE, Manuel Correia de. Op Cit., 2002, p. 102-103.

Salvador, delegando a administração da propriedade a empregados, e nas quais havia sítios que eram aforados e pequenos criadores que implantavam currais. Era uma economia inteiramente voltada para um mercado distante, situado no litoral, para onde a mercadoria se autotransportava, em boiadas conduzidas por vaqueiros e tangerinos, por centenas de léguas.¹⁴⁹

Essa sociedade sertaneja foi resultado desse processo de penetração que teve como principal fator a pecuária. Ela foi a grande responsável pela interiorização dessa região do Nordeste. A descoberta de ouro na região do que viria a ser Minas Gerais foi outro fator, talvez mais rápido, de interiorização da colônia. Os criadores de gados de Pernambuco e outras capitanias então “passaram a abastecer os centros de mineração”.¹⁵⁰ Um intenso mercado surgiu e novas ligações entre o médio e o alto São Francisco surgiram. Os pecuaristas passaram a investir mais ainda na criação de gado com o objetivo de suprir as demandas das áreas de mineração.¹⁵¹

Mas na segunda metade do século XVIII o sistema pecuarista sofreu um impacto. O responsável por tal impacto era uma planta que ganhava cada vez mais importância: o algodão. Estimulada pela revolução industrial, as terras antes ocupadas com a criação de gado deram lugar as fazendas de algodão à medida que o grande *boom* algodoeiro foi deslocado no sentido leste-oeste. Segundo Manuel Correia de Andrade para produzir algodão

grandes áreas foram desmatadas para sua cultura, restringindo a área de gado, e para as culturas alimentícias, de vez que a produção do algodão provocou o crescimento populacional da região. Cresciam as culturas do milho e do feijão, associados à do algodão e à da mandioca.¹⁵²

Todavia este processo de diminuição das áreas para a criação de gado não trouxe prejuízos significativos para os proprietários dos rebanhos. A cotonicultura “coexistiu com a Pecuária”.¹⁵³ Muitos deles também era produtores de algodão e utilizavam esta planta para a alimentação do gado após a colheita da herbácea. Houve um importante aumento na produção de alimentos nesse período a medida que aumentava o mercado por ela. E periodicamente tropas e mais tropas de burros se deslocavam em sentido oeste-leste com o objetivo de abastecer “os centros consumidores do litoral e da mineração”.¹⁵⁴

¹⁴⁹ANDRADE, Manuel Correia de. Op Cit., 2002, p. 103.

¹⁵⁰ANDRADE, Manuel Correia de. Op Cit., 2002, p. 103.

¹⁵¹ANDRADE, Manuel Correia de. Op Cit., 2002, p. 104.

¹⁵²ANDRADE, Manuel Correia de. Op Cit., 2002, p. 105.

¹⁵³ OLIVEIRA, Elza Regis de. **A Paraíba na crise do século XVIII: subordinação e autonomia**. 2ª ed. João Pessoa: Editora Universitária, 2007, p. 85.

¹⁵⁴ANDRADE, Manuel Correia de. Op Cit., 2002, p. 106.

Mas o que era o sertão na visão das pessoas que viveram no período colonial? Ele não tinha o mesmo sentido que tem hoje. Essa divisão atual de litoral, Zona da Mata, Agreste e Sertão não existia entre as populações que viveram no Pernambuco colonial. Segundo Kalina Vanderlei “a ideia de sertão existia no imaginário dessa sociedade desde o século XVI, construída a partir de uma oposição entre as regiões colonizadas do litoral da América portuguesa e aquelas não inseridas na jurisdição metropolitana”.¹⁵⁵ Era uma diferença entre um espaço considerado civilizado, onde havia uma extensão dos mecanismo metropolitano; e o espaço considerado incivilizado, bárbaro onde habitava o desconhecido.

O interior da colônia era habitado, em sua maioria, por indígenas considerados selváticos e perigosos ao imigrante europeu. Com o tráfico africano surgiram também os quilombos, formados nas matas, onde poucos se atreviam a desbravar. Dessa forma, até o advento da mineração no século XVIII “a região civilizada por excelência foi a área açucareira”.¹⁵⁶ Essas regiões se localizavam a poucas léguas do litoral, onde através do Atlântico os portugueses mantinham o contato com a metrópole. Não que muitos europeus não tenham se infiltrado no interior da colônia - os bandeirantes paulistas são a prova que isso ocorreu - mas a maioria dos portugueses preferiram se estabelecer nas regiões litorâneas.

Capistrano de Abreu foi um dos primeiros historiadores a abordar o sertão em suas obras. No que tange a Pernambuco, no entanto, ele cometeu um grande equívoco. Disse o historiador cearense que

na segunda metade do século XVIII não se penetrava no Recife [Pernambuco] além de Bezerros a quinze léguas para o interior: o que ficava além entendia - se com a Bahia. O Bispo Azeredo Coutinho alegava como um dos serviços de seu governo interino (1798 -1804) ter aberto um caminho comunicando a praça de Olinda com os sertões de São Francisco.¹⁵⁷

Mas de acordo com José Antônio Gonsalves de Mello¹⁵⁸ em *Três roteiros de penetração do território pernambucano (1738-1802)* os pernambucanos já haviam explorado o interior da capitania desde o período em que Duarte Coelho governava Pernambuco.

Na carta de doação da capitania hereditária feita pelo rei D. João III a seu súdito, o veterano da Índia, Duarte Coelho Pereira, o rei disse que ele deveria “entrar na mesma largura

¹⁵⁵ SILVA, Kalina Vanderlei. Op Cit, 2006, p. 43.

¹⁵⁶ SILVA, Kalina Vanderlei. Op Cit, 2006, p. 43.

¹⁵⁷ ABREU, Capistrano de. **Descobrimento do Brasil e Povoamento**. Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro. p. 178.

¹⁵⁸ MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Três roteiros de penetração do território pernambucano (1738-1802)** in Da Inquisição ao Império (org) Denis Antônio Mendonça Bernardes, Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2004, p. 88-89.

pelo sertão e terra firme adentro tanto quanto pudesse entrar e for de minha conquista”. Com essa fala, o rei de Portugal estimulava a interiorização da capitania ampliando assim, de fato, os domínios da Coroa.¹⁵⁹ Essas expedições foram realizadas, tanto por terra como pelo rio São Francisco, que pelo foral de 1534, pertencia a Pernambuco.¹⁶⁰

A pecuária e a cultura do algodão foram dois fatores determinantes para tirar os portugueses do litoral e levá-los para o interior. A busca por terras cultiváveis para produzirem algodão foi um dos mais importantes fatores para penetração do território pernambucano como nunca havia ocorrido antes. A concentração populacional no litoral teve significativa mudança à medida que o algodão atraiu para si todas as atenções.

Ao contrário da pecuária, o algodão teve seu impulso feito por iniciativa estatal apenas durante o período de vigência da Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba. A Companhia monopolista incentivou a produção desta cultura devido a sua alta aceitação no mercado externo. As políticas pombalinas de diversificação da agricultura impulsionaram este ramo da economia tendo como consequência a expansão agrícola para o interior da colônia. Já a pecuária, que era incompatível como a produção de cana e outros gêneros, foi durante muito tempo, a rainha das terras sertanejas, até ser sobrepujada pela grande expansão da cotonicultura em fins do século XVIII e início do XIX. No entanto, a lavoura algodoeira em Pernambuco só deslanchou após o fim da Companhia Geral. Vejamos então o que significou a Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba para Pernambuco e para a cultura do algodão no período que aqui nos interessa.

¹⁵⁹ BARBOSA, Maria do Socorro Ferraz. Op Cit, 2014, v. 2, p. 171.

¹⁶⁰ BARBOSA, Maria do Socorro Ferraz. Op Cit, 2014, v. 2, p. 171.

3 ASPECTOS DE MERCADO E A REGULAÇÃO DO ALGODÃO PELA COROA PORTUGUESA NOS SÉCULOS XVIII E XIX

Neste capítulo serão tratados a importância adquirida pelo algodão no século XVIII tornando-se uma verdadeira “febre”. A atuação da Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba e o impulso que esta deu a essa lavoura bem como as mesas de inspeção que serviram como instrumento de controle econômico e político por parte da Coroa portuguesa.

3.1 Monopólio pelo “bem do comércio”: a companhia geral de comércio de Pernambuco e Paraíba (1759-1780)

A segunda metade do século XVIII foi um período de crescimento acelerado da economia global. Foi o momento de transição entre as economias e sociedades pré-industriais em industriais que mudaria a face de todo o planeta. Este crescimento esteve ligado, entre outros fatores, ao desenvolvimento do comércio, a expansão do capitalismo, a revolução industrial e a uma nova ida de metais preciosos da América para o continente europeu.¹⁶¹ A revolução industrial, iniciada na Inglaterra, mas pouco depois expandida para outros países, como EUA, Holanda e França, mudou o modo de produção em todo o mundo.

Este século representou um período de grandes mudanças para Portugal e suas colônias. Em 1706, D. João V (1689-1750) assumiu o poder do reino português em um período em que o ouro brasileiro afluiu aos montes para Lisboa. Este metal há muito era desejado pelos portugueses desde o início do período colonial. A descoberta do ouro em Minas Gerais em fins do século XVII serviu para levar a estrutura colonial portuguesa do litoral para o interior.¹⁶² As primeiras frotas de ouro provenientes do Brasil começaram a chegar a Lisboa por volta de 1695.¹⁶³ No século seguinte o quantitativo deste metal chegando ao Reino aumentou, embora com algumas oscilações. A chegada do ouro do Brasil em Portugal ocorreu em um momento propício, pois as finanças do reino estavam exauridas pelas guerras, crises econômicas e a concorrência de outras nações.

Em 1750, D. José I sucedeu a D. João V em Portugal. Nesse período, ganhou destaque a figura de Sebastião José de Carvalho e Melo, o futuro Marquês de Pombal. Ele passou boa

¹⁶¹ OLIVEIRA, Elza Regis de. **A Paraíba na crise do século XVIII: subordinação e autonomia**. - 2ª ed. João Pessoa: Editora Universitária, 2007, p. 21.

¹⁶² A pecuária, como vimos no capítulo anterior, também foi outro elemento importante para a interiorização da colônia.

¹⁶³ GODINHO, Vitorino de Magalhães. **Portugal, as frotas do açúcar e as frotas do ouro (1670-1770)**. Revista de História, v. 7, nº 15, 1953, p. 83.

parte de sua vida como diplomata do reino de Portugal em países como Inglaterra e Áustria. Em Portugal foi o responsável por realizar reformas importantes para o desenvolvimento do Reino e de suas colônias. Com uma política de substituição de importações e a instalação de Companhias de Comércio monopolistas as reformas no Reino tiveram efeitos sentidos em todo o império.

Pombal foi chamado, em 1750, para compor a equipe de ministros do rei D. José I. Durante os 27 anos do governo deste rei, ele pôs em prática toda a experiência adquirida no exterior e que viria a dar uma nova face ao modo de governar de Portugal. Foi no período pombalino que houve uma política de centralização do poder implementada por Sebastião José de Carvalho com o objetivo de ter uma retomada do controle “dos mecanismos comerciais e fiscais do mundo colonial”.¹⁶⁴

Pombal priorizou, entre outras coisas, a criação de companhias monopolistas. Queria fazer uma política de substituição de importação, ou seja, produzir em Portugal tudo aquilo que era importado do exterior. Neste contexto, foram criadas no Brasil a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão e a Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba. Essas companhias tinham por objetivo impulsionar o desenvolvimento de culturas agrícolas bem como o comércio. Segundo José Ribeiro Júnior “as companhias de Comércio desempenharam um papel de relevo na montagem e manutenção dos impérios coloniais europeus durante a época moderna, estreitamente associadas à política expansionista dos Estados europeus.”¹⁶⁵ O ouro do Brasil já apresentava sinais de declínio e era necessário colocar em práticas outras formas de dinamizar a economia do Reino e de suas colônias.

Portugal durante um bom tempo manteve suas possessões, desenvolveu seu comércio e produção através de instrumentos estatais como a Casa de Ceuta, Casa da Guiné, Casa da Mina ou da Índia e posteriormente ao período da Restauração de 1640, o Conselho Ultramarino¹⁶⁶. Ao tempo em que o reino português investia nesses organismos, outros países europeus preferiam proteger sua produção e seu comércio através da criação de companhias monopolistas.¹⁶⁷ Eram empreendimentos de capital particular e também estatal, sob a tutela do Estado. Foi nesse contexto que surgiram as Companhias das Índias Orientais, as Companhias

¹⁶⁴ CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. A crise do colonialismo luso na América portuguesa in **História Geral do Brasil**, Rio de Janeiro: Campus, 2000. p. 114.

¹⁶⁵ RIBEIRO JR, José. **Colonização e monopólio no Nordeste Brasileiro**: a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, 1759-1780. São Paulo, HUCITEC, 1976, p. 7.

¹⁶⁶ Boletim do Conselho Ultramarino, Lisboa, Imprensa Nacional, 1867, p. 238.

¹⁶⁷ RIBEIRO JR, José. Op Cit, 1976, p. 12.

das Índias Ocidentais de vários países como Inglaterra, França e Países Baixos. Muitas outras companhias monopolistas também surgiram nesses países para os mais variados fins.

Portugal também criou suas companhias gerais monopolistas. Foi em meados do século XVII que este reino despertou para a necessidade de se criar companhias comerciais. O contexto era de dificuldade, pois fazia pouco tempo que Portugal havia se libertado do domínio da Espanha. Sendo assim, era necessário tomar medidas que recuperassem a economia do Reino bastante fragilizada pela guerra.

Pouco tempo depois da Restauração foi criada a Companhia Geral de Comércio do Brasil (1649-1720). Essa companhia surgiu em um período em que o Nordeste se encontrava ocupado pelos exércitos da Companhia das Índias Ocidentais Neerlandesas, ou seja, apesar do Reino estar livre do domínio estrangeiro, suas colônias haviam sido atacadas e ocupadas por diversas outras nações europeias.¹⁶⁸ Mesmo assim, a Companhia Geral exerceu um papel importante no comércio monopolista português nos séculos XVII e XVIII.

Outras companhias surgiram no século XVII. A Companhia de Cachéu foi criada em 1675, estendendo seu raio de ação em 1690 para as ilhas de Cabo Verde focando no comércio de escravos africanos. Em 1679 foi criada a Companhia Geral de Comércio do Maranhão, que teve vida curta e ainda foi responsável pela revolta dos Beckman “em virtude dos desvios dos objetivos para os quais foi estabelecida”.¹⁶⁹ Outras de menor importância também foram criadas nesse contexto como a Companhia de Goa, criada em 1687, a Companhia da África Ocidental, fundada em 1697 e a Companhia do Corisco, criada em 1723.¹⁷⁰

Devido à crise financeira que Portugal enfrentava na segunda metade do século XVII, algumas medidas político-econômicas foram tomadas pela Coroa a fim de solucionar o problema. Sendo assim, entre 1660 e fins de 1690 algumas leis foram promulgadas com o objetivo de valorizar a precária indústria portuguesa. As Pragmáticas Sanções, promulgadas em 1668, 1677, 1686 e 1698 “nada mais foram do que a consequência legal do ponto de vista do grupo político dominante”¹⁷¹ em Portugal.

A saída de moedas de Portugal estava intimamente ligada a importação de diversos produtos, principalmente os de luxo. Junto a isso, as guerras constantes, os tratados firmados

¹⁶⁸ INÁCIO, Inês C.; e LUCA, Tânia Regina de. **Documentos do Brasil colonial**. São Paulo: Ática, 1993, p. 109.

¹⁶⁹ RIBEIRO JR, José. Op Cit, 1976, p. 19.

¹⁷⁰ RIBEIRO JR, José. Op Cit, 1976, p. 20.

¹⁷¹ ROSSINI, Gabriel Almeida Antunes. **Notas acerca das políticas fabril-manufatureira e monetária portuguesas implementadas em fim do século XVII**. acessado em: www.abphe.org.br/arquivos/gabriel-almeida-antunes-rossini, p. 9.

com a Inglaterra, entre outras coisas, enfraqueceram bastante a economia portuguesa.¹⁷² A crise econômica europeia era mais um ingrediente a se somar a difícil situação enfrentada pelos portugueses. Sobre isso escreveu Virgílio N. Pinto:

A crise do metal precioso e a crise agrodemográfica, afetando quase todos os setores das atividades européias, provocaram a reversão do movimento secular mercantilista e precipitaram a recessão econômica, que se fez sentir desde meado do século XVII até início do século XVIII.¹⁷³

As Pragmáticas Sanções, encabeçada pelo 3º Conde de Ericeira, Luís de Meneses, pelo Marquês da Fronteira e por Duarte Ribeiro de Macedo, ministro português em França e principal defensor da implementação das políticas colbertianas¹⁷⁴ em Portugal; tiveram como principal objetivo proteger a economia portuguesa contra a concorrência estrangeira bem como desenvolver a manufatura em Portugal.¹⁷⁵ Todavia, essas políticas não tiveram os resultados esperados.

No começo do século XVIII um tratado firmado entre os portugueses e os ingleses estreitaram ainda mais os laços entre esses dois povos. O Tratado de Methuen, firmado em 1703 era mais um dos muitos que haviam sido realizados anteriormente. Portugal firmou nos anos de 1642, 1654 e 1661 tratados com o Reino Unido que de certa forma dava desvantagens aos portugueses. O Tratado de Methuen seguia nessa mesma linha.

O Tratado de Methuen, ou o Tratado de Panos e Vinhos é motivo de grandes debates historiográficos até a atualidade. De acordo com o historiador português António José da Silva Moreira alguns estudiosos defendem que este tratado foi vantajoso para Portugal.¹⁷⁶ Outros defendem que o tratado foi o ponto inicial da dependência portuguesa em relação aos ingleses. O certo é que o Tratado de Methuen regularizou um processo que na realidade já existia. Ou seja, oficializou um comércio que havia entre Portugal e a Inglaterra. Há muito os panos ingleses eram importados ou contrabandeados pelos lusitanos e estes, em contrapartida, vendiam seus vinhos aos britânicos. Sobre isso, nos diz Vitorino de Magalhães Godinho:

[...] o tratado de Methuen registra, sobretudo, uma situação de fato; já antes de 1703 o contrabando inglês introduzia em grande quantidade os panos ingleses que eram proibidos: situação de que os holandeses se aproveitavam

¹⁷² ROSSINI, Gabriel Almeida Antunes. Op Cit, p. 5.

¹⁷³ PINTO, Virgílio Noya. **O ouro brasileiro e o comércio anglo-português**: uma contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1979, p. 4.

¹⁷⁴ O Colbertismo propunha que o volume de exportações fosse maior que o de importações para que se obtivesse uma balança comercial favorável. Sobre o assunto ver Pierre Deyon **O Mercantilismo**, Editora Perspectiva, 1973.

¹⁷⁵ ROSSINI, Gabriel Almeida Antunes. Op Cit, p. 2

¹⁷⁶ MOREIRA, António José da Silva. **Pombal Revisitado**. Editora Estampa, Vol II, Lisboa, 1984, p. 15.

para fazer o mesmo. E o comércio do vinho do Pôrto tinha-se desenvolvido antes de 1703. Ora, o tratado de Methuen estipula duas coisas simples: Portugal concede autorização para a entrada dos panos ingleses — legalização de uma situação de fato — e a Inglaterra concede um direito preferencial aos vinhos portugueses em face dos franceses, outra consagração de uma situação de fato, porque os vinhos portugueses apenas pagavam metade do que pagavam os vinhos franceses, e até cêrca de 1770 sempre pagaram metade em vez dos dois terços que o tratado admitia.¹⁷⁷

Como anteriormente afirmado, o vinho era um dos principais produtos importados de Portugal pelos ingleses. Por seu lado, os portugueses importavam dos ingleses principalmente os tecidos feitos de lã e posteriormente os feitos de algodão, apesar de muito desse algodão ter sido adquirido no Brasil.

No século XVIII a economia portuguesa estava basicamente assentada na exportação de vinho, frutas, sal, cortiça e azeite que eram produzidos na metrópole. E açúcar, tabaco, madeira etc., além dos escravos, produtos que eram originários das regiões coloniais.¹⁷⁸ Estas mercadorias eram essenciais para o bom andamento do setor econômico de Portugal. Todavia, apesar do alívio proporcionado pelos aluviões de ouro que chegavam ao Reino provenientes do Brasil, a economia portuguesa enfrentava algumas dificuldades e precisava passar por algumas reformas.

As políticas monopolistas promovidas por Pombal era uma resposta as más condições da economia portuguesa, altamente dependente do ouro brasileiro na metade do século XVIII. O ouro do Brasil, que havia trazido uma ilusória prosperidade aos portugueses acabou por estagnar a produção interna do Reino. De acordo com José Ribeiro Júnior “a produção interna portuguesa diminuiu no período joanino. A situação da agricultura piorou gradativamente após as grandes remessas auríferas do Brasil, pois os grandes latifúndios nas mãos de uns poucos nobres, mais atraídos pelo luxo da corte, eram subaproveitados”.¹⁷⁹

Era necessário então fazer com que as colônias dessem mais rendimentos para aumentar a arrecadação do erário público e assim melhorar a situação financeira do Reino. O controle maior da metrópole sobre os impérios ultramarinos foi uma das políticas tomadas pelo Marquês de Pombal. As companhias monopolistas controladas por portugueses natos era um instrumento importante para atender aos interesses metropolitanos. No entanto, o Brasil do século XVIII já era a principal região do império português onde havia grandes comerciantes que tinham seus interesses particulares, em sua maior parte, divergente dos interesses da Coroa. Pernambuco,

¹⁷⁷ GODINHO, Vitorino de Magalhães. Op Cit, 1953, p. 78.

¹⁷⁸ RIBEIRO JR, José. Op Cit, 1976, p. 25.

¹⁷⁹ RIBEIRO JR, José. Op Cit, 1976, p. 26.

Rio de Janeiro e Bahia se destacavam entre as principais capitanias, e isso não passou incólume aos olhos do Marquês.

Como já mencionado anteriormente, Pernambuco era uma região importante dentro do império português. Consoante Erika Dias, esta capitania era a “terceira região exportadora do Brasil e a terceira maior consumidora dos géneros comercializados por Portugal, no século XVIII...”.¹⁸⁰ Dessa forma, como falamos, Pernambuco tornou-se “um dos alvos da política mercantilista de Pombal”.¹⁸¹ Outras capitanias também atraíram o interesse metropolitano, como a Bahia e o Rio de Janeiro, todavia foi em Pernambuco que ela foi mais efetiva nesse período.

A ideia de Companhias monopolistas não era algo novo em Portugal nem no Brasil. A colônia já havia passado por algumas experiências com empresas monopolistas, como já falado anteriormente. A capitania de Pernambuco, apesar de certas dificuldades financeiras, se comparada a outras capitanias, apresentava uma certa estabilidade.¹⁸² Então, a pedido de alguns comerciantes do Recife, foi sugerida a criação de uma companhia com a finalidade de melhorar o tráfico de escravos essenciais para a manutenção e expansão da cultura canavieira. Dessa forma, em 18 de maio de 1757, o governador de Pernambuco, Luís Diogo Lobo da Silva escreveu

ao Reino informando a intenção dos senhores de engenho, lavradores e comerciantes em estabelecerem uma companhia para aumentar a entrada de escravos em Pernambuco, transportar géneros produzidos na capitania ao Reino e comercializar têxteis, roupa da Índia, ferro, miçangas e outros géneros da Corte, sendo destinado aos comerciantes da Corte apenas a quarta parte das ações desta Companhia.¹⁸³

Uma companhia controlada pela elite colonial era um instrumento perfeito para o desenvolvimento da cultura do açúcar, nessa altura ainda o principal gênero exportado pela capitania. A companhia supriria as dificuldades enfrentadas pelos senhores de engenho em obter escravos, pois as minas do interior do Brasil e as capitanias da Bahia e Rio de Janeiro desviaram para si os escravos que chegavam a Pernambuco, aumentando o preço dos cativos

¹⁸⁰ DIAS, Érika. **A capitania de Pernambuco e a instalação da Companhia Geral de Comércio**. Disponível em: cvc.instituto-camoes.pt/eaar/colóquio/comunicações/erika, p. 2.

¹⁸¹ DIAS, Érika. Op Cit., p. 2.

¹⁸² RIBEIRO JR, José. **Colonização e monopólio no Nordeste Brasileiro: a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, 1759-1780**. São Paulo, HUCITEC, 1976, p. 67 e 70.

¹⁸³ DIAS, Érika. Op Cit, p. 7

nessa região.¹⁸⁴ O tráfico de escravos foi o principal motivo para a criação da Companhia por parte dos comerciantes e senhores de engenho de Pernambuco.

Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro eram as principais capitanias envolvidas com o tráfico de escravos africanos no século XVIII. Comercializavam com os portos de Angola, Benguela, Cabinda, Ajudá¹⁸⁵ entre outros. Navios oriundos dessas capitanias iam a Costa da Mina e Angola comercializar cativos levando como moeda de troca o tabaco e a aguardente. A proximidade do Recife com a África encurtava o tempo da travessia, fazendo de Pernambuco um dos principais entreposto no mercado de africanos escravizados.

A política metropolitana de controle de escravos destinados ao Brasil iniciada na primeira metade do século XVIII, fez com que o tráfico de Pernambuco com a Costa da Mina fosse desviado para a região de Angola, região esta onde a presença portuguesa era mais efetiva.¹⁸⁶ Dessa forma, os moradores da capitania de Pernambuco visavam retomar o controle do tráfico de escravos africanos e assim melhorar sua agricultura. Na carta de sugestão da criação da Companhia, os pernambucanos excluíram os baianos, pois eram os baianos grandes produtores de tabaco e concorrentes dos pernambucanos nos negócios da África.¹⁸⁷ Todavia,

a ideia dos colonos era inoportuna para a coroa portuguesa, uma vez que beneficiava em grande parte aos moradores em Pernambuco e isto não se adequava às idéias mercantilistas do Marquês que visava o reforço do exclusivo comercial com o Reino, favorecendo os comerciantes no Reino.¹⁸⁸

O governador de Pernambuco, Luís Diogo Lobo, tentou inutilmente convencer os habitantes mais ilustres de Pernambuco em investir na Companhia. A resistência por parte de elite colonial ao projeto monopolista foi forte, apesar de não ter tido o mesmo sucesso que teve a Bahia e o Rio de Janeiro, onde o projeto de estabelecimento de companhias fracassou. Todavia, a curta duração da vigência da Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba mostrou que no embate entre o poder metropolitano e o poder local acabou por prevalecer o interesse local, pois apesar do período de vigência de vinte anos estabelecido em sua

¹⁸⁴ DIAS, Érika. **Redes mercantis, os homens de negócio e a coroa portuguesa**: propostas de empresas comerciais na segunda metade do século XVIII em Pernambuco in *Essa parte tão nobre do corpo da monarquia: poderes, negócios e sociabilidades em Pernambuco colonial, séculos XVI – XVIII*. Recife, Editora Universitária, 2016, p.236-237.

¹⁸⁵ DIAS, Érika. Op Cit, p. 7

¹⁸⁶ STABEN, Ana Emília. **Visões sobre o comércio de escravos entre Pernambuco e a Costa da Mina no século XVIII**, 2011, p. 497.

¹⁸⁷ DIAS, Érika. Op Cit., p. 7.

¹⁸⁸ DIAS, Érika. Op Cit., p. 7.

implementação, este não foi ampliado, pois a Companhia era muito malquista pelos pernambucanos.

A ideia de criação de uma companhia de comércio para a região oriental do Brasil era diferente daquela pensada pela elite colonial pernambucana. O interesse dos portugueses muitas vezes divergia do interesse dos luso-brasileiros. A Coroa não tinha um controle absoluto sobre seus súditos, ao contrário do que muito defendeu uma historiografia mais antiga. As ordens régias, em muitos casos encontravam oposição da “nobreza da terra” que em determinadas situações não acatavam tais ordens, ou muitas vezes a adaptavam aos seus interesses; ou ainda, se opunham de maneira veemente. Houve casos até de reinóis e luso-brasileiros se unirem contra os interesses da Coroa.

Havia projetos de se instalarem na Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco as tais companhias de comércio. Pelo menos desde o século XVII havia este desejo.¹⁸⁹ Todas elas tinham como objetivo o benefício dos interesses metropolitanos. Sendo assim, o primeiro local para a implementação de uma companhia seria a Bahia, mas os comerciantes dessa capitania deflagraram forte oposição a este projeto. Apesar da pressão sofrida pela Coroa, que impôs restrições ao tabaco de terceira qualidade comercializado pelos baianos, os habitantes da Bahia não cederam.¹⁹⁰

Rio de Janeiro também conseguiu se livrar da imposição de uma companhia aos moldes da Coroa. Com o ouro contrabandeado da região de Minas Gerais, os habitantes da cidade do Rio de Janeiro conseguiam comprar os escravos necessários para suas demandas. Os comerciantes e traficantes do Rio de Janeiro “faziam comércio com a Companhia Real Inglesa da África de quem compravam escravos e mercadorias europeias”, o que de certa forma dispensava a instalação de uma companhia monopolista para suprir tais demandas. Os cariocas utilizaram desse argumento para se opor a instalação de uma companhia monopolista, o que talvez tenha dado certo, “pois a ideia de uma companhia nunca foi levada adiante”.¹⁹¹ Todavia, ao que parece, a falta de recursos também tenha sido um fator que contribuiu para a não realização de tais projetos.

Pernambuco e também o Maranhão não escaparam a instalação de uma companhia aos moldes metropolitanos. A ideia da Companhia, além de não agradar aos habitantes de Pernambuco, também não agradou aos estrangeiros, especialmente os ingleses. Pombal buscava recuperar o domínio sobre o comércio gerando mais recursos a fazenda real e este fato não

¹⁸⁹ DIAS, Érika. Op Cit, p.8.

¹⁹⁰ DIAS, Érika. Op Cit, p.9.

¹⁹¹ DIAS, Érika. Op Cit, p.10.

agradou aos britânicos, que tinham grandes negócios em Portugal. Sendo assim, “no início do decênio de 1760 os círculos comerciais e oficiais ingleses tinham chegado a perceber muito claramente os objetivos da legislação econômica e das companhias de comércio de Pombal”.¹⁹²

A possibilidade de criação das companhias no Rio de Janeiro e Bahia foram motivos de reclamação dos comerciantes ingleses que viviam em Lisboa. Os britânicos sabiam que as medidas tomadas por Sebastião de Carvalho e Melo, a longo prazo, poderiam retirar os privilégios historicamente adquiridos pelos ingleses em Portugal. Em uma petição enviada pelos mesmos comerciantes citados ao Conde de Kinnoull dizia que caso essas companhias fossem fundadas, elas mudariam “a circulação e a canalização do comércio das mãos dos súditos ingleses para as dos portugueses”¹⁹³ e, conseqüentemente eles ficariam privados das grandes vantagens que tinham.

Todavia, o esforço britânico em fazer com que Portugal não implementasse tais companhias não deu certo. O contexto da política mundial exigia que Portugal mantivesse um maior controle sobre suas colônias, bem como livrasse o Reino da influência britânica. Segundo Kenneth Maxwell, Portugal já era nessa época “parte daquele ‘império informal’ de comércio e influência que os britânicos de meados da era vitoriana considerariam sua invenção”.¹⁹⁴ As invasões britânicas a Cartagena, em 1741 e Havana, em 1762 ligou um sinal de alerta aos portugueses. O próprio Pombal enviou uma correspondência ao Vice-rei do Brasil onde dizia que, os ingleses, dada a “sua natural arrogância (...) se acham no estado de conquistarem os Domínios Ultramarinos de todas as outras potências da Europa cada vez que se acharem ocasião ou pretexto para o empreenderam”.¹⁹⁵ Dessa maneira, era necessário aumentar o controle sobre a colônia, para não perdê-la aos estrangeiros.

A contragosto da elite colonial pernambucana, foi instituída a Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba, em 30 de julho de 1759 por meio de alvará régio que teve confirmação em 13 de agosto do mesmo ano. Ela foi criada seguindo os mesmos moldes da Companhia de Comércio do Maranhão e Grão-Pará, criada em 1755.¹⁹⁶ A iniciativa de criação de uma companhia havia sido feita pelos comerciantes de Pernambuco¹⁹⁷, mas não nos moldes

¹⁹² MAXWELL, Kenneth. *A Devassa da Devassa. A inconfidência mineira: Brasil e Portugal 1750-1808*, ed. Paz e Terra, 1977, p. 55.

¹⁹³ MAXWELL, Kenneth. Op Cit, p. 55.

¹⁹⁴ MAXWELL, Kenneth. Op Cit, p. 57.

¹⁹⁵ MAXWELL, Kenneth. Op Cit, p. 56.

¹⁹⁶ DIAS, Érika. Op Cit, p. 17.

¹⁹⁷ DIAS, Érika. Redes mercantis, os homens de negócio e a coroa portuguesa: propostas de empresas comerciais na segunda metade do século XVIII em Pernambuco in *Essa parte tão nobre do corpo da monarquia: poderes, negócios e sociabilidades em Pernambuco colonial, séculos XVI – XVIII*. Recife, Editora Universitária, 2016, p. 231.

em que foi implementada essa companhia pela Coroa. Os pedidos para tal empreendimento datavam de 1757, pouco tempo depois de criada a companhia do Maranhão.¹⁹⁸

Oficializada a criação da companhia em agosto de 1759, em fins deste mesmo ano foram enviados ofícios a Pernambuco, Paraíba, Bahia, Rio de Janeiro e Minas Gerais “salientando as vantagens da criação da companhia”.¹⁹⁹ Era necessário encontrar acionistas que quisessem investir nesse empreendimento e aumentar seu capital. Todavia, essa iniciativa não teve êxito. Os comerciantes e senhores de engenho locais não se interessavam em investir na Companhia, apesar dos esforços feitos pelo governador no intuito de convencê-los.²⁰⁰

Com o objetivo de compensar seus prejuízos, ocasionados pelo contrabando, que há muito existia no Brasil, a Companhia de Comércio mantinha a preços altos os produtos que comercializava. Essa política, obviamente trouxe a revolta dos homens de negócios de Pernambuco. O próprio governador da capitania escreveu :

Parece-me que a Companhia geral seria mais florescente, se por preços mais favoráveis e ordinários mandasse vender as fazendas e outras mercadorias da Europa, e assistir juntamente por esta direção, aos lavradores, com dinheiro e certos géneros de fazendas de que necessitam e costumam pedir.²⁰¹

Na década de 1760, segundo Erika Dias, se iniciaram “as muitas queixas dos produtores de açúcar, dos comerciantes de couro e tabaco” de Pernambuco “gerando uma forte oposição à Companhia, apesar dos esforços dos governadores para resolver a situação”.²⁰² E na década seguinte uma seca, a péssima safra dos gêneros agrícolas, a queda do preço do açúcar e os altos preços dos produtos que circulavam em Pernambuco “geraram um clima compreensível de insatisfação e rebelião contra a Companhia”.²⁰³ Mas foi em meio a este clima de insatisfação e oposição que foi impulsionada em Pernambuco duas culturas importantes por meio da Companhia de Comércio: a do arroz e a do algodão. Falaremos da segunda.

¹⁹⁸ DIAS, Érika. Op Cit, 2016, p. 232.

¹⁹⁹ RIBEIRO JR, José. Op Cit, 1976, p. 89.

²⁰⁰ DIAS, Érika. Op Cit, p. 13.

²⁰¹ Apud DIAS, Érika. Op Cit, p. 13.

²⁰² DIAS, Érika. Op Cit, p. 13.

²⁰³ DIAS, Érika. Op Cit, p. 13.

3.1.1 O algodão sob a companhia geral de comércio de Pernambuco e Paraíba

A lavoura algodoeira não era nenhuma novidade em Pernambuco, mas a importância adquirida por este produto no mercado internacional, era. Sobre o algodão nesse período, nos disse Caio Prado Júnior:

[...]o papel do algodão nunca fora de destaque; em particular na Europa, onde nada havia que o avantajasse às fibras de produção local então utilizadas para os mesmos fins que ele: o linho ou a lã. Os progressos técnicos do séc. XVIII permitirão o seu aproveitamento em medida quase ilimitada, e ele se tornará a principal matéria-prima industrial do momento, entrando para o comércio internacional em proporções que este desconhecia ainda em qualquer outro ramo.²⁰⁴

O século XVIII foi o século do algodão no Brasil. A lavoura do algodão foi implementada em larga escala nos sertões mineiros e baianos.²⁰⁵ Em Pernambuco e Maranhão elas foram impulsionadas pelas respectivas companhias monopolistas. No Maranhão, segundo Raimundo Gaioso o comércio de algodão começou na década de 1760.²⁰⁶ Todavia, existem alguns ofícios direcionados a Coroa, como um de 1661 dos oficiais da Câmara de São Luís²⁰⁷ e outro do ouvidor-geral do Maranhão²⁰⁸, Diogo de Sousa Menezes onde tratam do preço do algodão que circulava naquela capitania já no século XVII.

Segundo Caio Prado Júnior, a lavoura do algodão encontrou no interior do Brasil “as condições naturais altamente propícias, mão-de-obra relativamente abundante que a decadência da mineração deslocara e pusera à sua disposição...”.²⁰⁹ As terras mais secas do interior do país eram propícias para o desenvolvimento da lavoura algodoeira. Sendo assim, a cotonicultura se espalhou por diversas capitanias do Brasil. Além de todo o Nordeste, a lavoura algodoeira podia ser encontrada em capitanias como São Paulo, Rio de Janeiro, a já citada, Minas Gerais e até em Goiás.²¹⁰ De acordo com Caio Prado Jr “o país inteiro fora atingido pelo *boom*”.²¹¹ Mas no

²⁰⁴ PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. Editora Brasiliense, 6ª edição, 1961, p. 125.

²⁰⁵ PRADO JR, Caio. Op cit..p. 134.

²⁰⁶ GAIOSO, Raimundo José de Souza. **Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão** (1818). Reprodução fotográfica do original. Rio de Janeiro, 1970, p. 179.

²⁰⁷ 1661, Agosto, 4, São Luís do Maranhão CARTA dos oficiais da câmara da cidade de São Luís do Maranhão ao rei D. Afonso VI, sobre proposta apresentada numa Junta, para se fixar os preços aos escravos do sertão e ao algodão. AHU_CU_009, Cx. 4, D. 437

²⁰⁸ 1662, Maio, 15, Pará CARTA do ouvidor-geral do Maranhão, Diogo de Sousa Menezes, para o Conselho Ultramarino, sobre o preço do algodão e os procedimentos dos oficiais da câmara da cidade de São Luís do Maranhão. AHU_CU_009, Cx. 4, D. 450

²⁰⁹ PRADO JR, Caio. Op cit. p. 134.

²¹⁰ PRADO JR, Caio. Op cit. p. 150.

²¹¹ PRADO JR, Caio. Op cit. p. 150.

decorrer do século XIX, com o declínio do preço do algodão em decorrência da entrada do algodão norte-americano no mercado internacional, a cotonicultura se restringiu às áreas mais tradicionais de produção.

Uma dessas áreas tradicionais era o Maranhão. Essa capitania nunca se adaptou bem com a cultura do açúcar²¹², o que fez dela uma região pobre e subutilizada pela Coroa²¹³. Além disso, a maior parte dos escravos africanos que vinham para o Brasil eram direcionados para as capitanias mais importantes fazendo com que o Maranhão tivesse graves problemas de falta de mão de obra. Havia também a falta de capital para se investir. Dessa forma, o Maranhão, bem como outras regiões do norte, encontrava dificuldades em expandir sua agricultura e acabaram por basear sua economia na exportação das “drogas do sertão”.²¹⁴

O algodão era uma cultura bem difundida no Maranhão. A produção deste gênero estava voltada para abastecer o mercado interno, inclusive servindo de moeda de troca. Sobre isso escreveu Manuel Arruda da Câmara:

Maranhão antigamente não deitava algodão algum para Europa, e só o cultivava para gasto do paiz, que era tão pobre, que o fio que seus habitantes fiavão do algodão, era a moeda Provincial, servindo-se délla para comprar o que precisavão, de sorte que até nos açougues a carne era comprada a troco de novellos de fio; até que o Ilustríssimo Senhor General Teles animou os Agricultores, obrigando a Companhia a fiar de muitos escravatura, ferramentas, etc. e desde então principiou Maranhão a enriquecer, e augmentar.²¹⁵

Com a implementação da Companhia de Comércio do Maranhão e Grão-Pará tudo mudou. O fornecimento de escravos africanos foi garantido além da disponibilidade de linhas de créditos para os lavradores que fez com que a agricultura nessa capitania crescesse. O algodão então alcançou números espantosos no Maranhão do século XIX integrando essa parte do Brasil definitivamente ao mercado Atlântico.²¹⁶ A produção nessa capitania deslanchou e no começo do século XIX o Maranhão figurava como uma das principais regiões exportadoras de algodão do Atlântico Sul²¹⁷ concorrendo ativamente com Pernambuco.

²¹² MARTINS, Diego de Cambraia & MELO, Felipe Souza. **O algodão do brasil e a economia atlântica: comparações entre maranhão e pernambuco (c.1750-c.1810)**. 7ª Conferência Internacional de História Econômica e IX Encontro de Pós-Graduação em História Econômica, 2018, p. 5.

²¹³ RIBEIRO JR, José. Op Cit, 1976, p. 61.

²¹⁴ MARTINS, Diego de Cambraia & MELO, Felipe Souza. Op cit, 2018, p. 5

²¹⁵ CÂMARA, Manuel Arruda da. **Memórias do algodoeiro**, 1799, p. 6-7.

²¹⁶ MENZ, Maximiliano. **A companhia de Pernambuco e Paraíba e o funcionamento do tráfico de escravos em Angola (1759-1755/80)**. Afro-Ásia, 48, 2013, p. 45.

²¹⁷ ARRUDA, José Jobson de. **O Brasil no comércio colonial**, 1980, p. 366.

Em Pernambuco a exportação do algodão começou na década de 1770. De acordo com Manuel Arruda da Câmara, os primeiros sacos de algodão enviados de Pernambuco para Portugal seguiram no ano de 1778 “ainda que a primeira porção de algodão, que de Paranãbuc se mandou para Portugal, foi em 1778, com tudo o número das arrobas desde então até 1781 foi muito diminuto, e desse anno por diante he que se foi augmentando...”.²¹⁸ No entanto, o algodão pernambucano já chegava à Europa desde o século XVI.

Contrariamente ao que afirmou Manuel Arruda da Câmara, um ofício de 15 de março de 1776 enviado pelo governador de Pernambuco, José César de Meneses ao Marquês de Pombal já dava conta sobre alguma carga de algodão que seguia na corveta Santa Ana, São José e Almas que levava, entre muitas coisas, “algumas sacas de algodão”.²¹⁹ Até mesmo antes já seguia algum algodão de Pernambuco para à Europa.

Foi com a Companhia de Comércio que o algodão foi estimulado de maneira oficial pela Coroa. A cultura do algodão foi inicialmente implementada ao sul da capitania de Pernambuco, na região de Alagoas. Depois foi se deslocando para o norte, passando por Olinda e Recife e adentrando o território se dirigindo para Pau d’Alho, São Lourenço, Nazaré da Mata, Tracunhaém, Vitória de Santo Antão, Bom Jardim, Limoeiro, Taquaritinga do Norte, Brejo da Madre de Deus chegando até o interior da Paraíba. Estes núcleos urbanos estavam localizados na zona da mata norte, a mata seca, local onde a produção de açúcar era menor e onde o clima era mais propício para o cultivo do algodão. No sertão, foi ocupando terras antes inaproveitadas²²⁰ fazendo de Pernambuco um dos principais produtores desse gênero na colônia.

O alto valor adquirido pelo algodão no mercado internacional chamou a atenção das autoridades portuguesas e este gênero se encaixou no programa de diversificação da agricultura juntamente com a cultura do arroz e outros produtos promovidos por Pombal. Segundo Maximiliano Menz, “estas empresas foram um marco na transição entre a depressão aurífera e a recuperação da agricultura de exportação no final do século [XVIII]”.²²¹ Dessa forma, as culturas agrícolas foram de grande importância para a recuperação econômica de Portugal bastante afetada pela diminuição da produção de ouro e diamante. O algodão foi uma delas.

No entanto, a ideia de se investir na cultura do algodão de maneira mais enérgica, na verdade pode ser percebida em meados do século XVIII, pouco tempo antes da fundação da

²¹⁸ CÂMARA, Manuel Arruda da. **Memórias do algodoeiro**, 1799, p. 7.

²¹⁹ 1776, março, 15, Recife OFÍCIO do [governador da capitania de Pernambuco], José César de Meneses, ao [secretário de estado do Reino e Mercês], marquês de Pombal, [Sebastião José de Carvalho e Melo], sobre a corveta Santa Ana, São José e Almas que veio da Bahia e se dirige ao porto de Lisboa carregada de caixas de açúcar, tabaco, sola, vaquetas e algumas sacas de algodão. AHU_CU_015, Cx. 122, D. 9305.

²²⁰ LEITE, Glacyra Lazzari. Op Cit, 1988, p. 58.

²²¹ MENZ, Maximiliano. Op Cit, 2013, p. 45

Companhia de Comércio. Antes mesmo, o algodão já aparecia em 1729 em uma lista de alguns produtos que ficaram isentos de impostos.²²² Na década de 1750 o governador de Pernambuco, Luís Diogo Lobo da Silva, já incentivava a produção deste produto em sua capitania. Em um ofício enviado a Sebastião José de Carvalho, Lobo da Silva exaltava as vantagens em se implementar na sua capitania fábricas têxteis e também de se aproveitar o grande número de homens e mulheres brancos que viviam desocupados para serem empregados nesta indústria. Diz o dito ofício:

Vendo a abundância de finíssimo algodão que produz esta capitania em toda a sua extensão e quase sem agricultura, e a quantidade de mulheres e pessoas ociosas que há em toda essa, e que deste gênero se podia tirar o fundamento para as aplicar ao trabalho em benefício dos que o semeassem evitando-se o que tinham em limpar da semente à mão, e seguindo-se a convivência não só de se entreterem muitas pessoas recolhidas no emprego de o fiarem, mas também de retirarem (sic) a semente com mais facilidade e assim a ocupação de tanta escravatura neste emprego o dificulta o poder-se dar em preços que pudessem fazer conta ao comércio e venda o grande que se faz no que vem de levante e aceitar partes ao mesmo passo que não é superior ao nosso...²²³

O efeito da atitude do governador em desenvolver a cultura do algodão em sua capitania foi nulo. A própria Companhia de Comércio, que tinha por objetivo diversificar a economia da capitania de Pernambuco e Paraíba e que possuía recursos para tal, no máximo o que conseguiu foi “exportar uma saca de algodão em 1764”.²²⁴ Mas a alta demanda deste produto no mercado internacional faria com que o incentivo ao algodão continuasse por parte das autoridades portuguesas.

Na década de 1770 a demanda por este produto já era muito alta e os portugueses estavam atentos a isso. O algodão ganhava prestígio no mercado internacional e um pedido realizado em 1772 pela junta da Companhia de Comércio solicitando a introdução da cultura deste gênero na capitania atesta isso.²²⁵ Em 1773 a direção da Companhia de Comércio “dava boas notícias sobre os cultivos e falava que o algodão estava sendo cotado em 4.800 réis a arroba”.²²⁶ Em 1776, se pensou em Pernambuco em desenterrar a velha proposta de Luís Diogo Lobo e Silva em se investir na cultura do algodão. Em 1777, o governador de Pernambuco, José

²²² AMARAL, Luís. **História Geral da Agricultura Brasileira**. 2ª Edição, Companhia Editorial Nacional, São Paulo, 1958, P. 34.

²²³ AHU_ACL_CU 015, Cx. 83, D. 6914. Data da documentação. Recife, 15 de janeiro de 1789. Transcrição realizada por Levi Rodrigues de Souza Silva. Revista Clio – Revista de Pesquisa Histórica – nº 25-1, 2007., p. 266.

²²⁴ MELO, Felipe Souza. **O negócio de Pernambuco: financiamento, comércio e transporte na segunda metade do século XVIII**. São Paulo, 2017, p. 143.

²²⁵ MELO, Felipe Souza. Op Cit. 2017, p. 144.

²²⁶ MELO, Felipe Souza. Op Cit. 2017, p. 144.

César Menezes “oficiou às Câmaras municipais recomendando [que se] intensificassem e fomentassem a lavoura algodoeira em obediência às instruções da Secretaria de Estados dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos”.²²⁷ No mesmo ano, José César de Menezes enviou dois ofícios a autoridades portuguesas no Reino. O primeiro datado de 25 de fevereiro foi direcionado a Martinho de Melo e Castro, secretário de Estado da Marinha e Ultramar. O segundo estava direcionado ao Marquês de Pombal. Ambos tratavam de um mesmo assunto: “introduzir a cultura do algodão e do arroz” em Pernambuco e nas capitanias anexas.²²⁸ A Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba, por essa época, tentou incentivar a produção de algodão na região sul da capitania, “nas Alagoas” e na vila de Penedo. No entanto, a Companhia de Comércio foi um empecilho para o desenvolvimento do algodão. O *modus operandi* da empresa monopolista desestimulou a iniciativa individual. Foi apenas com sua extinção no ano de 1780 que a cotonicultura deslanchou em Pernambuco.

No entanto, houve em Pernambuco certa resistência por parte de alguns setores mais tradicionais no que concerne a aceitação da hegemonia do novo produto na balança comercial da capitania. Alguns senhores de engenho preferiam manter sua atividade açucareira que se envolver com a lavoura do algodão. Essa atitude fez com que houvesse pouca mão de obra escrava disponível para ser empregada na cotonicultura. Enquanto vigorou a Companhia de Comércio, Pernambuco era abastecido pelos escravos trazidos por ela, mas com a sua extinção, a situação mudou. Os trabalhadores livres, espalhados pela capitania foram a solução encontrada para suprir a falta de mão de obra por que passava Pernambuco.²²⁹

Em resumo, o período em que vigorou a Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba a produção algodoeira não deslanchou. Havia inclusive queixas contra ela reclamando de seus métodos em relação aos incentivos a lavoura do algodão. Foi somente a partir de 1780, com a extinção da Companhia que a cotonicultura deslanchou em Pernambuco, apesar de ter sido no período de sua vigência que se deu o primeiro passo no sentido de desenvolver a cotonicultura nesta capitania e anexas. A ausência de uma empresa monopolista que atendesse aos interesses metropolitanos permitiu aos produtores locais maior liberdade para investir em

²²⁷ AMARAL, Luís. Op Cit, 1958, P. 35.

²²⁸ 1777, fevereiro, 25, Recife OFÍCIO do [governador da capitania de Pernambuco], José César de Menezes, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre se introduzir a cultura do algodão e do arroz na dita capitania e suas anexas. Anexos: 7 docs. AHU_CU_015, Cx. 126, D. 9561. & 1777, fevereiro, 25, Recife OFÍCIO do [governador da capitania de Pernambuco], José César de Menezes, ao [secretário de estado do Reino e Mercês], marquês de Pombal, [Sebastião José de Carvalho e Melo], sobre se introduzir a cultura do algodão e do arroz na dita capitania e suas dependentes. Anexos: 7 docs. AHU_CU_015, Cx. 126, D. 9566.

²²⁹ PALLACIOS, Guillermo. **Campesinato e escravidão no Brasil – agricultores livres e pobres na Capitania Geral de Pernambuco (1700-1817)**. Tradução: Walter Sotomayor. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2004, p. 133.

tal cultura. O saldo do período que vigorou a Companhia de Comércio foi uma dívida que se prolongou até o século XX.²³⁰

3.2 As mesas de inspeção [do algodão]

As companhias de comércio não foram as únicas medidas administrativas tomadas pela Coroa portuguesa com o intuito de aumentar o controle sobre as colônias e assim arrecadar mais impostos para o erário real. Inserido no contexto das reformas promovidas pelo Marquês de Pombal surgiram as Mesas de Inspeção na segunda metade do século XVIII. Esses órgãos tinham por objetivo controlar e fiscalizar determinados gêneros que eram exportados pela colônia. As reclamações em relação a qualidade dos produtos coloniais por parte dos comerciantes reinóis, tiveram efeitos práticos na política pombalina. As Mesas serviram como instrumentos de fiscalização de produtos como açúcar, tabaco e o algodão.

A criação das Mesas de Inspeção, ou Casas de Inspeção foi estabelecida pelo novo regimento da Alfândega do Tabaco de 16 de janeiro de 1751.²³¹ Em 27 de janeiro do mesmo ano, um decreto incluiu sob responsabilidades das Mesas de Inspeção, o açúcar. Em 01 de abril ainda do mesmo ano foi publicado o Regimento das Mesas de Inspeção.²³² Segundo Idelma Aparecida Novais “esses alvarás e decretos eram aprovados como uma forma de amparar os regimentos da casa de inspeção como da alfândega do tabaco e auxiliar na administração e comércio dos produtos coloniais”.²³³

A Mesa de Inspeção do Açúcar e Tabaco foi instalada nas principais regiões do Brasil: Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Maranhão.²³⁴ Essas capitânicas tinham os mais importantes portos da América Portuguesa na segunda metade do século XVIII por onde escoavam produtos de grande importância para o comércio colonial; principalmente o açúcar e o tabaco. Elas tinham funções jurídicas e administrativas com total autoridade para fiscalizar, resolver e punir

²³⁰ LEITE, Glacyra Lazzari. **Pernambuco 1817: estrutura e comportamentos sociais**. Fundação Joaquim Nabuco. Editora Massangana, Recife, 1988, p. 57.

²³¹ Novo Regimento da Alfândega do Tabaco, 16 de janeiro de 1751. **Collecção da Legislação Portuguesa desde a última Compilação das Ordenações**. Dicionário Bibliographico portuguez / Innocencio Francisco da Silva, 1858. v.1.

²³² Sobre a Mesa de Inspeção de Pernambuco ver CONTI, Paulo Fillipy de Souza. **A Casa das Qualidades, Pesos e Preços: A Mesa da Inspeção do Tabaco e Açúcar de Pernambuco (1752-1777)** Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2016, p. 44-66.

²³³ NOVAIS, Idelma Aparecida Ferreira. **A Mesa de Inspeção e o comércio colonial**. XXVII Simpósio Nacional de História, Natal, 22 a 26 de julho de 2013, p. 2.

²³⁴ Novo Regimento da Alfândega do Tabaco, 16 de janeiro de 1751. **Collecção da Legislação Portuguesa desde a última Compilação das Ordenações**. Dicionário Bibliographico portuguez / Innocencio Francisco da Silva, 1858. v.1.

e substituíram as superintendências que haviam em alguns portos, no caso os da Bahia e de Pernambuco, os únicos onde haviam as tais superintendências, criadas em 1702.²³⁵

Além das questões relacionadas ao controle de qualidade dos produtos que circulavam no império português, outra preocupação da Coroa era o combate ao contrabando. O contrabando era praticado por pessoas de diversos setores sociais. Sendo assim, entre os contrabandistas poderiam ser encontrados “comerciantes, lavradores, senhores de engenho, donos de trapiches e sumacas, tropeiros e, inclusive pessoas ligadas a administração colonial”.²³⁶ Os altos preços de alguns produtos faziam com que a população buscasse no mercado paralelo os produtos de que necessitavam. Aos que vendiam tais produtos, o ato de burlar o pagamento de impostos aumentava a margem de lucro, o que, apesar do risco, representava um bom negócio. Dessa forma, as Mesas de Inspeção instaladas nos principais portos do Brasil²³⁷ ganhavam importância a medida de terem a função de coibir os descaminhos e contrabando e aumentar as receitas do Estado em um contexto em que Portugal buscava recuperar seu prestígio.

A ineficiente administração da Coroa portuguesa, a conivência e o envolvimento das autoridades metropolitanas, entre outras coisas, foram essenciais para a existência do descaminho e do contrabando. O contrabando, parecia, de certa forma, complementar a economia colonial. Era através dos contrabandistas que se tinha acesso a mercadorias estrangeiras.²³⁸ Navios franceses, norte-americanos, neerlandeses e principalmente ingleses²³⁹ introduziam seus produtos clandestinamente na colônia trazendo sérios prejuízos ao erário real de Portugal. Esses últimos intensificaram bastante o contrabando de produtos no Brasil em finais do século XVIII quando houve a inversão da balança comercial anglo-portuguesa.²⁴⁰

Havia um intenso comércio ilegal entre a capitania de Pernambuco e anexas com a Bahia na segunda metade do século XVIII. Em relação ao açúcar, inúmeras foram as queixas direcionadas a Coroa portuguesa relatando como era feito este comércio bem como agiam os contrabandistas envolvidos nesse processo. Os contrabandistas agiam preferencialmente a noite “porque era o período em que existia uma inatividade da mesa de Inspeção e de policiamento

²³⁵ CONTI, Paulo Fillipy de Souza. *Às vésperas do monopólio. A capitania de Pernambuco antes da Companhia de Comércio 1750-1757*. Monografia, Recife, 2014, p. 44.

²³⁶ NOVAIS, Idelma Aparecida Ferreira. Op Cit, 2013, p. 5.

²³⁷ Novo REGIMENTO da Alfândega do Tabaco, 16 de janeiro de 1751. p. 35.

²³⁸ NOVAIS, Idelma Aparecida Ferreira. Op Cit, 2013, p. 11-12.

²³⁹ SANTOS, Corcino Medeiros dos. *Três ensaios de história colonial*. Editora: Senado Federal, Brasília, 2008, p. 46.

²⁴⁰ ARRUDA, José Jobson de. *O algodão brasileiro na época da revolução industrial*. América latina história econômica, mayo-agosto, 2016, p. 175.

da costa”.²⁴¹ Ademais, era impossível para as autoridades coloniais fiscalizarem o imenso litoral que havia entre a Bahia e Pernambuco.

As Mesas de Inspeção, mesmo que de certa forma tivessem conseguido impor algumas regras ao “livre comércio” realizado pelos senhores de engenho e comerciantes da colônia, elas não conseguiram erradicar o comércio paralelo que havia tanto entre as capitanias como entre os estrangeiros e os habitantes do Brasil.

Em relação as fraudes, mesmo com um órgão responsável para fiscalizar a qualidade dos produtos, elas continuaram a acontecer. Os negociantes de tabaco, por exemplo, utilizavam dos mais variados artifícios para burlar as autoridades da Mesa e dessa forma lucrar com produtos de baixa qualidade que se passavam por de alta qualidade. Essas práticas eram de conhecimento da Coroa. Em alvará régio de 15 de julho de 1775, o Rei D. José falou sobre as tais fraudes que trazia sérios prejuízos tanto ao Reino como aos comerciantes fixados em Portugal, mesmo após mais de uma década da instalação das Mesas de Inspeção

[...] para se evitarem as fraudes, que por falta de serem promptamente punidas, e de se tomar conhecimento individual dos que as commettêrão, se tem praticado com excesso de alguns anos a esta parte no beneficio, enrôlas, e conducções dos Tabacos; resultanto da falta do mesmo beneficio, assim no Campo, como nas Casas, em que se recolhe, depois de tirado agro, a pouca duração dele; e do máo enrolamento, mistura, e introdução de Tabacos ruins no interior dos rolos, cobertos com algumas porções do de melhor qualidade; para assim iludirem as Mezas da Inspecção, os Examinadores, e os Negociantes, que o comprão para o mandarem para este Reino...²⁴²

Em Pernambuco as políticas pombalinas encontraram forte resistência por parte da elite local. As Câmaras, lugares privilegiados de poder, foram o centro dessa resistência, pois seus componentes eram pessoas influentes que agiam em defesa de seus interesses. Sendo assim, inúmeros foram os ofícios direcionados a Coroa com reclamações sobre a atuação tanto da Mesa de Inspeção como da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba.

A Mesa de Inspeção de Pernambuco foi instalada no dia 05 de abril de 1752 baseado no alvará régio do ano anterior. Fixada no Recife, local da capitania onde o comércio era mais dinâmico. De início a Mesa de Inspeção se dedicou prioritariamente ao açúcar e o tabaco. Inclusive, na própria carta que anunciava sua instalação “os integrantes da Mesa informavam sobre a difícil situação em que se encontrava a cultura da cana e a produção de açúcar em

²⁴¹ NOVAIS, Idelma Aparecida Ferreira. Op Cit, 2013, p. 9.

²⁴² **Collecção da Legislação Portuguesa desde a última Compilação das Ordenações**. Lisboa: Typografia Maignense, 1828, p. 50.

Pernambuco”.²⁴³ Por essa época era bem verdade que o preço dos escravos havia aumentado muito e a concorrência internacional havia prejudicado bastante os produtores de açúcar pernambucanos.

A Mesa de Inspeção também era responsável por definir o preço dos produtos exportados pelas praças coloniais. Anteriormente a Mesa, havia uma prática de fixação de preços chamado *louvados*. O *louvados* era “uma comissão formada por dois representantes dos produtores e dois dos mercadores que reunidos ao tempo da frota acertavam os preços”.²⁴⁴ De acordo com George Cabral,

esse era um dos momentos mais tensos na longa cadeia de transações que existia entre o produtor e o consumidor final. Muitos elementos entravam em jogo: os interesses dos comerciantes e dos senhores de engenho, as variações do preço nos mercados europeus, a existência ou não de conflitos internacionais. Era de fato muito difícil para o produtor conseguir se impor no momento da negociação dos preços.²⁴⁵

A Mesa de Inspeção de Pernambuco era composta da seguinte forma:

um presidente, que seria o Ouvidor geral da capitania, e dos Juizes Inspetores, um eleito pelos homens de negócio da praça e outro designado pela Câmara Municipal em cuja jurisdição estivesse o distrito no qual se encontrasse instalada a sede da Mesa. Os dois Inspetores reunidos, determinariam os preços para os vários tipos de açúcar produzidos. Cabia a eles também verificar a integridade da mercadoria e classificá-la segundo determinadas categorias (branco, mascavado...). Em caso de haver um impasse entre o Inspetor dos homens de negócio (ou da praça, como eram também chamados) e o dos senhores de engenho e lavradores (da agricultura, ou da lavoura), era atribuição do Presidente da Mesa, o ministro letrado, desempatar a negociação, fixando o preço segundo fosse mais adequado para o ‘serviço real e o bem público’. Neste novo sistema da Mesa de Inspeção, em Pernambuco, um dos Inspetores era nomeado pela Câmara do Recife (o dos senhores de engenho) e o outro pelos mercadores da praça. O mandato dos Inspetores era de um ano.²⁴⁶

Poucos meses depois de instalada a Mesa, a Câmara de Olinda já enviava uma representação dos senhores de engenho reclamando sobre a fixação de um teto ao preço do açúcar, o que acarretava “prejuízos” aos produtores deste gênero. Entre 1753 e 1754 era a vez da Câmara do Recife fazer suas reclamações a Coroa. Ambas as Câmaras se queixavam

²⁴³ SOUZA, George Félix Cabral de. O rosto e a máscara: estratégias de oposição da Câmara do Recife à política pombalina. In **Comunicações, Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades**. Centro de História de Além-Mar (CHAM), Universidade Nova de Lisboa, 2005. p. 2.

²⁴⁴ SOUZA, George Félix Cabral de. Op Cit, 2005, p. 3.

²⁴⁵ SOUZA, George Félix Cabral de. Op Cit, 2005, p. 3.

²⁴⁶ SOUZA, George Félix Cabral de. Op Cit, 2005, p. 3.

praticamente sobre a mesma coisa.²⁴⁷ No entanto, os protestos não foram suficientes para que a Coroa voltasse atrás e a Mesa de Inspeção de Pernambuco permaneceu.

Passados os problemas iniciais, a Câmara de Olinda e a do Recife passaram a disputar a indicação do cargo de juiz inspetor. O juiz inspetor em Pernambuco e no Maranhão era um cargo ocupado pelo ouvidor geral da capitania, logo, o juiz da vila do Recife era o mesmo que atuava em Olinda, pois se tratava do mesmo espaço jurisdicional.²⁴⁸ A elite colonial pernambucana soube rápido como se beneficiar deste novo instrumento administrativo estabelecidos pela Coroa portuguesa.

Com o tempo a Mesa de Inspeção não despertava mais a ojeriza que inicialmente tinha, muito pelo contrário, como já afirmamos, a elite local procurou utilizar deste mecanismo régio para atender seus interesses. Os pernambucanos perceberam que o controle da Mesa poderia servir de instrumento legal para a manutenção de seus privilégios sem entrar em conflito direto com a Coroa. Sendo assim, aquilo que antes era motivo de revolta passou a ser objeto de proteção aos interesses dos habitantes da colônia.

Todavia, com a implementação da Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba, em 1759 criou-se outra celeuma. Essa companhia privilegiada ia de encontro aos interesses dos pernambucanos. Muitos foram os embates entre os senhores de engenho e comerciantes de Pernambuco e a Companhia. Criada com o instrumento de beneficiar os negociantes da metrópole, a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba não agradou a elite local dessas capitanias principalmente naqueles períodos de crise.

A década de 1770 foi marcada pela grande crise da Companhia. A situação financeira difícil do império se somava ao aumento de impostos lançados pela Coroa. Entre os anos de 1769-1770 houve uma forte seca na região o que trouxe sérios problemas na produção de açúcar e outros gêneros. Sendo assim, a Mesa de Inspeção, que estava sob controle da elite local, utilizou do decreto real de 27 de janeiro de 1751²⁴⁹ para acrescentar a quantia de 200 réis ao preço da arroba do açúcar exportado. Todavia, a Companhia negou-se a aceitar tal procedimento, pois isso acarretaria prejuízos a ela. Os senhores de engenho e os lavradores então relutaram em embarcar suas caixas de açúcar. A Mesa de Inspeção deu apoio aos

²⁴⁷ SOUZA, George Félix Cabral de. Op Cit, 2005, p. 3-4.

²⁴⁸ Sobre o assunto ver CONTI, Paulo Fillipy de Souza. **A Casa das Qualidades, Pesos e Preços: A Mesa da Inspeção do Tabaco e Açúcar de Pernambuco (1752-1777)** Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2016, p. 125-157.

²⁴⁹ Collecção da Legislação Portuguesa desde a última Compilação das Ordenações. Lisboa: Typografia Maigrense, 1828, p. 41.

produtores de açúcar. A Companhia acabou por ceder às pressões empreendidas pelos pernambucanos.²⁵⁰

Em 1777 morreu o rei D. José I e assumiu o governo sua filha, a rainha D. Maria I. A nova soberana afastou do poder o velho ministro, o Marquês de Pombal, mas continuou com muitas das reformas iniciadas por ele. No período pombalino foi estimulado a indústria no Reino, mas o mesmo não ocorreu na colônia.²⁵¹ O Brasil seria responsável por fornecer matéria-prima para as indústrias portuguesas. Dessa forma, verificou-se um incentivo a diversificação de diferentes culturas na colônia em busca de novas matérias-primas. Uma das consequências dessa política foi o estímulo “a plantação algodoeira de Pernambuco e Maranhão já no reinado de D. Maria I”.²⁵²

Em 1780 a Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba foi extinta após ter acabado seu período de vigência, estabelecido durante sua criação. Foi ainda durante a existência da Companhia que a cultura do algodão foi estimulada. Os primeiros sacos de algodão de Pernambuco foram enviados para a Europa na década de 1770. Este incipiente produto foi aos poucos ocupando um grande espaço na pauta de exportação da capitania de Pernambuco. Com o tempo se tornaria o mais importante gênero exportado por esta capitania.

Com o crescimento da lavoura do algodão e o grande volume de carga deste produto chegando ao porto para ser embarcado para a Europa fazia-se necessário criar-se mecanismo de controle estatais que tirassem vantagem dessa indústria. No entanto, havia uma falta de fiscalização sobre este produto, o que gerou o protesto de muitos comerciantes e agentes portugueses. As fraudes a que eram submetidas as sacas de algodão enviadas ao Reino fez com que surgisse, em 1788, uma proposta de comerciantes de Lisboa, enviadas a Rainha visando obliterar a fraude por meio da Mesa de Inspeção do açúcar. Nessa proposta, pedia-se a criação de uma junta de Inspeção do Algodão para Pernambuco seguindo os moldes da do Maranhão, ou que fossem agregados dois funcionários a Mesa de Inspeção destinados a cuidar do algodão

²⁵⁰ SOUZA, George Félix Cabral de. Op Cit, 2005, p. 8-9

²⁵¹ Alvará de 05 de janeiro de 1785, da rainha Maria I proibindo a atividade industrial no Brasil.

²⁵² DIAS, Érika Simone de Almeida Carlos. **As pessoas mais distintas em qualidade e negócio**: a Companhia de Comércio e as relações políticas entre Pernambuco e a Coroa no último quartel de Setecentos, Universidade Nova de Lisboa, 2014, p. 12.

exportado pela capitania.²⁵³ As reclamações²⁵⁴ perduraram até o início do século XIX quando foi criada a Alfândega do Algodão.

No início do século XIX a produção do algodão aumentou vertiginosamente. A alta aceitação desse produto no mercado externo fez com que a Coroa desse uma atenção maior a este gênero criando assim mecanismos sobre este produto. Sendo assim, em janeiro de 1800 foi estabelecida a Alfândega do Algodão tendo como presidente o baiano José Joaquim Nabuco de Araújo,²⁵⁵ primeiro barão de Itapuã e tio-bisavô do político pernambucano Joaquim Nabuco.

Com a Alfandega do Algodão se enrijeceu a fiscalização sobre esta fibra. O método aplicado pela Coroa era análogo ao que era realizado pela Mesa de Inspeção do açúcar, ou seja, um comerciante e um plantador de algodão ficariam responsáveis por arbitrar os problemas relacionados a lavoura do algodão.²⁵⁶ Mas com o decorrer do tempo, a fiscalização do algodão foi ficando relaxada, como bem observou Tollenaire no início do ano de 1817:

a Inspeção do algodão, estabelecida em Pernambuco, tem por fim fixar as qualidades e garantir contra as fraudes. A' medida que o commercio se foi desenvolvendo, esta repartição foi se relaxando e degenerou em simples escriptorio de verificação para o pagamento do dizimo. Contramarcavam ali, quasi sem exame, todas as balas com a marca de primeira qualidade.²⁵⁷

Um aspecto importante a se observar é que à medida que o algodão foi ganhando importância, na segunda metade do século XVIII e no século XIX, começaram a surgir correspondências direcionadas a Coroa pedindo cargos públicos relacionados a este gênero, como, por exemplo, o de guarda-mor do algodão. Sendo assim, em 1799 encontramos um requerimento do desembargador Francisco Duarte Coelho direcionado ao secretário de Estado

²⁵³ [post. 1788]. REQUERIMENTO dos negociantes da praça de [Lisboa] à rainha [D. Maria], pedindo a criação da Junta de Inspeção do Algodão para a capitania de Pernambuco, a exemplo da capitania do Maranhão, ou que se destine dois inspetores da Junta do Açúcar para fiscalizar o comércio e transporte de algodão na dita capitania. AHU_ACL_CU_015, Cx. 166, D. 11847. & MELO, Felipe Souza. **O negócio de Pernambuco**, 2017, p. 150.

²⁵⁴ OFÍCIO do [ouvidor geral da capitania de Pernambuco], Antônio Luís Pereira da Cunha ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre as medidas que a Mesa da Inspeção da dita capitania tomou com relação a inspeção do algodão e a melhor maneira de organizar o comércio e impostos do dito produto. AHU_ACL_015, Cx. 207, D. 14139.

²⁵⁵ OFÍCIO do desembargador presidente da Mesa da Inspeção, José Joaquim Nabuco de Araújo, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre o estabelecimento na Inspeção e Alfândega, do imposto do algodão e das formas de vistoria das cargas do mesmo gênero, a fim de evitar as fraudes no embarque para o Reino. AHU_ACL_015, Cx. 214, D. 14525.

²⁵⁶ 1800, julho, 23, Recife. OFÍCIO (1ª via) da Junta Governativa da capitania de Pernambuco ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Rodrigo de Sousa Coutinho, informando seu parecer a respeito do requerimento de Francisco José Rodrigues Sete, em que pede o ofício de inspetor do Algodão, ou de guarda-mor da Alfândega do Algodão. Anexos: 4 docs. AHU_ACL_CU_015, Cx. 219, D. 14799. & MELO, Felipe Souza. **O negócio de Pernambuco**, 2017, p. 150.

²⁵⁷ TOLLENAIRE, L. F. de. Notas Dominicais. Revista do IAHGP, 1906, p. 117. & MELO, Felipe Souza. **O negócio de Pernambuco**, 2017, p. 151.

da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho onde ele pedia para que o este interviesse junto à Coroa sobre sua solicitação em que pedia o cargo de guarda-mor do algodão para o seu irmão, João Duarte Coelho, expondo a situação difícil em que este se encontrava solicitando a serventia vitalícia do dito cargo.

Outro importante documento, agora do início do século XIX, é o do serventuário do ofício de guarda-mor da Alfândega do Algodão de Pernambuco, o sr. Manoel Pires Ferreira, irmão mais velho do comerciante Gervásio Pires Ferreira, que solicitava a Coroa a serventia vitalícia de seu cargo. Diz o requerimento que ele havia sido colocado no ofício pelo governo interino de Pernambuco pelo “tempo de hum anno conforme as ordens” do Rei. Com o objetivo de receber mercê da Coroa, salientou também que seu pai, Domingos Pires Ferreira, havia servido ao Estado pedindo ao rei que no lugar da serventia anual, que lhe fosse concedida a “propriedade vitalícia do mesmo offício”.²⁵⁸

Os rendimentos proporcionados pelo algodão atraíram aos ofícios relacionados a este gênero o interesse dos comerciantes e proprietários de terras que viviam em Pernambuco. Muitos deles inclusive passaram a cultivar ou comercializar o algodão, pois este estava dando mais lucros que o açúcar.²⁵⁹ Na documentação enviadas a Coroa encontramos figuras importantes envolvidas de alguma forma com o comércio de algodão como Gervásio Pires Ferreira²⁶⁰, o desembargador Nabuco de Araújo²⁶¹, o comerciante José Maria de Vasconcelos e Bourbon, José Fernandes Gama entre outros. O próprio financiamento da Revolução de 1817 foi custeado pelo dinheiro adquirido com o algodão e açúcar.

Até o ano de 1798, só havia um imposto que recaía sobre o algodão: o dízimo. Praticamente isento de impostos e com alta demanda no mercado internacional, principalmente nas indústrias inglesas e francesas, o algodão se tornou atraente para aqueles que queriam investir em um produto que rendesse lucro. Sendo assim, muitos dos produtores de açúcar

²⁵⁸ REQUERIMENTO do serventuário do ofício de guarda-mor da Alfândega do Algodão, Manoel Pires Ferreira, ao príncipe regente [D. João], pedindo a serventia vitalícia do dito ofício, em lugar da serventia anual. AHU_ACL_015, Cx. 213, D. 14452.

²⁵⁹ MELLO, Evaldo Cabral de. Mata Norte e Mata Sul. **Revista Continente**, ano II, nº 18, junho de 2002, p. 87.

²⁶⁰ [ant. 1805, novembro, 21] REQUERIMENTO dos negociantes da praça de Lisboa José Antônio dos Santos Bastos, Leandro dos Reis Carril e João Lourenço da Cruz, ao príncipe regente [D. João], pedindo que se mande a Real Junta do Comércio averiguar a causa dos suplicantes, proprietários das sacas de algodão salvas em dois naufrágios, mas que se encontra indevidamente em posse do comerciante Gervásio Pires Ferreira. Anexos: 8 docs. AHU_CU_015, Cx. 258, D. 17281.

²⁶¹ 1800, novembro, 4, Recife OFÍCIO (2ª via) do desembargador e ouvidor-geral José Joaquim Nabuco de Araújo, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre as determinações a respeito da inspeção do algodão da capitania do Ceará, e aprovando as providências tomadas sobre a cultura dos carrapatos e do seu azeite, a cultura da mandioca, a construção e conservação de pontes e estradas, e enviando o mapa do rendimento do subsídio do algodão. Anexo: 1 doc. AHU_CU_015, Cx. 221, D. 14938.

passaram também a cultivar algodão, tornando difícil a distinção entre quem cultivava algodão e quem cultivava açúcar.²⁶²

Em 1808, com a vinda da família Real para o Brasil, houve uma abertura econômica na colônia. Portugal estava ocupado pelas tropas napoleônicas e o príncipe regente, D. João, abriu os portos brasileiros para o comércio com as nações amigas. Esse fato deu maior autonomia de comércio as capitanias que podiam comercializar diretamente com outros países sem precisar da mediação da metrópole. Em relação as Mesas de Inspeção, com a abertura dos portos, a Mesa de Inspeção do Rio de Janeiro foi extinta. Ela foi a primeira entre as outras que teriam o mesmo destino. A abertura dos portos não foi benéfica para as Mesas de Inspeção.

Em Pernambuco, em 1811 foi criada a Casa de Arrecadação dos Direitos do Algodão com o objetivo de administrar e arrecadar os direitos sobre este tão valioso produto. Na primeira década do século XIX se verificou o auge nas exportações do algodão.²⁶³ O grande fluxo deste produto que chegava à alfândega necessitava de um órgão mais específico para controlá-lo. Até o final do século XVIII o açúcar, o fumo e também o algodão estiveram aos cuidados da Mesa de Inspeção.²⁶⁴ No século XIX foi então criada uma instituição focada nele: a Casa de Arrecadação dos Direitos do Algodão.

A Casa de Arrecadação do Algodão foi criada através do decreto de 11 de janeiro de 1811. Este decreto foi sancionado pouco depois do acordo firmado entre Portugal e a Inglaterra, em 1810. Nele foi criado o cargo de administrador na qual foi designado para ocupá-lo o sr José Fernandes Gama²⁶⁵. Dizia o dito decreto:

sendo necessário que na Mesa de Inspeção de Algodão da Capitania de Pernambuco, haja um administrador dos respectivos direitos, afim de não haverem os descaminhos que consta haverem-se praticado com grave prejuízo da minha Real Fazenda; hei por bem nomear a José Fernandes Gama para o lugar de Administrador da Mesa de Inspeção do Algodão da Capitania de Pernambuco, vencendo o ordenado annual de 400\$000, pagos aos quarteis pela folha respectiva da Junta da Fazenda da mesma Capitania. O Conde de Aguiar, do meu Conselho de Estado, Presidente do Real Erario o tenha assim entendido, e nesta conformidade faça expedir as ordens necessárias, não

²⁶² MELO, Felipe Souza. **O negócio de Pernambuco**, 2017, p. 152.

²⁶³ MELO, Felipe Souza. **O negócio de Pernambuco**, 2017, p. 147.

²⁶⁴ CONTI, Paulo Fillipy de Souza. **A Casa das Qualidades, Pesos e Preços: A Mesa da Inspeção do Tabaco e Açúcar de Pernambuco (1752-1777)** Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2016, p. 19-20.

²⁶⁵ Curiosamente José Fernandes Gama foi figura importante na história de Pernambuco nesse período. Na década de 20 do século XIX ele seria preso por participar da rebelião promovida por Pedro da Silva Pedroso que em 1823 conseguiu derrubar a Junta Civil que havia sido eleita em outubro de 1820 e que tinha como líder outra grande figura pernambucana, o comerciante Gervásio Pires Ferreira. Parecer n. 1 sobre a prisão de José Fernandes Gama. Acessado em: <https://arquivohistorico.camara.leg.br/index.php/alfandega-de-pernambuco>.

obstante quaisquer leis, regulamentos ou disposição em contrario. Palacio do Rio de Janeiro 11 de Janeiro de 1811.²⁶⁶

O grande volume de algodão passando pelo porto do Recife, que provinha das regiões interioranas de Pernambuco e também das capitanias anexas, como já observamos, fez surgir um órgão estatal de controle sobre este gênero. Sendo assim, antes de seu embarque nos navios que o transportaria para o exterior, o algodão “deveria passar pela Casa de Inspeção, órgão fiscal que demarcava a qualidade do produto, pesava-o e recolhia o dizimo e mais direitos”.²⁶⁷ Com o vertiginoso aumento das exportações de algodão no século XIX “o recinto da Casa de Inspeção tornou-se pequeno para armazenar o algodão que aguardava embarque”.²⁶⁸ Dessa forma, o governador de Pernambuco, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, mandou erigir, em 1814 um local para que fosse abrigado a prensa que enfardava o algodão. Lá ele era pesado, embalado e em seguida enviado para seu destino na Europa.²⁶⁹ Até a década de 1820, o algodão foi um artigo de extremo valor dentro da economia pernambucana, quando começou a declinar.

Em resumo, as Mesas de Inspeção tiveram importante função durante sua vigência no período colonial. Todavia, não resistiram ao período imperial. No finalzinho do governo de D. José muitas delas “já estavam inoperantes”.²⁷⁰ Dessa forma, as Mesas de Inspeção foram extintas através do decreto de 5 de novembro de 1827, que logo em seu artigo primeiro dizia que ficavam “extintas as Mesas de Inspeção do Assucar, tabaco, e algodão”; revogando “todas as leis, regimentos, alvarás, decreto, e mais resoluções em contrario”.²⁷¹ E segundo Paulo Conti, “todas as funções a elas relacionadas foram devolvidas às Juntas de Fazenda e Justiça, e seus funcionários com provimentos vitalícios foram realocados, quando possível, e quando não, continuaram recebendo seus dividendos normalmente”.²⁷²

2.3 A “ambição do algodão” e a agricultura de subsistência

Em fins do século XVIII eram claras as transformações ocorridas na capitania de Pernambuco, resultado das políticas econômicas colocadas em prática durante o período pombalino. A fronteira agrícola se expandiu na zona da mata sul consequência da recuperação

²⁶⁶ Coleção das leis do Brazil, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1890, p.2.

²⁶⁷ RIBEIRO JR., José. 1981. A economia algodoeira em Pernambuco: da colônia à Independência, **Revista Brasileira de História**, vol. 2, (set. 1981) nº 1, p. 239.

²⁶⁸ RIBEIRO JR., José. 1981. Op Cit, 1981, p. 239.

²⁶⁹ RIBEIRO JR., José. 1981. Op Cit, 1981, p. 239.

²⁷⁰ CONTI, Paulo Fillipy de Souza. Op Cit, p. 65.

²⁷¹ Decreto de 5 de novembro de 1827. Acessado em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38410-5-novembro-1827-566717-publicacaooriginal-90234-pl.html.

²⁷² CONTI, Paulo Fillipy de Souza. Op Cit, p. 66.

da agroindústria açucareira. Na zona da mata norte e nas regiões sertanejas o surto algodoeiro iniciado na década de 1780 modificou a paisagem dessas regiões fazendo do algodão o principal produto da economia pernambucana. Nesse período houve, segundo Evaldo Cabral de Mello “a consolidação de uma classe de pequenos proprietários rurais”.²⁷³

Durante toda a história de Pernambuco a zona da mata e o litoral concentraram a maioria da população pernambucana. Em 1782 essas regiões, incluindo o Recife e Olinda, possuíam 90% dos habitantes desta capitania. A zona da mata norte, a conhecida mata seca, era a região mais densamente povoada de Pernambuco²⁷⁴ e lá a pequena propriedade conviveu ao lado da grande. Nesta plaga “os engenhos de açúcar adentravam o bolsão interior da área, ou utilizavam melhor as terras que já possuíam”.²⁷⁵ A transição do trabalho escravo para o livre já se fazia perceptível na zona da mata como um todo personificado na figura do “condiceiros”. De acordo com Evaldo Cabral de Mello, os “condiceiros” eram “homens livres a quem o senhor de engenho concedia o direito a um terreno onde edificar mucambo e plantar a lavoura de subsistência, em troca da obrigação de dar certo número de dias de trabalho por semana ao eito do engenho”.²⁷⁶

A existência de um considerável contingente de trabalhadores livres, agricultores, que se dedicavam a lavoura de subsistência já podia ser percebida desde o período da dominação holandesa. No início do século XVIII, no tempo da guerra dos mascates essa massa de trabalhadores livres foi utilizada como “massa de manobra da nobreza”.²⁷⁷ Essa população de agricultores livres, ao qual Manuel dos Santos vai chamar em sua *Narrativa Histórica das Calamidades de Pernambuco* de “a gente mais indigente de Pernambuco”²⁷⁸, era a responsável pelo abastecimento de víveres da praça do Recife, pois eles cultivavam mandioca, milho e legumes. Cultivavam também muito tabaco e com o desenvolvimento da lavoura algodoeira vão cultivar o algodão.

Essa grande massa de agricultores livres, que viviam geralmente ao lado das grandes propriedades de lavoura de monocultura, foi de extrema importância para o abastecimento dos engenhos e fazendas além de serem responsáveis por parte da produção dos grandes gêneros

²⁷³ MELLO, Evaldo Cabral de. **A Ferida de Narciso. Ensaio de história regional**. São Paulo: editora Senac, 2001, p. 69.

²⁷⁴ CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. **O Quilombo do Catucá em Pernambuco**. Caderno CRH, n. 15, p. 5-28, jul./dez., 1991, p. 6.

²⁷⁵ MELLO, Evaldo Cabral de. Op Cit, 2001, p. 70.

²⁷⁶ MELLO, Evaldo Cabral de. Op Cit, 2001, p. 70.

²⁷⁷ MELLO, Evaldo Cabral de. Op Cit, 2001, p. 70.

²⁷⁸ SANTOS, Manuel dos. Narração histórica das calamidades de Pernambuco. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, n. 53, 2a parte, 1890. p. 58.

agrícolas, como por exemplo, o algodão. Muito do algodão produzido em Pernambuco tinha origem nas pequenas e médias propriedades que havia ao longo do território desta capitania.²⁷⁹

A simplicidade do processo de produção do algodão fez com que muitos dos agricultores livres que viviam em Pernambuco e capitanias anexas se lançassem a cultura deste gênero. Grandes espaços do nordeste oriental antes desocupados ou subutilizados, passaram a ser ocupados pelas plantações de algodão. Segundo Guilherme Pallacios, na segunda metade do século XVIII havia uma crise nos engenhos. Nesse contexto houve um crescimento das comunidades de agricultores pobres. Mas “a partir de 1785, o Estado colonial inicia um intermitente processo de repressão às atividades econômicas das comunidades de cultivadores pobres”.²⁸⁰

Voltando um pouco mais no tempo, no século XVII, percebemos a origem e o quão importante era para a capitania de Pernambuco a existência de uma massa de trabalhadores livres. Nesse período, Recife e Olinda já eram os dois principais núcleos urbanos da capitania e o gênero agrícola que dominava a economia pernambucana era o açúcar. Nessas vilas, bem como em outras da capitania, havia grande massa de “pobres livres, escravos urbanos, pretos e pardos forros, senhores de engenho e grandes comerciantes”.²⁸¹ Junto a essa massa de pessoas se juntaria um grande quantitativo de imigrantes do reino.

A vinda de escravos africanos, além do já existente componente indígena, ajudou a criar um importante contingente de mestiços que passou a integrar, em parte, o número de trabalhadores pobres livres da capitania. Muitos dos trabalhadores livres se envolveram no comércio, em sua maioria, os portugueses. Mas também havia aqueles que se dedicaram a lavoura da cana de açúcar e alguns poucos a do algodão. O algodão, durante os séculos XVI, XVII e até meados do XVIII não tinha muita importância para a economia colonial.

Durante o século XVIII, segundo Kalina Varderlei, houve na América Portuguesa “um considerável crescimento populacional ligado a um surto migratório reinol, ao crescimento interno da população colonial e ao tráfico de escravos”.²⁸² A maioria desses imigrantes era originária do norte de Portugal, das regiões de Viana do Castelo, no Minho e também de Trás-os-Montes. O Minho era a região “mais densamente povoada do Reino” e também uma das

²⁷⁹ RIBEIRO JR, José. Op Cit, 1981, p. 237.

²⁸⁰ PALLACIOS, Guillermo. Agricultura camponesa e plantations escravistas no nordeste oriental durante o século XVIII in **História Econômica do período colonial**/ Tamás Szmrecsányi (org), 2ª edição, São Paulo, Huicitec, 2002, p. 37.

²⁸¹ SILVA, Kalina Varderlei. **A Plebe do Açúcar: A População Livre na Retomada da Jurisdição Portuguesa na Capitania de Pernambuco (Séc. XVII-XVIII)**. HISTÓRIA, São Paulo, 28 (1): 2009, p. 216.

²⁸² SILVA, Kalina Varderlei. Op Cit. São Paulo, 28 (1): 2009, p. 219.

mais pobres.²⁸³ Como somente o filho mais velho de uma família herdava o patrimônio de seus pais, aos outros filhos restava procurar outras formas de fazer a vida. Foi aí que muitos deles se lançaram a vir para a América tentar a vida do outro lado do Atlântico ajudando a aumentar o contingente populacional da América portuguesa.

No início do século XVIII a animosidade entre os imigrantes portugueses e os nobres da terra gerou uma guerra civil em Pernambuco. Esse fato terminou com a elevação do Recife a categoria de vila e da consolidação de uma elite reinol no espaço político pernambucano. Na parte de baixo da escala social, havia um representativo contingente de trabalhadores livres que se dedicavam a agricultura familiar. Eles ocupavam pequenos lotes próximos a núcleos urbanos como Ipojuca, Goiana e outras vilas.²⁸⁴ Cultivavam a mandioca, o milho, o tabaco, o açúcar e o algodão. Da mandioca se fazia a farinha, que na época se chamava “pão da terra”²⁸⁵ e que abastecia os centros urbanos. O milho e o peixe eram outros alimentos importantes.

A mandioca era cultivada principalmente para a alimentação da maioria da população pernambucana.²⁸⁶ Era também a base da alimentação das embarcações que atuavam no comércio de escravos. No século XVIII a Coroa portuguesa determinou que os donos de navios envolvidos no tráfico de africanos “deveriam ter alguns cativos cultivando mandioca”.²⁸⁷ Havia a preocupação de falta de víveres para a população. Sendo assim, em 1725, o governador de Pernambuco, Manoel Rollim de Moura em carta ao rei D. João V já informava sobre esse problema:

[...] atendendo ao prejuízo que causava aos meus vassalos do Estado do Brasil a carestia dos mantimentos [...] das muitas e continuadas embarcações que vão para a Costa da Mina do negocio dos escravos, fora servido mandar promulgar uma lei que todas as pessoas que mandassem as tais embarcações tivessem escravos, plantando mandioca, em tal forma que houvesse farinhas para eles e para o povo [...].²⁸⁸

²⁸³ STABEN, Ana Emília. Op Cit, 2008, p. 54.

²⁸⁴ SILVA, Kalina Vanderlei. Op Cit. 2009, p. 216.

²⁸⁵ **1796, maio, 14, Olinda** CARTA dos oficiais da Câmara de Olinda à rainha [D. Maria I], sobre a falta da farinha de mandioca, bem como os altos preços de venda deste gênero naquela praça devido a substituição de sua produção pela de algodão, com a qual os cargueiros têm melhor rendimento; pedindo que intervenha nestes negócios a fim de evitar a ruína daqueles povos. AHU_CU_015, Cx. 193, D. 13277.

²⁸⁶ SOUZA, George Félix Cabral de. **Saciar para manter a ordem e o bem público: a Câmara Municipal do Recife e o problema do abastecimento da vila (século XVIII)**. Locus (UFJF), v. 38, p. 103-120, 2014, p. 123.

²⁸⁷ STABEN, Ana Emília. Op Cit, 2008, p. 65.

²⁸⁸ **1725, julho, 24, Pernambuco** CARTA do [governador da capitania de Pernambuco], D. Manoel Rolim de Moura, ao rei [D. João V], sobre a aplicação da lei que obriga as pessoas que enviarem embarcações para a Costa da Mina a ter escravos efetivos no cultivo da farinha [de mandioca]. AHU_CU_015, Cx. 31, D. 2864.

Todavia, tempos depois, não seria o tráfico de escravos que causaria uma crise na produção da farinha de mandioca, mas a cultura do algodão, que passou a ocupar as terras antes destinadas a mandioca causando sérios problemas de falta de víveres na capitania.

Não pode ser deixado de fora desse debate a importância do tabaco. O tabaco teve papel fundamental na economia pernambucana dos séculos XVI ao XVIII. Esse produto era essencial para a compra de escravos nos portos africanos. Pernambuco e Bahia eram os maiores produtores de tabaco da América Portuguesa. Eram, juntamente com o Rio de Janeiro, os maiores importadores de escravos africanos do Brasil. No século XVIII o tabaco pernambucano entrou em crise. O baixo nível da qualidade deste produto fez com que seu congêner baiano se tornasse preponderante na economia colonial brasileira. A produção de tabaco, por volta de 1750, passou a ser realizada por uma representativa massa de pequenos agricultores livres. Isso causou sérios problemas para a Coroa, pois “a produção e comercialização do fumo por centenas, talvez milhares de pequenos cultivadores familiares ao longo do litoral nordestino [desorganizou] o mercado do tabaco na Costa d’África”.²⁸⁹

Na década de 1750, o primeiro governador-geral da capitania de Pernambuco, Diogo Lobo da Silva, enviou um ofício ao rei D. João V informando sobre a alta quantidade de mão de obra livre disponível nesta região e o seu potencial caso fosse empregada na produção de algodão.²⁹⁰ A ineficiência da Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba em suprir a demanda de escravos para as capitanias do Nordeste criou uma crise de mão de obra na produção agrícola desta plaga. Dessa forma, a mão de obra livre vai ocupando maior espaço dentro do setor econômico da capitania, mas a escravidão demoraria muito tempo ainda para ser superada pelo trabalho livre.

O Governo de Pernambuco demorou em torno de quinze anos para pôr em prática as propostas realizadas por Lobo da Silva. Enquanto no Maranhão a produção de algodão se desenvolvia, em Pernambuco ela ainda era tímida e incipiente. Mas nos últimos anos de seu funcionamento, a Companhia de Comércio “foi encarregada de organizar esquemas de financiamento à produção de algodão, através de compras antecipadas, que permitissem e encorajassem a difusão do cultivo entre agricultores sem capital...”.²⁹¹ Altamente valorizado no mercado internacional, a produção de algodão obteve muito sucesso entre as comunidades de agricultores pobres de Pernambuco e anexas. A produção dessas pessoas foi inserida no

²⁸⁹ PALLACIOS, Guillermo. Op Cit, 2002, p. 41.

²⁹⁰ AHU_ACL_CU 015, Cx. 83, D. 6914. Data da documentação. Recife, 15 de janeiro de 1789. Transcrição realizada por Levi Rodrigues de Souza Silva. Revista Clio – Revista de Pesquisa Histórica – nº 25-1, 2007., p. 266.

²⁹¹ PALLACIOS, Guillermo. Op Cit, 2002, p. 45.

mercado internacional bem como as regiões antes subutilizadas pelo governo. Todavia, esse fato gerou um grave problema da falta de alimentos.

Segundo Guilherme Pallacios a “febre do algodão” criou uma euforia entre os camponeses do nordeste oriental. Graças a esses agricultores, o algodão tornou-se uma “verdadeira praga” reduzindo “ao mínimo a produção mercantil de gêneros de primeira necessidade” provocando um “colapso do antigo sistema de abastecimento alimentar”. Os camponeses não queriam mais produzir gêneros de primeira necessidade, pois os lucros conseguidos com o algodão aos seus olhos eram mais interessantes. O grande interesse por este gênero fez com que nos círculos dos administradores da companhia este fato fosse conhecido como “a ambição do algodão”.²⁹²

Voltando ao impacto que o cultivo do algodão causou na produção de víveres; no final do século XVIII a Câmara do Recife determinou “que os transportadores de algodão do interior da capitania, ou capitanias anexas, somente pudessem descarregar suas mercadorias nesta vila, quando cada duas unidades de algodão viessem obrigatoriamente acompanhadas de uma carga de farinha”.²⁹³ Do interior da capitania, onde as plantações de algodão eram mais abundante, seguiam em lombos de mulas, cavalos ou através de embarcações, os sacos cheios de algodão para serem escoados pelo porto do Recife.

Juntamente a este processo estava a demanda para o aprovisionamento das embarcações que atravessavam o Atlântico, principalmente aquelas envolvidas no tráfico de escravos. Sendo assim, segundo George Cabral “equilibrar o fornecimento de víveres da praça sem atrapalhar o bom andamento das frotas foi uma tarefa que frequentemente ocupou os administradores municipais das vilas e cidades portuárias na América portuguesa”.²⁹⁴ Em 1723, os vereadores da Câmara do Recife escreveram ao rei D. João V uma carta onde denunciavam a carestia de farinha ocasionada pelo abastecimento dos navios que atuavam nas rotas do tráfico de escravos com a Costa da Mina.²⁹⁵ Ao tempo que a lavoura agrícola necessitava do abastecimento de mão de obra africana, também a população da capitania de Pernambuco necessitava do abastecimento de víveres para se alimentar.

A Câmara do Recife, núcleo urbano mais importante da capitania, resolveu tomar algumas providências no sentido de resolver esse problema de carência de alimentos. Em 1785 determinou que “nenhum lavrador com menos de seis escravos poderia cultivar açúcar ou

²⁹² PALLACIOS, Guillermo. Op Cit, 2002, p. 46.

²⁹³ SOUZA, George Félix Cabral de. Op Cit, 2014, p. 123.

²⁹⁴ SOUZA, George Félix Cabral de. Op Cit, 2014, p. 124.

²⁹⁵ SOUZA, George Félix Cabral de. Op Cit, 2014, p. 125.

algodão, devendo dedicar-se ao cultivo da mandioca”.²⁹⁶ Podemos notar que a Câmara deixou na mão dos pequenos proprietários a responsabilidade de produzir os víveres tão necessários e carentes dentro da capitania neste período. Aos grandes produtores foi imposto que “plantassem mandioca suficiente para suprir as necessidades de seu engenho com um terço de sua produção própria. O restante deveria ser vendido para o abastecimento da vila”.²⁹⁷ Os problemas climáticos vividos pelo Nordeste na década de 1790 também ajudaram a piorar a situação da falta de alimentos em Pernambuco e capitanias vizinhas.

Foi junto aos grandes latifúndios produtores de açúcar e algodão que se desenvolveu esse importantíssimo setor de subsistência. Ele ficava geralmente localizado dentro das grandes propriedades ou em terras próximas a ela. Lá eram cultivados os mais diversos gêneros alimentícios. Sendo assim, “A mandioca, o feijão, o arroz, o milho” poderiam ser obtidos em pequenos sítios localizados próximos as fazendas e engenhos.²⁹⁸ Alguns trabalhadores livres chegavam a se estabelecer em roçados na vizinhança do latifúndio e ali começava a produzir gêneros, que como anteriormente falado, era destinado ao consumo da fazenda. Essas terras subsidiárias das grandes propriedades fornecendo-lhes gêneros de primeira necessidade eram essenciais para a manutenção das fazendas e engenhos existente na capitania de Pernambuco e anexas.

Muitas dessas áreas de subsistência estavam localizadas em terras “cuja posse não apresentava uma fundamentação legal”, ou seja, estavam a mercê “da expansão ou não da agricultura para a exportação”.²⁹⁹ Quando da expansão da lavoura de monocultura nas plagas ocupadas pela agricultura de subsistência os ocupantes desses espaços eram obrigados a se deslocar para o interior ou locais onde os solos eram mais pobres e o clima era pouco favorável. Dessa forma, quando ocorria algum problema climático, como as secas que atingiram o Nordeste na década de 1790 e nos anos de 1815 e 1816, o setor de produção de cultura de subsistência era seriamente prejudicado ocasionando grande falta de víveres.

A capitania de Pernambuco enfrentou esse problema nos últimos anos do século XVIII. A falta de alimentos tornou-se uma constante neste lugar. O governo usava como paliativo “a importação de gêneros de outras capitanias e mesmo do exterior, em especial dos Estados Unidos”.³⁰⁰ Segundo Caio Prado Júnior, Pernambuco foi uma das capitanias mais atingidas pela

²⁹⁶ SOUZA, George Félix Cabral de. Op Cit, 2014, p. 125.

²⁹⁷ SOUZA, George Félix Cabral de. Op Cit, 2014, p. 125.

²⁹⁸ LEITE, Glacyra Lazzari. **Pernambuco 1817: estrutura e comportamentos sociais**. Fundação Joaquim Nabuco. Editora Massangana, Recife, 1988, p. 63.

²⁹⁹ LEITE, Glacyra Lazzari. Op Cit, 1988, p. 63.

³⁰⁰ LEITE, Glacyra Lazzari. Op Cit, 1988, p. 63.

falta de alimentos. A produção pernambucana era menor do que a da Bahia e as secas periódicas agravaram este quadro. Em 1793 houve uma grande seca na região e a Bahia teve que “socorrer os flagelados com fortes remessas extraordinárias de víveres”.³⁰¹ Pernambuco, apesar de ter uma população menor que a da Bahia, “dependia muito mais que esta do abastecimento exterior” importando grande volume de produtos principalmente do Rio de Janeiro.³⁰²

O governo de Pernambuco estava atento a questão da falta de víveres em seu território bem como ao desinteresse dos agricultores livres em produzir gêneros de subsistência. Em uma carta de novembro de 1797 do governador Tomás José de Mello ele já se preocupava com esse problema:

a plantação de mandioca de cuja raiz se fabrica a farinha chamada pau, pão do indigente e miserável povo de Pernambuco ainda que seja de fácil e pouco dispendioso trabalho, não é contudo a lavoura que mais interessa aos agricultores porque a da cana de açúcar lhes promete outras vantagens e sempre foi o primeiro objeto da cultura do Brasil.³⁰³

Nesta mesma carta relatou o governador que a destruição da cultura da mandioca na capitania de Pernambuco havia começado com o cultivo intenso do algodão.

Aos poucos a cultura do algodão foi crescendo em Pernambuco. Começou pela parte sul, na região de Alagoas, então parte desta capitania. Por volta de 1778 “extensas áreas do litoral das Alagoas estavam já tomadas pelo algodão”.³⁰⁴ Por volta de 1780 a cultura do algodão se expandiu para o norte atingindo a região de Pau d’Alho, São Lourenço, Limoeiro, Nazaré e Tracunhaém chegando até a capitania da Paraíba. Em torno de cinco anos após o deslanchamento da cotonicultura em Pernambuco esta capitania foi afligida pela “crise de abastecimento alimentar”.³⁰⁵ Ao que tudo indica, houve uma relação direta entre a produção de algodão e o desinteresse em se produzir gêneros de primeira necessidade.

É relevante trabalhar aqui a importância da agricultura de subsistência para a existência do grande latifúndio no Brasil colonial. Apesar de menos significativa que as grandes áreas produtoras de monoculturas, as médias e pequenas propriedades tiveram papel fundamental na manutenção e abastecimento dos grandes engenhos e fazendas existentes na colônia. Caio Prado Júnior dispensou um subcapítulo de seu livro *Formação do Brasil Contemporâneo* para tratar da agricultura de subsistência. Esse tipo de agricultura era essencial, como já falamos, para a

³⁰¹ PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. Editora Brasiliense, 6ª edição, 1961, p. 105.

³⁰² PRADO JR, Caio. Op Cit, p. 105.

³⁰³ LEITE, Glacyra Lazzari. Op Cit, 1988, p. 64.

³⁰⁴ PALLACIOS, Guillermo. Op Cit, 2002, p. 47.

³⁰⁵ PALLACIOS, Guillermo. Op Cit, 2002, p. 48.

existência das grandes lavouras. Ele entende como agricultura de subsistência toda a cultura que tinha por finalidade ser consumida dentro da própria colônia. Sendo assim, gêneros historicamente ligados a exportação externa, como o açúcar, tabaco e o algodão, também poderiam, segundo o historiador paulista, ser classificados como de subsistência por também ser consumido dentro do território do Brasil.

A produção de gêneros alimentícios estava voltada ao abastecimento da própria colônia. Segundo Caio Prado Júnior, este setor era “subsidiário da economia colonial”.³⁰⁶ Dependia bastante da grande lavoura, pois geralmente a margeava. Se comparada a riqueza produzida pelas grandes plantações de monocultura a sua renda era escassa e “sem vitalidade”. Sua mão de obra era composta majoritariamente pelos trabalhadores livres, mas havia também alguns escravos que cultivavam roças.³⁰⁷

As áreas de agricultura de subsistência se localizavam, geralmente, próximas aos grandes núcleos urbanos. Na Bahia, capital da colônia, as regiões localizadas em torno do recôncavo, área de produção açucareira, foram ocupadas por esta agricultura. No Rio de Janeiro muitos espaços que não foram ocupados pela grande lavoura, tiveram utilidade para a agricultura de subsistência. Em Pernambuco, os locais de produção alimentícia ficavam um pouco afastado dos dois principais centros urbanos da capitania: Olinda e Recife. Os víveres eram produzidos principalmente na Ilha de Itamaracá e na região de Tejucupapo.³⁰⁸ Em *Ideia da População da Capitania de Pernambuco*, o próprio governador da capitania, José César de Menezes falando da freguesia de Itamaracá disse que alguns moradores viviam “de plantar mandiocas, fabricarem farinhas, e conduzirem-nas para a praça do Recife”.³⁰⁹

Rio de Janeiro, Salvador, Recife e Olinda eram alguns dos grandes núcleos urbanos que haviam na colônia. Segundo Caio Prado, “as regiões em que se localiza[vam] as grandes cidades [eram] sempre centros de grande lavoura”.³¹⁰ Dessa forma, durante toda a história do Pernambuco colonial, as terras perto dos grandes centros urbanos estavam concentradas nas mãos da elite local. Essas terras, geralmente eram as melhores para o cultivo da grande lavoura.

As melhores terras pernambucanas estavam concentradas nas mãos da aristocracia local. Sendo assim, no começo do século XIX, Pernambuco tinha uma economia baseada no trabalho escravo, com abundância de terras disponíveis para a agricultura de exportação. O baixo preço

³⁰⁶ PRADO JR, Caio. Op Cit, p. 159.

³⁰⁷ PRADO JR, Caio. Op Cit, p. 152.

³⁰⁸ PRADO JR, Caio. Op Cit, p. 154.

³⁰⁹ *Ideia da População da Capitania de Pernambuco, e das suas annexas...* anno de 1774, **Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**, vol. XL 1923, p. 27.

³¹⁰ PRADO JR, Caio. Op Cit, p. 154.

das terras, ou em alguns casos, a gratuidade dela, proporcionava condições de produção de gêneros agrícolas.³¹¹ Mas para o desenvolvimento tanto das pequenas, média e grandes plantações era utilizado geralmente o trabalho escravo.

Com as grandes fazendas de algodão que surgiram em Pernambuco no século XIX, muito trabalho escravo foi utilizado. Com a expansão dessa cultura que gerava vultuosos lucros, as terras dedicadas a agricultura de subsistência foram sendo ocupadas aos poucos com a nova planta. Dessa forma, tanto no século XVIII como no XIX, as crises de abastecimentos continuaram a afligir a população local, sendo necessária a intervenção do governo para tentar sanar o problema.

³¹¹ BARBOSA, Maria do Socorro Ferraz. **Com açúcar, sem café**. Série História do Nordeste, vol. I, nº 14, Recife, 1993, p. 79.

4 “O FIM DOS TEMPOS LETÁRGICOS”

Neste capítulo serão tratados a quebra da hegemonia açucareira ocasionada pelo advento da cultura do algodão que deu um novo caráter a economia pernambucana bem como o tráfico de escravos e a escravidão que deu suporte para o desenvolvimento da cotonicultura nesta capitania.

4.1 A quebra da supremacia do açúcar e a ascensão do algodão na economia pernambucana

O século XIX representou o momento mais importante para a cultura do algodão na capitania de Pernambuco. De acordo com Fernando Novais, no final do período colonial, a Coroa portuguesa teve uma política de incentivo à produção dentro do Brasil.³¹² Todavia, conforme salientou Glacyra Leite “a crise que atingia o Império Português no início do século XIX, as necessidades cada vez maiores da Coroa e a manutenção do aparelho burocrático faziam com que a política fiscal adquirisse um caráter cada vez mais opressivo”.³¹³ Em correspondência com a Corte, o governador de Pernambuco, Caetano Pinto de Miranda Montenegro reclamava sobre as cargas de tributos que eram aplicadas ao setor econômico e da impossibilidade de ser aplicado novos tributos.³¹⁴ Alegava o dito governador que a capitania havia pouco se recuperado da crise por que passou Pernambuco com o monopólio da Companhia de Comércio.³¹⁵ Mas essa situação mudaria com o crescimento das lavouras do açúcar e do algodão.

Com o fim da Companhia de Comércio, Pernambuco experimentou um período de prosperidade ocasionado principalmente pela produção de açúcar e do algodão. O surto algodoeiro representou um momento peculiar na balança comercial desta capitania. No final do século XVIII o algodão em Pernambuco rompeu, como bem observou Evaldo Cabral de Mello, “trezentos anos de hegemonia açucareira” e acabou por dotar “a economia regional de um setor

³¹² NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. Editora HUCITEC, São Paulo, 1979, p. 281.

³¹³ LEITE, Glacyra Lazzari. **Pernambuco 1817: estrutura e comportamentos sociais**. Fundação Joaquim Nabuco. Editora Massangana, Recife, 1988, p. 55.

³¹⁴ Segundo Evaldo Cabral de Mello os impostos reais existente em Pernambuco eram: os impostos devidos ao rei por todas as capitanias; os impostos criados para custear a guerra holandesa; as antigas taxas donatórias; os tributos exigidos após a instalação da Corte no Rio de Janeiro; o valor de 10% sobre o algodão, além da já existente dízima e o imposto cobrado para suprir os custos da iluminação do Rio de Janeiro. **A Outra Independência**, 2004, p. 29-30

³¹⁵ LEITE, Glacyra Lazzari. Op Cit, 1988, p. 55.

dinâmico que, ao invés do açúcar, que seguia atado ao entreposto do Reino, respondia ao estímulo da indústria têxtil britânica e da francesa”.³¹⁶

Sobre esse fenômeno o autor anônimo de *Ideia Geral de Pernambuco em 1817*, dizia que o algodão acordou os pernambucanos “da sua longa letargia”,³¹⁷ e que “foi esta planta a Arvore, que prodús o Algodão; Arvore admiravel, á cultura da qual se entregarão avidamente os Pernambucanos, logo que as primeiras experiencias lhes mostrarão o pouco trabalho, as modicas despesas, e extraordinarios Lucros, que deste Ramo podião e devião esperar”.³¹⁸ À medida que o algodão teve um excepcional destaque na economia mundial, a Coroa portuguesa e a elite pernambucana, prejudicadas pela crise que as assolou no século XVIII, passaram a se dedicar a este produto onde esperavam conseguir vultuosos lucros nesse negócio.³¹⁹

No início do século XIX “as transformações ocorridas a partir do período pombalino” na economia de Pernambuco eram bem visíveis.³²⁰ Houve nessa época um vertiginoso avanço na “fronteira agrícola da Mata Sul, a consolidação de uma classe de pequenos proprietários rurais e o surto algodoeiro iniciado ao redor de 1780”.³²¹ Sobre o surto algodoeiro este teve seu avanço a partir da década de 1780 com a extinção da Companhia Geral de Comércio que teve o monopólio econômico sobre a região do Nordeste oriental pelo tempo de 20 anos, com a possibilidade de renovação,³²² o que acabou por não ocorrer. Sem o monopólio, a lavoura do algodão teve mais liberdade para se expandir por toda a capitania e também pelas regiões além das fronteiras de Pernambuco.

O sertão nordestino foi bastante beneficiado nesse processo, pois antes do algodão, apenas a pecuária e a criação de cavalos deslocaram de maneira significativa os portugueses do litoral para as regiões interioranas no que concerne ao Nordeste oriental. A concentração em uma pequena faixa de terra ao longo de séculos foi rompida de forma mais expressiva com a consolidação da lavoura do algodão ao ponto de um representante da Mesa de Inspeção dizer em 1806 que “o algodão havia colonizado os sertões”.³²³

³¹⁶ MELLO, Evaldo Cabral de. Op Cit, 2004, p. 59.

³¹⁷ *Ideia Geral de Pernambuco em 1817*, **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco**, nº 29, Tomo IV, 2º semestre de 1883, p. 60.

³¹⁸ *Ideia Geral de Pernambuco em 1817*, 1883, p. 60.

³¹⁹ PALLACIOS, Guillermo. **Campesinato e escravidão no Brasil: agricultores livres e pobres na Capitania Geral de Pernambuco (1700-1817)**. Trad. Walter Sotomayor. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2004, p. 134.

³²⁰ MELLO, Evaldo Cabral de. **A Ferida de Narciso: ensaio de história regional**. São Paulo: Editora Senac-SP, 2001, p. 69.

³²¹ MELLO, Evaldo Cabral de. Op Cit, 2001, p. 69.

³²² GUERRA, Flávio. **Pombal nos caminhos do Brasil**. Ed Inojosa, Recife, 1981, p. 61.

³²³ MELO, Felipe Souza. Op Cit. 2017, p. 142.

Pernambuco era uma capitania populosa. Sua população estava concentrada na Zona da Mata e no litoral. A Zona da Mata poderia ser, geograficamente, dividida em Zona da Mata Norte e Zona da Mata Sul, onde uma possuía um clima mais seco e a outra um mais úmido. Em 1782, as zonas da mata norte e sul, em conjunto com o Recife e Olinda, concentravam 90% da população de Pernambuco³²⁴, algo que diminuiria na terceira década do século XIX. A Zona da Mata Norte, região mais seca e de solo inferior “contava com uma população mais densa que a mata sul”.³²⁵

A Zona da Mata Norte tirou grandes vantagens dos progressos que acometeram Pernambuco no fim do XVIII e início do XIX. Segundo Evaldo Cabral “a mata norte [foi] a grande beneficiária da ‘euforia do fim da época colonial’, graças ao surto algodoeiro”.³²⁶ Mesmo dispondo de um solo, como anteriormente falado, inferior ao da Mata Sul “a mata seca dispunha de população mais densa e de um setor de subsistência mais importante, sendo ali que principalmente se manifestaram os signos percursores da transição do trabalho escravo para o livre”.³²⁷ As antigas propriedades açucareiras, com a “febre do algodão” deram lugar as numerosas fazendas de algodão. Segundo Evaldo Cabral de Mello “os senhores de engenho da mata norte converteram-se ao algodão, usando assalariados e mão de obra escrava e utilizando os terrenos que não se prestavam ou se prestavam mal a cana, como os tabuleiros e as encostas, embora às várzeas continuassem reservadas aos canaviais”.³²⁸ Em relação aos assalariados, Evaldo Cabral estava falando dos condiceiros, que eram “homens livres a quem o senhor de engenho concedia terreno onde edificar moradia e plantar víveres em troca da obrigação de certo número de dias de trabalho”.³²⁹

O Agreste e o Sertão foram as principais regiões produtoras de algodão da capitania de Pernambuco. Entretanto, era no Recife que ficava instalado a estrutura burocrática que permitia que esse algodão fosse escoado para o exterior. A Alfândega, a Mesa de Inspeção e o porto eram o destino final de um longo percurso que começava muitas vezes nas regiões mais interioranas da capitania e atravessava o Atlântico com destino as fábricas inglesas, francesas e também de outras nações europeias. Esses mecanismos de controle eram locais de destaque

³²⁴ MELLO, Evaldo Cabral de. **A Ferida de Narciso: ensaio de história regional**. São Paulo: Editora Senac-SP, 2001, p.70.

³²⁵ MELLO, Evaldo Cabral de. **A outra Independência: O federalismo pernambucano de 1817 a 1824**. São Paulo: editora 34, 2004, p. 57.

³²⁶ MELLO, Evaldo Cabral de. Op Cit, 2004, p. 58.

³²⁷ MELLO, Evaldo Cabral de. Op Cit, 2004, p. 58.

³²⁸ MELLO, Evaldo Cabral de. Op Cit, 2004, p. 59.

³²⁹ MELLO, Evaldo Cabral de. Op Cit, 2004, p. 58.

dentro da estrutura burocrática do governo português e eram cobiçados pela elite local desejosa de conseguir os emolumentos pagos pelo exercício da função.

Conforme falamos, com o aumento da importância do algodão em Pernambuco, os pedidos de ofícios relacionados a este gênero aumentaram bastante no século XIX. Com a criação de um instrumento de controle deste produto, a Mesa de Inspeção do algodão, muitos dos habitantes da capitania pediam mercê a Coroa com o objetivo de trabalhar em determinados setores da burocracia da capitania. Na documentação do Projeto Resgate encontramos alguns pareceres feitos pelo governo local direcionado ao conselho ultramarino onde fazia observações sobre a procedência dos requerentes aos cargos peticionados.

Em julho de 1800 há o parecer de Francisco José Rodrigues Sete que havia pedido o ofício de inspetor do algodão, ou de guarda-mor da Alfândega do algodão. Em seu requerimento, Francisco Sete salientou estar em dificuldades em seus negócios e encontrava dificuldade “de alimentar quinze filhos” que tinha, pedindo que o Príncipe Regente lhe concedesse mercê na Alfândega do algodão, pois na “dita praça [do Recife] se crião varios officios com a nova Inspeção do Algodão”.³³⁰ O suplicante Francisco Sete acabou por conseguir o cargo. Outros documentos podem ser encontrados com pedidos análogos, como o de João Valentim de Faria que pedia para servir em qualquer um dos ofícios criados pela nova alfândega do algodão.³³¹

Quando já componentes do corpo da Alfândegas, alguns suplicantes pediam que os cargos temporários fossem tornados vitalícios. Sendo assim, encontramos o pedido de João Pinto Soares, guarda-mor da Alfândega do algodão pedindo ao príncipe regente, D. João, a propriedade de seu cargo. No seu requerimento, João Pinto destacou que trabalhou no “offício de Meirinho da Meza de Inspeção da mesma cidade [o Recife]” entre os anos de 1794 a 1799 “com muito zelo, honra, fidelidade, e exacto desempenho das suas obrigações”.³³² Esses autos elogios eram parte do processo de convencimento dos requerentes as autoridades régias.

³³⁰ 1800, julho, 23, Recife OFÍCIO (1ª via) da Junta Governativa da capitania de Pernambuco ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Rodrigo de Sousa Coutinho, informando seu parecer a respeito do requerimento de Francisco José Rodrigues Sete, em que pede o ofício de inspetor do Algodão, ou de guarda-mor da Alfândega do Algodão. Anexos: 4 docs. AHU_CU_015, Cx. 219, D. 14799.

³³¹ 1800, julho, 23, Recife OFÍCIO (1ª via) da Junta Governativa da capitania de Pernambuco ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Rodrigo de Sousa Coutinho, informando seu parecer a respeito do requerimento de João Valentim de Faria, em que pede para servir em qualquer dos novos ofícios criados para nova administração do algodão. Anexos: 4 docs. AHU_CU_015, Cx. 219, D. 14803.

³³² [ant. 1800, outubro, 9] REQUERIMENTO do serventuário do ofício de porteiro e guarda-mor da Alfândega do Algodão, João Pinto Soares, ao príncipe regente [D. João], pedindo a propriedade daqueles ofícios da Alfândega do Algodão. Anexos: 14 docs. AHU_CU_015, Cx. 220, D. 14904.

Em dezembro de 1800 um ofício de Rodrigo de Sousa Coutinho, secretário de Estado da Marinha e Ultramar, dando seu parecer sobre o requerimento feito por João Valentim de Faria, o mesmo que havia feito pedido para ocupar qualquer cargo na Alfândega do algodão, pedindo a serventia do cargo de guarda-mor da dita Alfândega. No parecer do secretário observamos que o príncipe regente mandou que ele fosse atendido em seu pedido, mas que ele “devera ser conservado em quanto elle der boa conta de si, e mostrar húa fiel execução no Real serviço, e no cumprimento de suas obrigaçoens, pois de outro modo não devera ser conservado” no cargo.³³³ Muitas vezes, a Coroa impunha condições para a concessão de alguma mercê, e alguns casos elas eram inclusive revogadas.

Muitos outros ofícios podem ser encontrados direcionados a Coroa bem como os pareceres realizados por parte das autoridades coloniais. Manoel José da Silva Castro pedia propriedade vitalícia do ofício de escrivão dos Feitos e Execuções da Fazenda Real em dezembro de 1800.³³⁴ Em 1801 era a vez de Manoel Pereira de Ourém pedir para ser provido no posto de fiel da Balança de Inspeção do Algodão.³³⁵ No ano seguinte pedia João Pedro Queiroz ao príncipe regente o ofício de escrivão da Mesa de Inspeção do Algodão.³³⁶ Em fevereiro de 1804, José Duarte Coelho, guarda-mor da Alfândega do Algodão por meio de seu procurador, José Pedro Cardoso da Costa pedia através de um requerimento enviado ao Príncipe Regente que se ordenasse ao Tribunal do Conselho Ultramarino que lhe fosse enviado um documento habilitando-o para dito ofício para que ele recebesse seu ordenado. Em resposta, o príncipe lhe concede tal mercê dando-lhe a “serventia vitalícia do referido officio do qual receberá o Ordenado de annual de quatro centos mil reis”.³³⁷ O algodão era um produto lucrativo e estar envolvido nesse negócio criava a oportunidade de enriquecimento fácil.

³³³ 1800, dezembro, 19, Recife OFÍCIO (1ª via) da Junta Governativa da capitania de Pernambuco ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Rodrigo de Sousa Coutinho, informando seu parecer a respeito do requerimento de João Valentim de Faria em que pede o ofício de guarda-mor da Alfândega do Algodão da dita capitania. Anexo: 1 doc. AHU_CU_015, Cx. 222, D. 15030.

³³⁴ 1800, dezembro, 19, Recife CARTA (1ª via) da Junta Governativa da capitania de Pernambuco ao príncipe regente [D. João], informando seu parecer a respeito do requerimento de Manoel José da Silva Castro, em que pede a propriedade vitalícia do ofício de escrivão dos Feitos e Execuções da Fazenda Real, ou o de guarda-mor da Alfândega do algodão, ou o de escrivão da Câmara de Olinda. AHU_CU_015, Cx. 222, D. 15048.

³³⁵ [post. 1801, outubro, 2] REQUERIMENTO de Manoel Pereira de Ourém ao príncipe regente [D. João], pedindo ser provido no posto de fiel da Balança da Inspeção do algodão da capitania de Pernambuco. Anexos: 2 docs. AHU_CU_015, Cx. 229, D. 15455.

³³⁶ [ant. 1802, abril, 3] REQUERIMENTO de João Pedro Queiroz ao príncipe regente [D. João], pedindo a serventia vitalícia no ofício de escrivão da Mesa da Inspeção do algodão da capitania de Pernambuco. AHU_CU_015, Cx. 233, D. 15721.

³³⁷ [ant. 1804, fevereiro, 10] REQUERIMENTO do guarda-mor da Alfândega do Algodão do Recife, José Duarte Coelho, por seu procurador José Pedro Cardoso da Costa, ao príncipe regente [D. João], pedindo que se ordene ao Tribunal do Conselho Ultramarino que passe um documento que o habilita no ofício para poder receber seu ordenado. Anexo: 1 doc. AHU_CU_015, Cx. 247, D. 16546.

Os ofícios eram originários em sua grande maioria da vila do Recife. Era nesse local que estava situada a Mesa de Inspeção bem como a Alfândega. Em relação a Alfândega, estabelecida em janeiro de 1800, encontramos um documento junho de 1799, onde se encontra a composição de tal instituição. O regimento para a Alfândega do Algodão de Pernambuco sujeitava este órgão a Mesa da Inspeção do Açúcar e do Tabaco “de q’ella fica fazendo parte, havendo para isso mais dois inspectores, hum tirado da ordem dos Negociantes, e outro da classe dos cultivadores do algodão para fazerem as inspecções, procedendosse nas suas eleições o methodo estabelecido na lei de 20 de junho de 1775”.³³⁸

Nesse mesmo regimento se estabelece alguns cargos como o de guarda-mor: “haverá hum guarda mor da caza, ou alfandega do algodão eleito pela Meza”³³⁹, bem como suas funções, subsídios e possíveis condenações em casos de desvio de conduta para o usufrutuário desse cargo. O regimento, de 26 incisos, trazia as novas regras a serem atendidas pela nova alfândega que, como anteriormente falado, começou a vigorar em janeiro de 1800 sob a presidência de José Joaquim Nabuco de Araújo. As riquezas proporcionadas pela cultura do algodão logo fizeram com que um aparato burocrático fosse desviado de outros gêneros para se dedicar a ele.

O século XIX representou um momento de grandes transformações dentro do Brasil colonial. A abertura dos portos as nações amigas, também proporcionou a entrada de estrangeiros dentro da colônia. Dessa forma, alguns viajantes passaram em Pernambuco no período da grande expansão da cultura algodoeira, alguns deles se envolveram diretamente com este negócio, como o francês Louis F. Tollenare.

Louis-François de Tollenare veio a Pernambuco com a finalidade de se dedicar ao comércio de algodão.³⁴⁰ Ficou nessa capitania nos anos de 1816 e 1817 sendo testemunha ocular da Revolução de 1817. Presenciou também os grandes progressos proporcionados pela cultura do algodão, que não deixou de registrar em suas *Notas Dominicais*. Sobre o algodão, observou Tollenare que “a grande cultura do algodão em Pernambuco só se encontrava a 12 ou 15 léguas da cidade, e estende-se, em certas direções, seja para o Nordeste, até 100 a 150 léguas”,³⁴¹ apesar de ele ter encontrado algumas plantações de algodão nas redondezas de Olinda. O algodão se adaptou melhor nas regiões mais interioranas, mas era possível encontrar seu cultivo também no litoral.

³³⁸ Plano de melhoramento e fiscalização da alfandega do algodão no Recife de Pernambuco ... 12 de junho de 1799.

³³⁹ Plano de melhoramento e fiscalização da alfandega do algodão no Recife de Pernambuco ... 12 de junho de 1799.

³⁴⁰ MELO, Clóvis. **Os ciclos econômicos do Brasil**. Editora Laemmert, Rio de Janeiro, 1969, p. 113.

³⁴¹ TOLLENARE, Louis François. **Notas Dominicais tomadas durante uma viagem em Portugal e no Brasil em 1816, 1817 e 1818**. Editora Progresso, Salvador, 1956, p. 113.

Ainda segundo Tollenare, cultivava-se o algodão “nas planícies descobertas perto ou longe dos rios” sendo as próximas a água a preferida dos plantadores; “nas matas virgens, que dão um bom produto”, segundo ele, “provavelmente devido a umidade”; “nos cerrados que dão arbustos mais humildes” salientando que nesses lugares “o algodoeiro só produz durante três anos” e finalmente “nos terrenos arenosos cobertos ou descobertos” onde ele disse que se obtinha o algodão de pior qualidade. Acrescenta que como os terrenos nos “arredores do Recife e de Olinda” eram constituídos desse tipo de solo, se viam poucas plantações nessa região.³⁴² Como já salientamos, foi no interior que a cultura se adaptou melhor.

Outro conhecido viajante que aportou em Pernambuco no limiar do século XIX foi Henry Koster. Veio a Pernambuco com o objetivo de tratar seus pulmões vindo da cidade de Liverpool e chegando ao Recife em 7 de dezembro de 1809. De Pernambuco viajou para outras capitanias como o Rio Grande do Norte, o Ceará e o Maranhão. Tornou-se senhor de engenho se dedicando ao açúcar, mas esteve também atento a lavoura do algodão, deixando informações sobre este gênero em seu *Viagens ao Nordeste do Brasil*.

Sobre o algodoeiro, Koster observou que as plantações se davam melhor nas terras longe do litoral, de clima árido e com pouca água, ou seja, chuvas. As mudanças atmosféricas eram prejudiciais ao algodoeiro. Ao contrário do litoral, onde as chuvas são abundantes, o interior de Pernambuco se configura como uma região onde a chuva é muito rarefeita. Esse clima de secura é mais apropriado para a cultura do algodão. Segundo Koster, “o algodoeiro requer que o tempo esteja seco durante uma boa parte do ano”.³⁴³

O deslocamento da cultura do algodão para o interior deu grandes resultados. Na época em que Koster esteve em Pernambuco ele acompanhou de perto esse processo: “os algodoads anualmente mais e mais se alongam para o interior, sobretudo nos plainos do Sertão que permitam esse avanço”.³⁴⁴ Essa adaptação ao interior foi tão grande que por volta de 1816, o maior produtor de algodão da capitania de Pernambuco era Antônio dos Santos Coelho da Silva,³⁴⁵ capitão-mor da vila de Cimbres “proprietário de mais de meio milhar de escravos”.³⁴⁶

³⁴² TOLLENARE, Louis François. Op Cit, 1956, p. 113.

³⁴³ KOSTER, Henry. **Viagens pelo Nordeste do Brasil**. Editora Companhia Nacional, 1942, p. 353.

³⁴⁴ KOSTER, Henry. Op Cit, 1942, p. 354.

³⁴⁵ 1807, junho, 29, Recife CARTA do [governador da capitania de Pernambuco, Caetano Pinto] de Miranda Montenegro, ao príncipe regente [D. João], sobre análise que fez dos papéis de serviço de Antônio dos Santos Coelho da Silva, comprovando seus serviços na Justiça e sua carreira militar, bem como o seu alto donativo em algodão, uma vez que é o maior cultivador de algodão da dita capitania. Anexos: 48 docs. Obs.: m. est. AHU_CU_015, Cx. 269, D. 17881.

³⁴⁶ PALACIOS, Guilherme. **Campesinato e escravidão no Brasil: agricultores livres e pobres na Capitania Geral de Pernambuco (1700-1817)**. Trad. Walter Sotomayor. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2004, p. 332-333.

Era um homem poderoso proprietário de uma opulenta casa grande. Ocupou o cargo de sargento-mor tornando-se depois capitão-mor. Tinha má fama, pois o próprio governador, Caetano Miranda Pinto Montenegro, se referiu a ele como um ladrão e notório usurpador de terras.³⁴⁷ Ficou como capitão-mor de Cimbres até 1822, ano de sua morte.³⁴⁸ Seus três genros eram donos de mais de 315 escravos e, assim como o sogro, constavam contra eles queixas de “usurparem terras aos índios e outros proprietários”.³⁴⁹

A região de Cimbres, localizada no sertão de Pernambuco, a cultura do algodão foi muito volumosa. Antes do algodão dominar as paragens do sertão, a criação de gado foi o primeiro impulso para este processo. Dessa forma, os sertões foram sendo desbravados e fazendas de gados foram surgindo nos lugares mais inóspitos da capitania. Com o advento do algodão, esses lugares passaram a ser ocupados pela lavoura agrícola, onde alguns índios, brancos e mestiços cultivavam essa planta.³⁵⁰ No entanto, alguns debates surgiram em torno da coexistência das duas atividades econômicas. Em um requerimento do capitão André Cavalcanti de Albuquerque, Luís Cavalcante de Albuquerque e de outros moradores do sertão de Ararobá, que se localizava no termo da vila de Cimbres, os requerentes trataram do tema dizendo que

antes de florescer este ramo de comércio [algodão], ninguém explorava aquelas terras, que apenas eram de proveito para a criação de gados, mas depois que se abriu aquele novo comércio de riqueza, começou-se a fazer naquelas partes a dita agricultura, com tanto proveito que talvez nenhuma outras se descobrirão mais próprias para elas.

Com um tom de crítica, os autores do requerimento continuavam,

certos homens porém, menos dados ao trabalho, ou por preguiça ou por carecerem de forças, querem preferir a criação de gado à cultura do algodão nas referidas terras, e assim insistem em criá-los entre as terras lavradas e cultivadas, com gradíssimo dano dos suplicantes, prejuízo do comércio e perda da Real Fazenda...³⁵¹

³⁴⁷ PALLACIOS, Guilherme. Op Cit, 2004, p. 332-333.

³⁴⁸ FIAM/CEHM. **Livro da criação da vila de Cimbres (1762 – 1867)**. Leitura paleográfica por Cleonir Xavier de Albuquerque da Graça e Costa. Colaboração do Departamento de História da UFPE. Introdução de Potiguar Matos. Notas de Gilvan de Almeida Maciel. - Recife: Cepe, 1985. (Coleção Documentos Históricos Municipais), p. 217.

³⁴⁹ RIBEIRO JR., José. 1981. A economia algodoeira em Pernambuco: da colônia à Independência, **Revista Brasileira de História**, vol. 2, (set. 1981) nº 1, pp. 235-242, p. 238.

³⁵⁰ Manuel Aires de Casal. **Corografia Brasilica**, 1817, p. 269.

³⁵¹ FIAM/CEHM / Prefeitura de Pesqueira. (1985). **Livro da criação da Vila de Cimbres: 1762 -1867**. Recife, FIAM/CEHM, 1985, p. 217.

As reclamações continuavam durante quase todo o requerimento. Os plantadores de algodão se queixavam da presença do gado entre as plantações levando sérios prejuízos a lavoura, pois o gado além de destruir o algodoeiro também se alimentava deles. Ainda segundo este documento, os donos do gado mandavam que os plantadores de algodão cercassem suas fazendas, pois o gado estava ali a mais tempo que o algodão. Sendo assim, criou-se nessa região uma disputa entre os cotonicultores e os criadores de gado.

O algodoeiro era uma planta de fácil cultura. Sua plantação começava com a preparação da terra, que no Nordeste era feita de maneira simples e rústica. Geralmente havia a queimada do terreno, em seguida eram lançadas as sementes ao solo. Consoante José Ribeiro Jr,

o plantador semeava o grão – um punhado em cada abertura – na terra seca em período de chuvas próximas. Depois de se transformar em arbusto a planta tornava-se muito resistente e não havia qualquer cuidado com a adubação, contra ervas daninhas ou poda. Em dez meses o algodoeiro estava florido e um mês depois realizava-se a primeira colheita.³⁵²

Dependendo da espécie do algodoeiro, ele poderia dar três florações bem como igual número de colheitas, com intervalos de vinte a vinte e cinco dias, variando a época de julho a novembro”.³⁵³ Essa descrição do cultivo que Ribeiro Júnior fez está baseado nas anotações realizadas por chanceler francês que esteve em Pernambuco por volta da década de 1820. Mas em escritos contemporâneos podemos encontrar informações de como era feito esse cultivo no século XVIII. Em *Memórias sobre a plantação dos algodões* de José de Sá Betencourt, ele assim descreveu o processo de cultivo do algodão no sertão da Bahia, outra grande capitania produtora do gênero:

para se cultivar o Algodão basta derribar as catingas altas, ou catingas baixas, logo que o tempo secco convida para este trabalho, que lhe he do mez de Junho por diante, e se deixão seccar até o mez de Setembro. Os seos, que neste tempo são ardentíssimos, secção as madeiras de tal sorte, que quando as chuvas avisão aos habitantes da sua chegada pelos grandes trovões, que costumão haver muitos dias antes, lhes lanção fogo, que reduz tudo a cinzas, deixando a superficie da terra limpa, para se fazer a plantação, sem maior incômodo ficando a terra estrumada, e fértil pelo alkali vegetal. A lavoura se faz com enxadas, abrindo covas de oito em oito pés, onde se lanção as sementes e se cobrem com pouca terra; e porque o terreno ficaria muito ocioso só com esta planta pela grande distancia, que se lhe dá para a sua ramificação, em quanto não chega ao seu maior crescimento, e por se não ver o Lavrador obrigado a alimpar a terra , que fica neste espaço , das hervas, que nascem sem maior

³⁵² RIBEIRO JR., José. Op Cit, 1981, p. 237.

³⁵³ RIBEIRO JR., José. Op Cit, 1981, p. 237.

proveito, lhe planta o milho , e feijão, que tudo cresce igualmente, sem que fação damno ao Algodoad.³⁵⁴

Como podemos observar, o trato do algodoeiro não era dos mais difíceis. Essa facilidade fez com que o algodão se tornasse quase uma “praga” espalhada por vários territórios, principalmente os do interior do Nordeste. A riqueza que este produto poderia gerar, fez com que muitos donos de pequenas e médias propriedades se lançassem a essa cultura.

Observar a localização dos núcleos produtores de algodão da capitania de Pernambuco nos dá uma ideia do quão importante ele foi para a integração das regiões do interior da capitania e sua inserção no comércio internacional. Na *Corografia Brasilica* do padre Manuel Aires de Casal podemos encontrar algumas descrições detalhadas das regiões produtoras do algodão de Pernambuco. Neste livro, já mencionado anteriormente, o padre e geógrafo português falou sobre todas as províncias³⁵⁵ que haviam no Brasil nessa época. Sobre Pernambuco ele descreveu seus aspectos econômicos, políticos e naturais. Fez a descrição das fronteiras de Pernambuco bem como de seus rios, tipos de plantas, solos e relevos.

O padre português tratou de algumas vilas e comarcas de Pernambuco onde descreveu as lavouras que eram desenvolvidas nesses lugares. O livro foi publicado em 1817, portanto é contemporâneo ao grande desenvolvimento da lavoura algodoeira por que passou Pernambuco nesse período. Sendo assim, observemos alguns lugares onde o algodão era produzido e que tinha por destino o Reino e outros países da Europa, como Inglaterra e França.

De acordo com Manuel Aires de Casal Garanhuns, que estava localizada na região serrana de Pernambuco, produzia além de algodão, muito milho, mandioca, legumes e frutas.³⁵⁶ Apesar de ter temperaturas bem frias durante o inverno, o clima de Garanhuns tem verões bem quentes, o que é propício para a cultura do algodão.

Na Comarca de Alagoas, ainda anexada a Pernambuco nessa época, era extraída muita madeira, pois lá havia “as mais formosas árvores, de melhor madeira, e com maior abundância”. Como a vegetação e o clima de Alagoas é uma continuação da vegetação e clima da mata sul de Pernambuco, lá havia muitas plantações de cana de açúcar de onde era produzido muito açúcar. Havia também muitos algodoeiros, pois também existe em Alagoas uma zona de clima seco que predomina em toda a região nordeste. De acordo com Manuel Aires de Casal, “Os

³⁵⁴ BETENCOURT, José de Sá. **Memória sobre a plantação dos algodões**. Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1798, p. 13-15.

³⁵⁵ No século XIX, as divisões do Brasil eram por vezes chamadas de capitania ou províncias. Nos primeiros séculos do período colonial era mais comum o termo capitania. Com o Império, as antigas capitanias passaram a ser designadas de províncias.

³⁵⁶ CASAL, Manuel Aires de. **Corografia Brasilica**, 1817, p. 255.

algodoeiros, e as canas-de-açúcar são os principais ramos da agricultura, e as suas produções os objetos mais lucrosos do comércio do país”.³⁵⁷

Em outros lugares também poderiam ser encontrados lavouras de algodão, como Águas Belas, freguesia localizada ao sul de Garanhuns que era habitada por índios e onde outros moradores tinham grandes plantações de algodão e mandioca.³⁵⁸ Ipojuca também aparece na *Corografia Brasilica* como produtor de algodão e cana com terrenos apropriados para tais culturas.³⁵⁹ Sobre Limoeiro o padre disse que “o algodão é a riqueza de seus habitantes”. Sobre Igarassú que o “açúcar e algodão são as exportações” dessa vila.³⁶⁰ Vitória de Santo Antão recolhia muito algodão de suas terras.³⁶¹

Manuel Aires Casal descreveu em seu livro o surto algodoeiro por que passou a capitania naquele começo do século XIX, época de grande euforia onde a população cultivava o algodão, pois além de ser de fácil cultura proporcionava aos mais humildes a possibilidade de aumentar suas rendas. Era uma cultura mais “democrática” que a cana, que ao contrário do algodão era centrada nas mãos de alguns plantadores e dominada pelos grandes senhores de engenho detentores dos meios de transformação da cana em açúcar. Já o algodão não exigia tantos recursos. Dessa forma, podemos imaginar o impacto que a cultura do algodão gerou nas diferentes regiões da capitania de Pernambuco bem como nas capitanias vizinhas.

O interior de Pernambuco era responsável por volumosa quantia do algodão produzido na capitania. Segundo Manuel Aires de Casal, a parte ocidental de Pernambuco era um lugar muito extenso, mal povoado e seco. Mesmo com essas características, dizia o padre que o interior não era um lugar

infecundo; encontrando-se por toda a parte pedaços de terreno mais ou menos fértil, onde se cultiva, ou pode cultivar mandioca, milho, feijão, hortaliças, algodoeiros com algumas arvores frutíferas. Alguns há apropriados para plantações de canas-de-açúcar. Por toda a parte se cria gado vacum em maior, ou menor quantidade; e se encontra variedade de caça em abundância.³⁶²

Era dessa região que era produzida a maior parte do algodão pernambucano.

³⁵⁷ CASAL, Manuel Aires de. Op Cit 1817, p. 257.

³⁵⁸ CASAL, Manuel Aires de. Op Cit, 1817, p. 256.

³⁵⁹ CASAL, Manuel Aires de. Op Cit, 1817, p. 258.

³⁶⁰ CASAL, Manuel Aires de. Op Cit, 1817, p. 263.

³⁶¹ CASAL, Manuel Aires de. Op Cit, 1817, p. 264.

³⁶² CASAL, Manuel Aires de. Op Cit, 1817, p. 266.

O transporte do algodão produzido era feito geralmente em lombos de animais.³⁶³ Era uma locomoção bastante trabalhosa, “pois a distância a vencer era, em média, de 12 a 15 léguas, ou seja, entre 20 e 28 quilômetros, aproximadamente”.³⁶⁴ Em alguns casos essa distância poderia ser bem maior. Sobre isso disse Tollenare:

a dificuldade de comunicações com o interior de Pernambuco é tal, que a maior parte dos algodões só pode ser transportada em costas de animais, e há comboios que levam até cinco a seis semanas para chegar, à cidade; não, é, pois, de admirar que as entradas ali se sucedem durante quase todo ano.³⁶⁵

As estradas de terra até o litoral de Pernambuco eram mal abertas proporcionando condições adversas para esses atravessadores. Quando chovia muito, tudo piorava bastante.

Dependendo da localidade, outra forma de escoar o algodão produzido no interior era através de embarcações. Essas embarcações percorriam os muitos rios que cortavam o território da capitania ligando diferentes regiões. Com a cultura do açúcar era realizado o mesmo procedimento de transporte fluvial. Rios como Beberibe, Capibaribe, Ipojuca, Igarassú, Una, Maracaípe etc. eram rotineiramente utilizados pela população de Pernambuco no transporte de mercadorias, realizados geralmente em barcas. Algumas cargas de algodão, inclusive, vinham de mais longe, como das capitanias do Ceará e Rio Grande do Norte³⁶⁶ embarcados em sumacas com destino ao porto do Recife.

Logo da chegada dos vendedores de algodão ao porto do Recife, estes encontravam algum problema na armazenagem do produto, bem como o alojamento dos animais que traziam as cargas. Esses animais eram geralmente mulas ou cavalos.³⁶⁷ Os locais, além de escassos eram muito dispendiosos. Ademais havia “outras despesas obrigatórias como pesar, embalar e o pagamento do dizimo”.³⁶⁸ Nesse contexto existia a figura do prensário particular que oferecia seu armazém e outras dependências onde o algodão poderia permanecer por um tempo. A partir

³⁶³ José Ribeiro Jr, 1981, p. 239.

³⁶⁴ José Ribeiro Jr, 1981, p. 239.

³⁶⁵ TOLLENARE, Louis François. **Notas Dominicais tomadas durante uma viagem em Portugal e no Brasil em 1816, 1817 e 1818**. Editora Progresso, Salvador, 1956, p. 115.

³⁶⁶ 1800, abril, 9, Recife OFÍCIO do desembargador, [ouvidor-geral] e presidente da Mesa da Inspeção da capitania de Pernambuco, José Joaquim Nabuco de Araújo, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre o algodão a ser despachado na Casa da Índia; o envio do requerimento do escrivão da Alfândega do Algodão, Joaquim Inácio de Lima; a inspeção do gênero nas sumacas vindas do Rio Grande do Norte e Ceará; o envio do mapa demonstrativo do imposto e da quantidade de algodão; e uma certidão que mostra necessidade de uma nova inspeção entre o açúcar branco e o mascavado. Anexos: 8 docs. AHU_CU_ 015, Cx. 215, D. 14583.

³⁶⁷ CÂMARA, Manoel Arruda da. **Memória sobre a cultura dos algodoeiros**. 1799, p.78.

³⁶⁸ José Ribeiro Jr, 1981, p. 239.

desse momento, o prensário “pesava e prensava o algodão, cobrando 480 réis por fardo”.³⁶⁹ Os prensários acabavam por comprar os fardos de algodão lucrando bastante com este negócio, pois geralmente pagavam um preço inferior ao do mercado.

Comprado o algodão, os prensários levavam os sacos para serem inspetados e para o recolhimento do dízimo. “Figurando como dono do algodão, o prensário tinha um prazo para recolher o tributo”. Pagava ao produtor o valor acordado, descontando também o dízimo. Nesse processo, os prensários mantinham seus armazéns abastecidos comercializando ulteriormente com os exportadores de algodão. O negócio do algodão dava grandes lucros a essa categoria de comerciante. O grande lucro obtido pelos prensários foi motivo de críticas violentas por parte do governador de Pernambuco, Luís Rego Barreto.³⁷⁰

Em 1804 havia apenas seis indivíduos donos de prensas de algodão em Pernambuco. Dessa forma, poucas pessoas dominavam o controle de tais mecanismos criando um monopólio que permitia a estipulação do preço do algodão na praça do Recife. Um desses monopolistas era o comerciante José Maria de Vasconcelos e Bourbon, que neste mesmo ano pediu, por “tempo de dez anos, o privilegio exclusivo” de um invento seu para descaroçar o algodão com maior celeridade,³⁷¹ o que acabou por receber. Esses descaroçadores de algodão ajudaram bastante no aumento da produção deste gênero.

O algodão trouxe grande prosperidade a economia de Pernambuco. No início do século XIX, Pernambuco disputava com a Bahia e com o Rio de Janeiro o topo na pauta de exportação do Brasil. A abertura dos portos³⁷² e a revogação do alvará de 5 de janeiro de 1785³⁷³ deu impulso para o desenvolvimento do comércio e o surgimento de indústrias no Brasil, antes um tanto engessado pelo exclusivismo colonial.

³⁶⁹ José Ribeiro Jr, 1981, p. 239.

³⁷⁰ José Ribeiro Jr, 1981, p. 242.

³⁷¹ [ant. 1804, setembro, 28, Pernambuco] REQUERIMENTO de José Maria de Vasconcelos Bourbon ao príncipe regente [D. João], pedindo provisão para poder portar armas em suas viagens às diversas capitanias do Brasil. Anexo: 1 doc. AHU_ACL_CU_015, Cx. 250, D. 16797.

³⁷² Carta Régia de 28 de janeiro de 1808.

³⁷³ Revogado pelo **alvará de 1 de abril de 1808**: Eu o príncipe regente faço saber aos que o presente alvará virem: que desejando promover, e adiantar a riqueza nacional, e sendo um dos mananciais dela as manufaturas, e melhoram, e dão mais valor aos gêneros e produtos da agricultura, e das artes, e aumentam a população dando que fazer a muitos braços, e fornecendo meios de subsistência a muitos dos meus vassallos, que por falta deles se entregariam aos vícios da ociosidade: e convindo remover todos os obstáculos, que podem inutilizar, e prestar tão vantajosos proveitos: sou servido abolir, e revogar toda e qualquer proibição, que haja a este respeito no Estado do Brasil, e nos meus domínios ultramarinos, e ordenar, que daqui em diante seja o país em que habitem, estabelecer todo o gênero de manufaturas, sem excetuar alguma, fazendo os seus trabalhos em pequeno, ou em grande, como entenderem que mais lhes convém, para o que. Hei por bem revogar o **alvará de cinco de janeiro de mil setecentos oitenta e cinco** e quaisquer leis, ou ordens que o contrário decidam, como se delas fizesse expressa, e individual menção, sem embargo da lei em contrário.

A principal capitania da América Portuguesa no começo do século XIX era o Rio de Janeiro. A segunda capitania mais importante era a Bahia, seguida de Pernambuco. Entre os anos de 1796 a 1803, Pernambuco ocupou o terceiro lugar na pauta de importação da colônia. Entre 1804 até 1811, com exceção de 1806, Pernambuco ocupou o segundo lugar no número de produtos importados. No que concerne a exportação, as posições eram praticamente as mesmas, com o Rio de Janeiro em primeiro lugar seguido da Bahia e Pernambuco, com algumas oscilações.³⁷⁴

A balança comercial de Pernambuco apontou “superávits no movimento das exportações sobre as importações”.³⁷⁵ O algodão e o açúcar eram os grandes responsáveis por esse fator. Na verdade, desde o final do século XVIII Pernambuco já figura como uma capitania superavitária em relação ao reino.³⁷⁶ O principal parceiro comercial de Pernambuco era a Inglaterra. Entre 1810 e 1815, “o comércio de Pernambuco com a Grã-Bretanha foi-lhe sempre favorável”.³⁷⁷ Como a Inglaterra nesse período demandava por algodão, Pernambuco muito se beneficiou desse processo se tornando um dos principais fornecedores brasileiros deste gênero. Mas não era só açúcar e algodão que Pernambuco exportava. Saía dessa capitania muito couro, madeira, drogas do sertão, alimentos e outros gêneros.³⁷⁸

A França era outro grande comprador do algodão de Pernambuco. Em 1801, com a volta das relações entre portugueses e franceses, estremecidas no final do século XVIII, a França se tornou um comprador de peso do algodão de Portugal. Nesse período, Portugal era intermediário entre os produtos brasileiros e os países europeus. Entre 1804 e 1807 os franceses importaram mais algodão de Portugal do que a Grã-Bretanha. Todavia, as guerras e o vertiginoso aumento da demanda inglesa pelo algodão prejudicaram a indústria manufatureira da França.³⁷⁹

O algodão de Pernambuco era o de melhor qualidade dentre todas as capitanias do Brasil. Essa superior qualidade fazia com que sua procura se tornasse maior em relação ao mesmo gênero de outras capitanias, além de conseguir melhores preços.³⁸⁰ Em 1806, o inspetor das Reais Fábricas de Portugal dizia que a capitania de Pernambuco era a que tinha “primazia

³⁷⁴ ARRUDA, José Jobson de. **O Brasil no Comércio Colonial**, editora Ática, 1980, p. 139-140.

³⁷⁵ BARBOSA, Maria do Socorro Ferraz. **Com açúcar, sem café**. Série História do Nordeste, vol I, nº 14, Recife, 1993, p. 80.

³⁷⁶ MELO, Felipe Souza. Op Cit. 2017, p. 154.

³⁷⁷ PANTALEÃO, Olga, **Aspectos do comércio dos domínios portugueses no período de 1808 a 1821.**, p. 101.

³⁷⁸ BARBOSA, Maria do Socorro Ferraz. Op Cit, 1993, p. 81.

³⁷⁹ MELO, Felipe Souza. Op Cit. 2017, p. 147-148.

³⁸⁰ ARRUDA, José Jobson de Andrade. **O Brasil no Comércio Colonial**. São Paulo: Ática, 1980, p. 366.

em nossas praças e na dos estrangeiros”.³⁸¹ Henry Koster também falou da superior qualidade do algodão pernambucano: “a qualidade do algodão que é produzido na América do Sul, seja ao norte ou ao sul de Pernambuco, é inferior ao desta província. O algodão do Ceará não é tão bom e o do Maranhão é menos ainda”.³⁸² Em relação as exportações do gênero, Koster disse “Essa valiosíssima planta não se tornou menos preciosa para Pernambuco que a cana-de-açúcar, devido aos grandes pedidos de algodão desta província para as vizinhas e para os mercados britânicos”.³⁸³

Outros dados sobre a importância do algodão pernambucano está no balanço geral de importação e exportação da Província de Pernambuco, Caetano Francisco Lumachi de Mello, que fora Juiz Interino da alfândega desta Província, onde ele apontou o algodão como o gênero que mais lucros ofereceu a capitania nortista.³⁸⁴ Segundo Pereira da Costa, “o algodão de Pernambuco deu, em 1814, no mercado de Londres, de 17 a 18 pences por libra, o maior preço obtido sôbre todos os produtos congêneres de procedência do Brasil”.³⁸⁵

O algodão pernambucano era mais caro que o algodão produzido no Maranhão e do que era produzido na região do Caribe. Esse fato, se dava, talvez, como já falamos, a sua alta qualidade, tendo grande aceitação no mercado britânico. O algodão pernambucano era utilizado na confecção de tecidos finos e roupas mais sofisticadas, “enquanto o algodão do Caribe era utilizado para fazer tecidos de qualidade reduzida”. Dessa forma, “a fibra brasileira (...) alcançava os mercados de luxo, que embora mais reduzidos, praticavam altos preços. O algodão do Caribe atingia os mercados mais populares, que embora de menor valor, eram compensados pelas grandes quantidades vendidas”.³⁸⁶ Os números da exportação do algodão foram variados de acordo com os acontecimentos no panorama mundial. Assim como o açúcar, o algodão tinha seu preço atrelado ao mercado internacional. Uma seca, ou chuvas muito longas poderiam afetar a safra de produção dessa herbácea, alterando também o seu preço. Mesmo com algumas dificuldades, o algodão produzido em Pernambuco cresceu de forma rápida e até pelo menos o início do século XIX os impostos sobre o algodão eram poucos, o que dava uma boa margem de lucro a quem se envolvia com esse negócio.

Fazendo uma análise do contexto internacional de fins do século XVIII e início do XIX, Portugal, se comparado com outros países europeus, como Inglaterra e França, era um reino

³⁸¹ Apud MELO, Felipe Souza. Op Cit. 2017, p. 148.

³⁸² KOSTER, Henry. Op Cit, 1942, p. 454.

³⁸³ KOSTER, Henry. Op Cit, 1942, p. 353.

³⁸⁴ BARBOSA, Maria do Socorro Ferraz. Op Cit, 1993, p. 92-93.

³⁸⁵ PEREIRA DA COSTA, F. A. **Anais Pernambucanos: 1493-1590**. Vol. VII. Recife, Arquivo Público Estadual, 1958, p. 237.

³⁸⁶ MELO, Felipe Souza. Op Cit. 2017, p. 146.

decadente, mas possuidor de um vasto império ultramarino. França e Inglaterra também eram donas de grandes possessões de terras espalhadas pelo mundo de onde obtinham muita matéria-prima. As grandes potências europeias produziam em suas colônias tudo aquilo que não conseguiam em seus territórios continentais sendo todas elas “dependentes das importações oriundas de suas colônias ultramarinas”.³⁸⁷

No século XVIII o Brasil aparecia como um dos maiores produtores de algodão do mundo, de onde muito desse produto era exportado para a Inglaterra. A Índia, “tradicional espaço de cultivo da fibra e de manufatura têxteis de alta qualidade”, durante muito tempo foi um grande exportador deste gênero aos ingleses, mas outros lugares passaram a figurar também como fornecedores de algodão para a Inglaterra, como as Índias Ocidentais. O crescimento da indústria têxtil inglesa era dependente da importância de matérias-primas originárias da Ásia, África e da América. Sem o fornecimento das matérias-primas dessas áreas coloniais seria inconcebível “a continuidade do desenvolvimento das manufaturas têxteis”.³⁸⁸

Como anteriormente tratado, a Inglaterra exercia certo controle econômico sobre Portugal, resultado dos tratados firmados entre os dois países nos séculos XVII e XVIII. Durante o governo de D. João V, muito ouro brasileiro foi parar no Reino Unido. A relação deficitária que Portugal tinha em relação a Grã-Bretanha fez com que os ingleses lucrassem muito com o comércio colonial português. Todavia, isso mudaria no final do século XVIII.

Os britânicos foram dos principais articuladores da transferência da Corte portuguesa para o Brasil. Havia outras alternativas mais próximas do Reino, como a ilha da Madeira ou os Açores, no entanto, os ingleses queriam “uma conexão direta entre Londres e o Rio de Janeiro”³⁸⁹, essa última capital da colônia desde 1763.

Em 1776 a Grã-Bretanha teve uma perda importante: as treze colônias norte-americanas. Essa perda privou os ingleses de uma parte de seu comércio colonial. Outro problema foi “a inversão da balança de comércio britânica em relação a Portugal”. Esses déficits se acumularam entre os anos de 1776-1780, “obrigando o tesouro britânico a enviar recursos monetários para Portugal, algo inimaginável para as autoridades financeiras britânicas”. Os ingleses há muito estavam acostumados a “receber polpudas transferências líquidas de Portugal na forma de metais preciosos para cobrir seus déficits seculares”.³⁹⁰

³⁸⁷ ARRUDA, José Jobson de. **O algodão brasileiro na época da revolução industrial**. América latina história econômica, mayo-agosto, 2016, p. 168.

³⁸⁸ ARRUDA, José Jobson de. Op Cit, 2016, p. 171.

³⁸⁹ ARRUDA, José Jobson de. Op Cit, 2016, p. 172.

³⁹⁰ ARRUDA, José Jobson de. Op Cit, 2016, p. 173.

Os britânicos acharam que essa situação era algo passageiro. Todavia, foi uma análise equivocada, pois entre 1791-1795 o déficit em sua balança comercial se repetiu. O comércio inglês, que durante a maior parte do século XVIII havia sido superavitário, inverteu sua ordem nos últimos anos do mesmo século. Essa nova realidade causou espanto e apreensão entre os ingleses, contudo eles continuaram acreditando que se tratava de algo efêmero. Para “infelicidade das autoridades governamentais inglesas”, os quinquênios de 1801-1805 e 1805-1810, confirmaram uma tendência. O fato irônico desse processo foi que “peças de ouro reluzentes estampadas com a efígie de D. João VI, remetidas para a Inglaterra para o pagamento de déficits, passaram a retornar aos cofres portugueses”. Segundo salientou José Jobson de Arruda essas “peças de ouro reluzentes que as minas brasileiras produziram, os portugueses esbanjaram, e o novo produto rei da pauta de exportação colonial fazia retornar às arcas portuguesas: o algodão”.³⁹¹

A explicação para essa inversão se encontra na política de substituição de importação iniciada em meados do século XVIII pelo marquês de Pombal. O estímulo a diversificação da produção agrícola fortaleceu as já existentes e criou novas, como a do algodão. A grande aceitação do algodão no mercado internacional fez com que Portugal experimentasse certa prosperidade em fins do século XVIII e início do XIX.

Pernambuco muito se avantajou dessa indústria. Os anos de 1797 e 1798 foram os únicos dois anos onde as importações se sobrepujaram sobre as exportações.³⁹² Os anos seguintes foram de seguidos superávits onde as exportações atingiram “índices muito altos em 1801 e 1806”.³⁹³ A capitania de Pernambuco foi essencial para os superávits da balança comercial do império português. De acordo com José Jobson de Arruda:

comparando Pernambuco com outras colônias portuguesas, constatamos que os superávits são destacados nas regiões brasileiras, ao passo que somente a Ásia, dentre as restantes colônias, apresenta tendência superavitária (...). Em termos de déficits e superávits acumulados, contrasta Pernambuco com a África e Ilhas, identificando-se com a Ásia. O superávit gerado por Pernambuco, em termos absolutos, é inferior ao da Ásia, mas no ano de 1806 conseguiu superá-la (...).³⁹⁴

Em 1806 se deu o ápice das exportações de algodão; o que podemos inferir que o algodão foi o principal responsável por esse superávit.

³⁹¹ ARRUDA, José Jobson de. Op Cit, 2016, p. 173.

³⁹² ARRUDA, José Jobson de. **O Brasil no comércio colonial**, 1980, p. 208.

³⁹³ ARRUDA, José Jobson de. Op Cit, 1980, p. 208.

³⁹⁴ ARRUDA, José Jobson de. Op Cit, 1980, p. 209.

A maré de prosperidade alcançada pela venda do algodão fez com que este item dominasse a economia pernambucana. Conforme observou José Jobson de Arruda, em 1802 as exportações do algodão de Pernambuco correspondiam a 59,7% da economia desta capitania, enquanto em 1797 eram de apenas 26,9%. Ainda de acordo com Arruda “Isto equivale a dizer que o algodão começava a tomar conta da economia pernambucana”³⁹⁵, e que isso perdurará até a década de 1830. Enquanto o algodão despontava como principal item na pauta de exportação, o açúcar, no limiar do século XIX, declinava de forma vertiginosa. Em 1806, o açúcar representava 45% das exportações pernambucanas caindo para 15% em 1816.³⁹⁶ De acordo com Evaldo Cabral de Mello, “a rentabilidade do algodão era bem superior à do açúcar”.³⁹⁷

Olhando as tabelas³⁹⁸ feitas por Diego de Cambraia Martins e Felipe Souza Melo podemos observar bem o crescimento da exportação de algodão desde o século XVIII até o século XIX quando atingiram os maiores níveis de exportação. O algodão teve seu auge nesse período alcançando números impressionantes ultrapassando o Maranhão, até então uma tradicional produtora de algodão e onde este gênero tinha, talvez, mais importância para a população maranhense do que tinha para a população pernambucana no período anterior ao século XVIII.

Tabela de Exportação de algodão das capitanias de Pernambuco e Maranhão (1758-1820).

Ano	Algodão exportado (em arrobas)			Algodão no Brasil (réis por arroba)		Algodão no Reino (réis por arroba)	
	MA	PE	Totais	MA	PE	MA	PE
1758	179		179	3.875			
1759	1.546		1.546	4.056			
1760	673		673	4.009			
1761	2.022		2.022	3.999		6.328	
1762	2.181		2.181	4.003		7.145	
1763	3.661		3.661	4.001		5.552	
1764	3.582		3.582	4.003		5.554	
1765	7.648	4,2	7.653				
1766	11.225		11.225				
1767	12.855		12.855				
1768	23.824		23.824				

³⁹⁵ ARRUDA, José Jobson de. Op Cit, 1980, p. 210.

³⁹⁶ MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro Veio: o imaginário da restauração pernambucana**. 2a. ed., Rio de Janeiro, Topbooks, 1997, p. 25.

³⁹⁷ MELLO, Evaldo Cabral de. Op Cit, 1997, p. 26.

³⁹⁸ MARTINS, Diego de Cambraia & MELO, Felipe Souza. **O algodão do brasil e a economia atlântica: comparações entre maranhão e pernambuco (c.1750-c.1810)**. 7ª Conferência Internacional de História Econômica e IX Encontro de Pós-Graduação em História Econômica, p. 26-27.

1769	25.486		25.486				
1770	15.626		15.626	2.339		3.406	
1771	12.141		12.141	3.200		4.583	
1772	37.276		37.276	3.233		4.527	
1773	40.760		40.760	3.478		4.799	
1774	22.062		22.062	3.213		4.594	
1775	28.011		28.011	3.201		4.669	
1776	26.401		26.401	3.784		5.369	
1777	42.561	21	42.582	4.531		6.371	
1778	41.473		41.473	4.396		6.590	
1779	45.545	804	46.349	4.572		7.357	
1780	47.069	708	47.777	4.233	4.000	6.183	
1781	62.994	968	63.962	5.963	4.228	8.327	
1782	59.183	2.981	62.164	7.667	6.575	10.082	
1783	56.941	9.442	66.383	7.442	5.100	10.762	
1784	58.933	26.048	84.981	4.522	4.242	6.539	
1785	53.674	15.396	69.070		5.633		
1786	73.758	18.301	92.059	6.296	4.683	9.105	
1787	77.687	42.159	119.846	6.460	6.710	9.341	
1788	66.966	48.628	115.594	7.876	8.185	11.388	
1789	81.266	109.603	190.869		4.311		
1790	65.316	69.601	134.917		5.002		
1791	81.911	121.423	203.334		4.712		
1792	96.054	115.325	211.379		6.441		
1793	93.965	43.376	137.341		7.116		
1794	112.809	79.507	192.316		4.991		
1795	188.678	142.320	330.998		5.056		
1796	148.454	107.149	255.603		5.747	5.800	5.800
1797	74.411	29.172	103.583		5.631	5.800	5.800
1798	110.626	79.150	189.776		5.994	6.800	6.400
1799	120.525	116.620	237.145		6.343	5.800	7.200
1800	217.366	101.892	319.258		6.868	8.000	8.600
1801	179.194	152.997	332.191		6.790	6.720	8.800
1802	245.746	190.501	436.247		6.272	4.480	6.560
1803	307.867	138.746	446.613		6.527	5.120	7.520
1804	228.412	155.607	384.019		6.668	6.080	7.360
1805	197.538	239.798	437.336		6.652	6.720	7.680
1806	190.497	196.501	386.998		6.114	6.400	7.520
1807	222.672	195.931	418.603		5.489	6.720	7.680
1808	58.875	105.061	163.936				
1809	411.868	192.899	604.766			5.120	5.920
1810	281.277	203.418	484.695			5.120	6.400
1811	293.503	114.675	408.178			3.200	3.840
1812	217.455	238.825	456.281			3.520	3.520
1813	322.527	265.228	587.755			4.000	4.000
1814	244.636					5.000	6.000
1815	272.047					6.000	7.500
1816						7.500	8.200
1817						8.000	8.200
1818						8.832	9.600
1819						8.320	8.960

1820						6.000	6.800
------	--	--	--	--	--	-------	-------

Legendas: MA = Maranhão e PE = Pernambuco. MARTINS, Diego de Cambráia & MELO, Felipe Souza. **O algodão do Brasil e a economia atlântica: comparações entre Maranhão e Pernambuco (c.1750-c.1810).** 7ª Conferência Internacional de História Econômica e IX Encontro de Pós-Graduação em História Econômica.

Entre os anos de 1814 e 1815 ocorreu na capitania de Pernambuco uma grande seca que prejudicou a produção, tanto do açúcar quanto do algodão.³⁹⁹ Essa seca criou um clima de crise que de certa forma ajudou na deflagração da Revolução Pernambucana de 1817. Mesmo assim, Pernambuco foi uma das capitanias que mais algodão exportou para o mercado britânico.⁴⁰⁰ Os anos que se seguiram foi de diminuição gradual das exportações do algodão, principalmente por causa da introdução de algodão proveniente de outras regiões do mundo, como os Estados Unidos.

Por volta de 1818 havia na vila de Goiana uma módica indústria têxtil.⁴⁰¹ Esta indústria foi inclusive mencionada pelo governador Luís do Rego Barreto em uma correspondência: “nos contornos de Goiana há para cima de cem teares de panos grossos de algodão”.⁴⁰² A vila de Goiana sempre foi um núcleo urbano importante na capitania de Pernambuco. Essa indústria têxtil que surgiu nessa região tinha por finalidade produzir tecidos grosseiros voltados para a escravaria. A abertura dos portos havia liberado a existência de indústrias no Brasil, algo que desde 1785 era proibido pelo alvará expedido pela rainha Maria I.⁴⁰³ Todavia, a abertura dos portos também abriu a economia brasileira para a concorrência dos produtos ingleses o que acabou por destruir a módica indústria têxtil de Goiana. Pernambuco então, se tornou um grande fornecedor de matéria-prima para as indústrias inglesas e de outros países. Todavia, na década de 1820, período que até aqui nos interessa, a exportação de algodão de Pernambuco começou a declinar de forma mais acentuada mostrando-se uma tendência. Durante as décadas seguintes ele oscilará até ser reerguida temporariamente com um novo surto algodoeiro na segunda metade do século XIX, ocasionada pela Guerra de Secessão nos Estados Unidos.

Sendo assim, conforme mostramos, o algodão representou um elemento de recuperação econômica para a capitania de Pernambuco bem como elemento de integração das regiões interioranas, como os espaços que atualmente conhecemos como Agreste e Sertão, além de outras capitanias, como Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte ao dinâmico mercado mundial.

³⁹⁹ PEREIRA DA COSTA, F. A. **Anais Pernambucanos: 1493-1590.** Vol. VII. Recife, Arquivo Público Estadual, 1958, p. 237.

⁴⁰⁰ PEREIRA DA COSTA, F. A. Op Cit, 1958, p. 237.

⁴⁰¹ MELLO, Evaldo Cabral de. **A outra Independência. O federalismo pernambucano de 1817 a 1824.** São Paulo: editora 34, 2004, p. 59.

⁴⁰² **Documentos Históricos:** Revolução de 1817, Biblioteca Nacional, 1954, p. 260.

⁴⁰³ Alvará de D. Maria I de 5 de janeiro de 1785 proibindo indústria no Brasil.

A indústria do couro não integrou os sertões de Pernambuco como o algodão conseguiu. A importância adquirida por esta planta, status único adquirido por um produto, até o século XVIII, foi um fator determinante para essa corrida pelo “ouro branco” que vinha pelas estradas e rios do interior de Pernambuco e se dirigiam para os principais mercados europeus. Terras antes esquecidas passaram a ser valorizadas e disputadas pela população pernambucana inserindo em um mercado dinâmico pessoas pobres e até escravos, como foi bem observado por Guillermo Pallacios.⁴⁰⁴ Dessa forma, o algodão teve tamanha importância a Pernambuco que nunca mais deixou de ser cultivado neste lugar sendo representado em seu brasão ao lado da tradicional cana de açúcar.

4.2 A escravidão, o tráfico de africanos para Pernambuco e os escravos do algodão

Pernambuco foi uma das regiões que mais recebeu escravos africanos em todo o Brasil. A proximidade do porto do Recife com a África ajudou na entrada do grande quantitativo de pessoas escravizadas deste continente. O comércio de escravos para Pernambuco remonta ao século XVI sendo um dos primeiros lugares onde eles chegaram na colônia. Em 1539, em uma carta enviada ao rei D. João III, o capitão-donatário de Pernambuco, Duarte Coelho, solicitou “a necessária licença para poder resgatar por conta própria, alguns escravos de Guiné”.⁴⁰⁵ Em 1542 repetiu novamente o apelo, mas sem muito êxito. Em 1549 foi autorizada pela Coroa a importação de africanos⁴⁰⁶, mas foi somente na década de 1550 que a metrópole enviou um quantitativo de africanos para o Brasil, mas mesmo assim em número bastante reduzido.⁴⁰⁷

O desenvolvimento da indústria açucareira nos séculos XVI e XVII demandaram uma grande quantidade de mão de obra escrava. Em uma passagem famosa do padre Antônio Vieira ele descreveu bem a importância dos escravos para o desenvolvimento da economia de Pernambuco: “sem negros não há Pernambuco, e sem Angola não há negros”.⁴⁰⁸ A ligação entre a África e Pernambuco fica nítida nessa passagem. Sem os escravos era quase impossível se desenvolver grandes atividades econômicas no Brasil. Sendo assim, escreveu o padre André João Antonil em *Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e minas*: “os escravos são as

⁴⁰⁴ Ver PALLACIOS, Guillermo. **Campesinato e escravidão no Brasil** – agricultores livres e pobres na Capitania Geral de Pernambuco (1700-1817). Tradução: Walter Sotomayor. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2004.

⁴⁰⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de (org). **História Geral da Civilização Brasileira**. Editora Bertrand Brasil, 2003, p. 208.

⁴⁰⁶ MENZ, Maximiliano. **As conjunturas do tráfico em Angola (século XVIII)**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho de 2011, p. 1.

⁴⁰⁷ HOLANDA, Sérgio Buarque de. Op Cit, 2003, p. 209.

⁴⁰⁸ RIBEIRO JR., José. **Colonização e monopólio no Nordeste brasileiro; a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, 1759-1780**. Huítec, São Paulo, 1976, p. 125.

mãos e os pés do senhor de engenho, porque sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar e aumentar a fazenda, nem ter engenho corrente”.⁴⁰⁹

Em 1630, Pernambuco foi ocupado pelas forças do exército neerlandês. Eles encontraram um comércio de escravos muito bem desenvolvido. Os neerlandeses tiveram certa resistência para lidar com a questão do tráfico de escravos. Pensaram inclusive em “substituir o trabalho escravo pelo trabalho livre”.⁴¹⁰ Mas como salientou José Antônio Gonsalves de Mello “Em contato com as necessidades da colônia e, em especial, dos engenhos os holandeses foram pondo de lado os escrúpulos no que dizia respeito a escravidão”.⁴¹¹ Dessa forma, logo que vencida a resistência dos pernambucanos, em 1635, os holandeses se ocuparam em promover o tráfico de escravos da África para o Brasil.

No mesmo ano de 1635, o Conselho dos XIX informava ao governo neerlandês de Pernambuco que já haviam dado ordens “aos da Costa d’África para negociar alguns negros”. E completou “sabemos que eles são muito necessários no Brasil e que os portugueses não podem dispensá-los, assim como os particulares da nossa nação que se dão ao cultivo da terra...”.⁴¹² Sendo assim, no governo de Maurício de Nassau foi empreendido a conquista das regiões fornecedoras de escravos.

Em 1637 Nassau autorizou “a invasão das possessões portuguesas na Costa da Mina”.⁴¹³ Neste contexto El Mina foi conquistada. Em 1641 era a vez de Luanda, que juntamente com El Mina eram os principais portos de fornecimento de cativos da África para a capitania de Pernambuco. O auge da entrada de escravos africanos no Brasil holandês se deu no ano de 1643 quando Pernambuco recebeu “cerca de 5 mil escravos”.⁴¹⁴ Os holandeses, apesar de estarem negociando um tratado de paz com os lusitanos após a restauração portuguesa, atacaram e dominaram diversos territórios pertencentes a eles em várias partes do mundo. Dessa forma, o Maranhão, Angola, Cabo Verde, São Tomé, Príncipe e outras possessões do oriente foram invadidas e dominadas pelos holandeses que tomaram pra si partes importantes do império ultramarino português.

⁴⁰⁹ André João Antonil em **Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e minas** acessado em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/222266>. Acessado em 08/03/2019.

⁴¹⁰ MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Tempo dos Flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte do Brasil**. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana; Instituto Nacional do Livro, 1987, 178.

⁴¹¹ MELLO, José Antônio Gonsalves de. Op Cit, 1987, p.178.

⁴¹² MELLO, José Antônio Gonsalves de. Op Cit, 1987, p.179.

⁴¹³ STABEN, Ana Emilia. **Negócio dos Escravos: o comércio de cativos entre a Costa da Mina e a Capitania de Pernambuco (1701 – 1759)**. Curitiba, 2008, p. 42.

⁴¹⁴ SILVA, Daniel B. Domingues da. **O tráfico transatlântico de escravos de Pernambuco (1576-1851): aspectos conjunturais**. ANPUH, XXIII Simpósio Nacional de História, Londrina, 2005, p. 4.

Os territórios portugueses na África foram atacados principalmente “porque os flamengos desejavam enfraquecer economicamente os portugueses, bloqueando o abastecimento de cativos para o Estado do Brasil”.⁴¹⁵ Eles também necessitavam dos escravos para poder desenvolver a indústria açucareira, pois como já mencionado, sem os escravos não haveria Pernambuco. Contudo, os holandeses “não foram tão bem sucedidos no comércio de escravos quanto os portugueses e luso-brasileiros”.⁴¹⁶ A Companhia das Índias Ocidentais transportou um número bem inferior ao transportado pelos portugueses nas décadas anteriores. A explicação para tal fato está no pouco conhecimento que os holandeses tinham “sobre os mecanismos políticos e comerciais necessários para comprar cativos na África”.⁴¹⁷

No entanto, em 1648, tropas formadas por forças provenientes da Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Pernambuco retomaram Angola, São Tomé e Cabo Verde aos holandeses. Em 1654 os batavos são totalmente derrotados em Pernambuco restaurando a região ao domínio da coroa portuguesa. O saldo da guerra foi a destruição parcial da indústria açucareira que nem de longe conseguiu atingir os números de exportações anteriores a invasão. Os conflitos entre portugueses e holandeses continuaram até 1669, quando, com a ajuda da Inglaterra, foi assinado um tratado de paz entre os dois reinos.

Sobre a região da Costa da Mina, lugar de procedência de grande fluxo de escravos nesse período, os portugueses não conseguiram manter seu domínio. O tratado de trégua assinado com os holandeses, em 1641 que permitia a Companhia das Índias Ocidentais de comercializar nesta região fez com que os portugueses perdessem seu espaço neste lugar. Os holandeses ampliaram seu domínio sobre a Costa da Mina e nem os portugueses nem os luso-brasileiros se mobilizaram para reconquistar o domínio deste território. A explicação para isto está no fato de Angola ter se tornado a principal região de obtenção de escravos. Angola “era a maior colônia portuguesa na África, e possuía uma estrutura administrativa semelhante à da América portuguesa”.⁴¹⁸

No começo do século XVIII o comércio entre o Brasil e a África se ampliou. Os melhoramentos tecnológicos diminuíram o tempo de viagem do litoral africano ao litoral brasileiro. A proximidade da capitania de Pernambuco com a África foi um fator que influenciou no grande fluxo de africanos cativos que desembarcaram neste lugar. Segundo Marcus Carvalho falando a respeito da viagem da África para Pernambuco assim nos disse:

⁴¹⁵ STABEN, Ana Emília. Op Cit. 2008, p. 42.

⁴¹⁶ STABEN, Ana Emília. Op Cit. 2008, p. 42.

⁴¹⁷ STABEN, Ana Emília. Op Cit. 2008, p. 43.

⁴¹⁸ STABEN, Ana Emília. Op Cit. 2008, p. 44.

os ventos e as correntes oceânicas impulsionavam os navios de tal forma, que a rota desde a África demorava, em média, menos do que para qualquer outro ponto do Atlântico Sul. Os navios negreiros que velejavam para Pernambuco perdiam pouca gente, melhor dizendo, podiam se arriscar a vir sobrecarregados, se assim fosse rápida, era menor o tempo de contágio das enfermidades que podiam acometer as pessoas no porão ou mesmo no convés, ou, ainda, reduzir a morte por sede e fome.⁴¹⁹

Ainda segundo Carvalho, falando a respeito do tempo de viagem, ele nos disse que “recentemente, calculou-se que um navio negreiro, entre 1776 e 1830, levava em média 40,9 dias para chegar ao Rio de Janeiro, 37 para chegar à Bahia, e apenas 26,7 dias para chegar a Pernambuco”.⁴²⁰ É de se supor que no começo do século XVIII esse tempo para chegar em Pernambuco fosse um pouco maior, mas é certo que o tempo era superior ao dos séculos anteriores. O que se pode ter como resultado desse processo é que Pernambuco se configurou, em termos de volume, como “o quarto destino principal do tráfico para as Américas, atrás apenas do Rio de Janeiro, da Bahia e de Jamaica”.⁴²¹

A lavoura açucareira, bem como outras, necessitavam de um grande número de escravos. O suprimento dos territórios escravistas se dava essencialmente pelo tráfico. As importações eram primordiais para a que se conservasse a oferta de escravos que os engenhos, as minas e outros setores sociais e econômicos precisavam. A ausência de mão de obra livre disposta a trabalhar nas atividades mais penosas da lavoura de *plantation*, bem como as leis proibitivas da escravidão dos indígenas e a resistência imposta por eles fizeram com que os africanos se tornassem a mão de obra preferível para o desenvolvimento econômico do Brasil.

O tráfico de escravos para Pernambuco teve momentos distintos durante o século XVIII. O açúcar foi durante muito tempo o maior impulsionador desse processo. Em fins do século XVIII e início do XIX o algodão terá sua participação neste comércio. A recuperação econômica da capitania de Pernambuco após o fim da Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba ocasionado pelo bom desempenho dos seus dois principais gêneros impulsionou a importação de escravos para trabalhar nas lavouras do açúcar e algodão.

No início do século XVIII, apesar de Pernambuco ser uma das mais importantes capitanias do Brasil, ela enfrentou alguns problemas. O açúcar, seu principal gênero de exportação passava por um período de dificuldades ocasionadas pela concorrência de outros países no mercado internacional. Para piorar a situação a disputa entre os interesses reinóis e

⁴¹⁹ CARVALHO, Marcus J. M. de. **Trabalho, cotidiano, administração e negociação numa feitoria do tráfico no rio Benim em 1837**. Revista Afro-Ásia, nº 53, 2016 p. 227-273, p. 233.

⁴²⁰ CARVALHO, Marcus J. M. de. Op Cit, 2016, p. 233.

⁴²¹ CARVALHO, Marcus J. M. de. Op Cit, 2016, p. 233.

mazombos culminou com uma guerra civil que interferiu diretamente na economia, política e na sociedade da capitania de Pernambuco neste período.

No que concerne ao tráfico de escravos podemos encontrar informações importantes sobre a situação de Pernambuco no detalhado relatório produzido por José César Menezes, governador desta capitania. No ano de 1777, Martinho de Mello e Castro, secretário da Marinha e do Ultramar solicitou a este governador uma avaliação a respeito da atuação da Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba. José César de Menezes então preparou seu relatório e sobre os escravos provenientes da Costa da Mina ele fez uma “comparação entre a quantidade de cativos desembarcados no Recife dezoito anos antes da instalação da Companhia Geral”⁴²², período que chamou de “comércio livre”; e a quantidade de escravos que entraram dezoito anos depois. O governador de Pernambuco se baseou para fazer seu relatório em dados contidos na alfândega do Recife.

Na primeira metade do século XVIII o comércio de Pernambuco com a Costa da Mina era intenso⁴²³. Havia um comércio regular entre as duas regiões. José César de Menezes contabilizou entre os anos de 1741 e 1759 a entrada de 16.189 escravos na capitania provenientes da Costa da Mina. De acordo com Ana Emília Staben “Carta enviadas ao Conselho Ultramarino revelam que um grande número de ‘negros minas’ havia desembarcado em Pernambuco nas primeiras décadas do século XVIII”.⁴²⁴ Em uma carta do oficial maior da Fazenda Real direcionada ao Conselho Ultramarino, ele disse que “somente no ano de 1715, 15 embarcações pernambucanas comercializaram escravos nos portos da Costa da Mina”.⁴²⁵ Até a década de 1720 a quantidade de escravos provenientes da Costa da Mina vai ser bem significativo. Nas décadas posteriores, período que o governador José César de Menezes chamou de “comércio livre”, a quantidade de navios provenientes dessa região teve uma diminuição considerável. A tendência do comércio com essa região, no decorrer da primeira metade do século XVIII foi de declínio.

A diminuição da produção do tabaco na capitania de Pernambuco talvez explique um dos fatores para o processo anteriormente falado. O tabaco era um dos principais elementos de troca para a obtenção de escravos. O baixo preço desse produto na Europa bem como a adulteração deste produto, comprometendo sua qualidade, fez com que o tabaco produzido em

⁴²² STABEN, Ana Emília. **Visões sobre o comércio de escravos entre Pernambuco e a Costa da Mina no século XVIII** acessado em: <http://www.humanas.ufpr.br/porta/cedope/files/2011/12/Vis%C3%B5es-sobre-o-com%C3%A9rcio-de-escravos-Ana-Emilia-Staben.pdf>, p. 495.

⁴²³ RIBEIRO JR., José. **Colonização e monopólio no Nordeste brasileiro**: a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, 1759-1780. Huítec, São Paulo, 1976, p. 130.

⁴²⁴ STABEN, Ana Emília. Op Cit. 2011, p. 495.

⁴²⁵ STABEN, Ana Emília. Op Cit. 2011, p. 496.

Pernambuco perdesse a sua aceitação entre os comerciantes de escravos africanos. Sendo assim, a adulteração do tabaco produzido em Pernambuco, além de ser o responsável pela queda do seu preço, fez com que ele perdesse mercado tanto no continente europeu, como no africano.⁴²⁶

Uma política metropolitana tinha o interesse de diminuir a atuação dos traficantes brasileiros na Costa da Mina. Muitos componentes do Conselho Ultramarino talvez assim desejassem porque poderiam dessa forma favorecer os comerciantes do Reino ao mesmo tempo arrecadar mais impostos aos cofres do estado. O objetivo dos membros da Coroa era o de desviar esse tráfico para Angola onde a presença portuguesa era muito maior e isso diminuiria a supremacia dos luso-brasileiros em um comércio tão lucrativo.⁴²⁷

Em Angola os escravos provinham de portos como Luanda, Loango, Cabinda e Benguela.⁴²⁸ Na segunda metade do século XVIII a maior parte dos escravos que vieram para Pernambuco tiveram proveniência nesta região. A política metropolitana de desvalorização do preço do tabaco fez com que a indústria deste “produto” em Pernambuco entrasse em decadência. O tabaco, como anteriormente falado, era a principal moeda de troca para a obtenção dos escravos na África. De acordo com Staben foi em meados do século XVIII que “o comércio com a Costa da Mina diminuiu e tornou-se mais vantajoso para os mercadores pernambucanos comprar escravos em Angola”.⁴²⁹ Sendo assim, houve uma mudança na região de proveniência dos escravos que vieram para a capitania de Pernambuco no século aqui mencionado. Isso não significa necessariamente dizer que não viessem mais escravos da Costa da Mina. Eles continuaram chegando, mas em proporções bem menores do que a de décadas anteriores.

A fundação de uma Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba, em agosto de 1759, por iniciativa de comerciantes brasileiros e portugueses tinha por objetivo melhorar o comércio colonial e metropolitano. A companhia foi dada o exclusivo de fornecedor de escravos para as capitanias de Pernambuco e Paraíba. Como já mencionado anteriormente, a Coroa tinha o interesse de diminuir a presença dos traficantes luso-brasileiros na Costa da Mina. Dessa forma, sob a atuação da companhia, os portos de Angola passaram “a figurar como os maiores fornecedores de escravos para Pernambuco na segunda metade do século XVIII”.⁴³⁰ De acordo com Suely Almeida, foi com

⁴²⁶ STABEN, Ana Emília. Op Cit. 2011, p. 496.

⁴²⁷ STABEN, Ana Emília. Op Cit. 2011, p. 497.

⁴²⁸ SIMÃO, Maristela dos Santos. **As irmandades de nossa senhora do rosário e os africanos no brasil do século XVIII**. Dissertação de mestrado. Universidade de Lisboa, 2010, p. 51.

⁴²⁹ STABEN, Ana Emília. Op Cit. 2011, p. 498.

⁴³⁰ ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de; & SOUSA, Jéssica Rocha de. **O Comércio de Almas: As rotas entre Pernambuco e Costa da África – 1774-1787**. Revista Ultramar, nº3, vol. 1, jun-jul, 2013, p. 39.

o advento da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba as rotas comerciais que nutriam o mercado de Pernambuco de cativos vindos da Costa da Mina serão redirecionadas para Angola, agindo em consonância ao conjunto de medidas adotadas pela Coroa a partir de 1730 para impulsionar o comércio de escravos na região da África Centro-Occidental.⁴³¹

Na segunda metade do século XVIII, os escravos oriundos de Angola representavam 70% do montante dos africanos que chegaram ao Brasil. Isso foi resultado de uma política da Coroa portuguesa de “abrir o porto de Luanda para o comércio com todos os portos brasileiros”⁴³² ao tempo que proibia a atuação dos governadores locais neste negócio. No entanto, isso causou uma diminuição da atuação dos portugueses no tráfico de escravos ao modo que aumentou a presença direta dos luso-brasileiros neste comércio. Os traficantes das praças do Rio de Janeiro, Salvador e Recife comercializavam diretamente com os vendedores de escravos que viviam em Luanda.⁴³³ Esta situação representou uma “vantagem aos comerciantes sediados no Brasil, pois eliminavam intermediários ingleses principalmente nos portos da África Centro-Occidental...”⁴³⁴

Foi na segunda metade do século XVIII que foi impulsionado a cultura do algodão em Pernambuco, bem como em outras capitanias. A Companhia de Comércio foi a responsável por este impulsionamento em Pernambuco⁴³⁵ e anexas, mesmo que a produção só tenha deslanchado com o seu fim.⁴³⁶ Como na segunda parte deste século a maioria dos escravos que vieram para o Brasil tinham sua origem da região de Angola, podemos inferir que a maior parte dos escravos que foi empregada na lavoura algodoeira provavelmente veio de Angola. No começo do século XIX a maioria dos escravos continuou a vir dessa região. Tema ainda pouco estudado, foi nas duas primeiras décadas do deste século, período auge da cultura algodoeira, que mais entrou escravos em Pernambuco.⁴³⁷

As décadas de 1780-90 representaram um período de grande desenvolvimento da cotonicultura em Pernambuco. O governo incentivava esta lavoura seguindo a tendência da grande procura do algodão no mercado internacional. Também os grandes proprietários de

⁴³¹ ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de; & SOUSA, Jéssica Rocha de. Op Cit. 2013, p. 39.

⁴³² ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de; & SOUSA, Jéssica Rocha de. Op Cit. 2013, p. 39.

⁴³³ ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de; & SOUSA, Jéssica Rocha de. Op Cit. 2013, p. 39.

⁴³⁴ ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de; & SOUSA, Jéssica Rocha de. Op Cit. 2013, p. 39.

⁴³⁵ MENZ, Maximiliano M. **A companhia de Pernambuco e Paraíba e o funcionamento do tráfico de escravos em Angola (1759-1775/80)**. Afro-Ásia, 48, 2013, p. 45.

⁴³⁶ RIBEIRO JR., José. **Colonização e monopólio no Nordeste brasileiro; a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, 1759-1780**. Huitec, São Paulo, 1976, p. 107.

⁴³⁷ COSTA, Valéria Gomes. **O Recife nas rotas do atlântico negro: tráfico, escravidão e identidades no oitocentos**. Revista de História Comparada, Rio de Janeiro, 7,1: 186-217, 2013, p. 195.

terras investiram grandes somas de dinheiro na produção desta herbácea. O fim da Companhia de Comércio significou um período de maior liberdade de atuação da aristocracia local que de certa forma colocou para frente um processo que havia começado com a Companhia.

A cotonicultura aproveitou, não apenas grandes extensões de terra, mas o espaço de pequenas e médias propriedades onde o produtor cultivava a herbácea utilizando um reduzido contingente de trabalhadores. Dessa forma, a cultura do algodão ganhou um aspecto de “cultura mais democrática” em oposição a “cultura senhorial” que era característica da cultura do açúcar.⁴³⁸ Começou a se fixar na região do Agreste, avançando ulteriormente para as terras interioranas do Sertão, terras novas para essa cultura em larga escala, mas já há muito ocupada pelo gado.⁴³⁹

A lavoura algodoeira por ser de mais fácil manutenção que a açucareira, exigia um menor emprego de escravos e trabalhadores livres em comparação a ela. Na segunda metade do século XVIII já havia em Pernambuco um significativo número de mão de obra livre disponível. O já citado ofício do governador Luís Diogo Lobo da Silva ao secretário de Estado do Reino e Mercês, Sebastião José de Carvalho e Melo enfatizou a disponibilidade de homens e mulheres para trabalhar na incipiente lavoura do algodão. Todavia, uma grande quantidade de escravos foi empregada nesta cultura. Dessa forma, nesse período houve uma coexistência entre o trabalhador livre e a mão de obra escrava.⁴⁴⁰

Apesar de ser um tema pouco estudado, podemos encontrar algumas informações sobre a escravidão no Sertão da capitania de Pernambuco e anexas no século XVIII e XIX em alguns livros do período. Um deles é o que foi escrito pelo padre e cientista paraibano, Manoel Arruda da Câmara. Em *Memória sobre a cultura dos algodoeiros*, de 1799, o religioso paraibano que estudou na universidade de Montepellier, na França, fez um detalhado estudo sobre a cultura algodoeira na capitania de Pernambuco e anexas. Nesse período alguns naturalistas foram contratados pela Coroa portuguesa com o objetivo de pesquisar “novos vegetais e minerais comerciáveis”⁴⁴¹ com o objetivo que eles pudessem ser explorados economicamente.

Manoel Arruda da Câmara foi contemporâneo do grande *boom* da indústria algodoeira no final do século XVIII e início do XIX. Salientou em seu livro a importância em se investir na cultura do algodão destacando os benefícios desta fibra e a importância que ela adquiriu

⁴³⁸ RIBEIRO JR., José. A economia algodoeira em Pernambuco: da colônia à Independência, **Revista Brasileira de História**, vol. 2, (set. 1981) nº 1, pp. 235-242., p. 237.

⁴³⁹ RIBEIRO JR., José. 1981. Op Cit. p. 237.

⁴⁴⁰ MELLO, Evaldo Cabral de. **A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824**. São Paulo, Editora 34, 2004, p. 59.

⁴⁴¹ RIBEIRO JR., José. 1981. Op Cit. p. 236.

neste período: “... a noticia do grande lucro, que podia dar o algodão, a quem o cultivasse, foi penetrando pouco a pouco os matos, e despertando os Agricultores. Nos annos de 1777 até 1781 animárão-se os povos de huma nova força , então he que se virão os interiores dos Certões mais habitados, e cultivados...”.⁴⁴² Ele mesmo se inseriu nos grandes ganhos que o algodão proporcionou àqueles que investiram nesta indústria.

Manoel Arruda da Câmara foi dono de fazendas de algodão na região de Piancó, no interior da Paraíba. Com o conhecimento teórico aprendido durante os anos de estudo na Europa, bem como as experiências práticas adquiridas como proprietário de terras, o religioso paraibano escreveu um detalhado relatório sobre vários aspectos da lavoura algodoeira. Este relatório nos trouxe importantes informações sobre a escravidão no interior de Pernambuco em fins do século XVIII.

A vida do escravo nesta região não era muito diferente da encontrada em outras áreas escravistas. Muito provavelmente aquelas fazendas de algodão que mais tinham lucro, o trabalho escravo era empregado em escala maior. Manoel Arruda Câmara detalhou em sua obra um dia de trabalho em sua fazenda de algodão admoestando os melhores procedimentos a serem adotados por aqueles que tivessem ou viessem a ter uma propriedade voltada a lavoura desta herbácea.

Todo o tempo útil do escravo deveria ser aproveitado intensamente. Falando sobre a forma da colheita do algodão, Arruda da Câmara aconselhava sobre os melhores procedimentos a serem adotados para seu bom andamento. O rigoroso controle era condição *sine qua non* para se ter uma maior eficiência por parte do trabalho dos escravos. Todas as atividades realizadas durante o dia deveriam ser acompanhadas pelo feitor que por sua vez deveria ficar bem atento ao trabalho realizado por seus subordinados:

o feitor seguindo os captivos; cada hum delles, armado de hum cesto, hirá ao lugar determinado, onde deve principiar o serviço daquelle dia: ahí cada escravo toma á sua conta huma fileira de algodoeiros que a não deve deixar até o fim, colhendo não só, o que se achar por cima, senão ainda pelo chão, no que deve o feitor pôr hum extremo cuidado, para cujo effeito os deve ter sempre debaixo da vista, e passear na quella esteira, para o que contribue muito a ordem, em que se devem plantar os algodoeiros.⁴⁴³

Mais à frente ele diz: “quando se mudarem para outras fileiras, devem levar comsigo tãoobem o seu cesto, para que, quando quizerem despejar os seios, que he onde devem recolher

⁴⁴² CÂMARA, Manoel Arruda da. **Memória sobre a cultura dos algodoeiros**. 1799, p. 7.

⁴⁴³ CÂMARA, Manoel Arruda da. Op Cit. 1799, p. 59.

o algodão, quando o tirão da arvore, a té o encher, que he, quando he necessário passallo para o cesto”.⁴⁴⁴

O trabalho começava bem cedo, com as atividades se estendendo até o horário de meio-dia. Quando meio-dia, o feitor deveria dar um sinal de costume e cada escravo pegar o seu cesto e, em fileiras, deveriam se dirigir para a “Casa da Balança” que se localizava em uma ante-sala dentro do armazém onde “cada hum por sua ordem, deve pezar o algodão; que colheo”.⁴⁴⁵ Aos escravos “cujo trabalho não chegou completo” ele deveria receber “o castigo de sua negligencia”. O cientista paraibano disse que, em sua fazenda ele castigava os escravos inadimplentes com suas tarefas, com a palmatória. Mas também aconselhava Câmara que os escravos que conseguissem um bom rendimento na lavoura, deveriam ser recompensados. Segundo ele “quase sempre produz bom efeito a combinação do castigo com o premio”.⁴⁴⁶

Apesar de religioso e de ter estudado em uma Europa iluminista, e consequentemente ter sido bastante influenciado por este tipo de pensamento onde os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade eram lemas; em sua vida como proprietário de terras, Arruda da Câmara se comportou como um típico representante da elite colonial de seu tempo. Para ele, aos escravos não se deveria depositar confiança, pois eles utilizavam dos mais variados tipos de astúcias para levar alguma vantagem:

... o primeiro erro he mandar os escravos colher algodão à ventura , isto he por onde lhes parecer; estes assim que se occultão nos arbustos, ou dormem e nutrem a sua natural preguiça, ou se colhem, roubão de cada vez huma porção, e escondem nos matos, até acharem occasião de o desencaminharem; e fazem o seu contrabando com tanta sagacidade, que rara vez se sabe: e como a tarefa commumente he o cesto, cheio, ou não calcão o algodão, e então qualquer porção o enche, ou emborcando o cesto no chão, fazem entrar para dentro a parte inferior, á maneira de fundo de garrafa, afim de o encher com mais prestesa; outros introduzem pedras entre o algodão para pezar mais, e usão em fim de mil modos para enganarem: o melhor meio, que tenho descoberto, para me subtrahir à estes enganos, he o que a cima descrevi.⁴⁴⁷

O que podemos observar descrito aqui como forma de “astúcia” por parte dos escravos, pode ser entendido a luz da historiografia como formas de resistência. A vida de um escravo da plantação de algodão era menos danosa que na lavoura de cana, pois “o trabalho no algodão não desgastava tanto quanto o engenho”⁴⁴⁸. Inclusive se acreditava na época que um escravo

⁴⁴⁴ CÂMARA, Manoel Arruda da. Op Cit. 1799, p. 59.

⁴⁴⁵ CÂMARA, Manoel Arruda da. Op Cit. 1799, p. 60.

⁴⁴⁶ CÂMARA, Manoel Arruda da. Op Cit. 1799, p. 61.

⁴⁴⁷ CÂMARA, Manoel Arruda da. Op Cit. 1799, p.61.

⁴⁴⁸ RIBEIRO JR., José. 1981. Op Cit. p. 238.

do algodão produzia três vezes mais que um escravo do açúcar.⁴⁴⁹ Todavia, um escravo será sempre um escravo e não terá vida fácil.

A responsabilidade pelo escravo era do seu senhor. O escravo era uma propriedade como qualquer outra. Sua alimentação e vestuário eram fornecidas pelo seu dono. Inclusive “tanto Jorge Benci quanto André João Antonil e Manoel Ribeiro Rocha exortaram os senhores a não descuidar do vestuário e da alimentação de seus cativos”.⁴⁵⁰ A respeito da dieta consumida pelos escravos do algodão, o viajante inglês Henry Koster disse que o milho cozido era o almoço comum deles.⁴⁵¹ Nos distritos mais interioranos o milho era semeado entre as plantações de algodão, e de acordo com o comerciante inglês, ele brotava com mais abundância nessa região do que nas terras litorâneas.⁴⁵²

O feijão era outro alimento muito consumido pelos negros. De acordo com Koster era um dos principais artigos de alimentação nos distritos algodoeiros. A banana curta misturada a farinha seca também fazia parte do almoço diário da gente de cor. Os negros, por sinal, se ocupavam bastante na produção da farinha em pequenos roçados localizados próximos aos grandes latifúndios.⁴⁵³ Esta produção foi de extrema importância para a base alimentar da população brasileira do período colonial.

Em relação ao arroz, pouco cultivado em Pernambuco, mas bastante difundido no Maranhão, onde formava o segundo gênero de seu comércio, não era muito utilizado na dieta dos negros. Em Pernambuco se acreditava que o arroz fazia mal aos africanos e de acordo com Koster ele nunca havia visto um “africano que não preferisse outra qualquer iguaria ao arroz”.⁴⁵⁴ Lembrar que em meados do século XVIII essa cultura havia sido impulsionada pela Coroa na capitania de Pernambuco, mas em 1778 não se havia verificado os progressos na produção do arroz.⁴⁵⁵

Os castigos sofridos pelos cativos nas plantações de algodão eram análogos aos dos escravos do açúcar. Sobre isso Koster nos disse:

⁴⁴⁹ 1787, maio, 20, Recife. OFÍCIO do ouvidor da capitania de Pernambuco, Antônio Xavier de Moraes Teixeira Homem, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, informando o estado do prédio atual da Alfândega, da produção do algodão, da necessidade de uma leprosaria, dos esforços da população para se construir uma, e da criação de uma Roda dos Expostos. AHU_ACL_CU_015, Cx. 159, D. 11475.

⁴⁵⁰ LARA, Sílvia Hunold. **Fragmentos setecentistas. Escravidão, cultura e poder na América portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 115.

⁴⁵¹ KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. Tradução de Câmara Cascudo. Coleção Pernambucana, volume XVII, 2ª edição, Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Pernambuco, Recife, 1978, p. 361.

⁴⁵² KOSTER, Henry. Op Cit, 1978, p. 361.

⁴⁵³ KOSTER, Henry. Op Cit, 1978, p. 361.

⁴⁵⁴ KOSTER, Henry. Op Cit, 1978, p. 362.

⁴⁵⁵ RIBEIRO JR., José. 1981. Op Cit. p. 107.

os escravos que vivem nas plantações algodozeiras suportam, como se pode bem supor, os mesmos castigos e são sujeitos às condições idênticas de tratamento às que venho informando. Sua existência é mais aliviada ou rigorosa de acordo com a mentalidade dos amos.⁴⁵⁶

Devido a aridez das regiões sertanejas de Pernambuco o escravo ficava condicionado a muitas privações. A dificuldade em se encontrar víveres era muito maior do que a daquelas pessoas viviam próximas aos grandes centros urbanos. Também para a venda de seus produtos, havia considerável dificuldade, pois, o grosso da população estava concentrada historicamente na zona da mata e no litoral.

Com a renda obtida com a venda de certos produtos, o escravo poderia juntar o dinheiro necessário para comprar sua liberdade. No início do século XIX, com a febre provocada pela procura do algodão, muitos escravos passaram a cultivar essa planta com o objetivo de vendê-la e assim conseguir juntar a quantia necessária para comprar sua alforria. Sobre esse aspecto nos disse Koster:

mas os negros dos algodoais conseguem comprar a liberdade à custa de seus esforços porque o algodão é mercadoria muito valorizada, e que pode ser cultivada e posta no mercado com pouca despesa, e como os escravos a plantam regularmente e colhem mesmo em pequeninas quantidades, terminam ganhando o prêmio do seu trabalho.⁴⁵⁷

Sendo assim, o algodão criava uma situação de contradição interessante. À medida que os lucros adquiridos com sua boa aceitação no mercado internacional financiavam a importação de cada vez mais escravos do continente africano; era através da venda do algodão cultivado pelos escravos em seus roçados que eles conseguiam obter sua liberdade. O algodão ao mesmo tempo financiava a escravidão também financiava a libertação dos escravos.

Os campos de algodão se multiplicaram ao longo das terras do interior pernambucano. Koster chegou a observar o quão numerosos eles se tornaram no interior da capitania: “Nas propriedades além do Sertão, perto das montanhas, onde o algodão é plantado e que fornecem víveres aos moradores das campinas, o número de negros está se tornando avultado”.⁴⁵⁸ Mas quais eram as origens étnicas desses escravos?

Milhares de escravos chegavam ao porto do Recife em um fluxo contínuo sendo o responsável pela manutenção do sistema escravagista nesta região. Eram das mais variadas procedências. Da região de Benguela vinham geralmente os Ovimbundos. De Luanda vinham

⁴⁵⁶ KOSTER, Henry. Op Cit, 1978, p. 408.

⁴⁵⁷ KOSTER, Henry. Op Cit, 1978, p. 408.

⁴⁵⁸ KOSTER, Henry. Op Cit, 1978, p. 409.

os Dembos, Ambundos, Quiocos, Lubas, Lundas e Imbangalas.⁴⁵⁹ De Cabinda, mais ao norte, vinham os Congos e os Tios. No Brasil ficaram conhecidos por outros nomes como: Angolas, Congos, Benguelas e Cabindas. Esses nomes estavam geralmente associados as suas regiões de origem.

Como provinham principalmente da região de Angola, cremos que os africanos que chegaram a Pernambuco em fins do século XVIII e início do século XIX pertenciam a etnias dessa região. O grande volume de cativos desembarcados neste período pode ter provocado um predomínio do elemento banto nas plantações de algodão de Pernambuco.

A Coroa portuguesa obteve em fins do século XVIII uma relativa retomada do controle do tráfico de escravos⁴⁶⁰ desviando o tráfico da Costa da Mina para Angola. Sendo assim, o elemento banto foi predominante nesse período, pois, como já mencionado, eram dos portos de Angola que provinha a maior parte dos escravos que chegaram à Pernambuco. Ao contrário da Bahia, onde os escravos da Costa da Mina eram muito numerosos e foram responsáveis por inúmeros distúrbios ao longo da primeira metade do século XIX, em Pernambuco não houve grandes revoltas escravas. Esse fato foi bem observado pelo viajante britânico Henry Koster:

Pernambuco nunca experimentou sérias revoltas entre a escravaria, mas a Bahia teve vários desses movimentos. Creio que a Bahia conta uma menor população livre que Pernambuco na proporção com o número de escravos, mas não posso deixar de atribuir a tranquilidade dessa última província à circunstância de poucos negros da costa do ouro terem sido importados, quando na Bahia a principal massa escrava é vinda dessa parte da África. São os negros Minas que fazem as revoltas na Bahia como os Koromanties na Jamaica...⁴⁶¹

A explicação para tal fato talvez esteja nos acontecimentos políticos que ocorreram no continente africano nos séculos XVIII e XIX. De acordo com Alberto da Costa e Silva “muito do que se passava na África Atlântica repercutia no Brasil, e vice-versa”.⁴⁶² O século XVIII estreitou os “vínculos entre certos pontos do litoral africano e as costas atlânticas das Américas, como consequência do tráfico de escravos”.⁴⁶³ No século XIX estes laços se tornaram ainda mais fortes. As mudanças ocasionadas pelos distúrbios políticos ocorridos na África tiveram

⁴⁵⁹ HENRIQUES, Isabel de Castro. **As irmandades de nossa senhora do rosário e os africanos no Brasil do século XVIII**. Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 2010, p. 51.

⁴⁶⁰ MENZ, Maximiliano. **As conjunturas do tráfico em Angola (século XVIII)**. Anais do XXVI simpósio nacional de história – ANPUH, São Paulo, julho de 2011. p. 5.

⁴⁶¹ KOSTER, Henry. Op Cit, 1978, p. 399.

⁴⁶² COSTA E SILVA, Alberto da. **O Brasil, a África e o Atlântico no século XIX**. Estudos Avançados, nº 8 (21) (1994), pp. 21-42; p. 22.

⁴⁶³ COSTA E SILVA, Alberto da. Op Cit; 1994, p. 21.

claros reflexos na América, mas principalmente no Brasil, local onde mais africanos foram desembarcados ao longo de mais de três séculos.

As guerras que ocorreram na África ocidental ao longo do século XVIII foram resultado do renascimento “de um Islame fervoroso e militante”.⁴⁶⁴ No início do século seguinte, uma cruzada muçulmana liderada pelo xeque Osmã den Fodio criou grande número de cativos. Era o ano de 1804, e muitos destes cativos eram originalmente soldados que acabaram por ser escravizados e vieram parar no Brasil. Como a Bahia era o principal importador de escravos dessa região essa capitania absorveu um grande número de escravos com experiência militar o que gerou grandes revoltas. Pernambuco, por sua vez, já havia desviado seu foco de busca de africanos para região da África centro-ocidental. Como já falamos, esse fato se deu por atuação da Coroa portuguesa e também da Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba.

Os escravos procedentes de Angola, em sua maioria não tinha o aspecto anteriormente citado, por isso pareciam mais “dóceis” que seus irmãos da Costa da Mina. Sobre os angolanos, disse Koster: “Os negros de Angola são os melhores escravos”.⁴⁶⁵ Mais à frente ele completou: “Os negros d’Angola são comumente dóceis, e se podem perfeitamente encarregar de serviços da casa e do estábulo sem que deem muito cuidado, e alguns demonstram grande dedicação, fidelidade e honestidade”.⁴⁶⁶ Sobre os escravos procedentes do Congo descreveu aspectos semelhantes.

Os escravos originários de Angola e do Congo vieram trabalhar compulsoriamente nos engenhos de açúcar e nas fazendas de algodão da capitania de Pernambuco. Muitos proprietários de terra que antes estavam ligados a produção de açúcar passaram a cultivar e exportar algodão, principalmente no início do século XIX quando a exportação deste produto alcançou seu auge. Muitas outras fazendas surgiram à medida que a produção se expandiu para o interior. Neste contexto, vieram negociantes de outros lugares para investir no gênero que mais lucro estava dando naquele momento. Os navios estrangeiros chegaram aos montes “graças ao surto algodoeiro”.⁴⁶⁷ Foi dessa forma que veio ao Brasil, especificamente a Pernambuco, o comerciante francês Louis Tollenare. Em sua obra podemos encontrar informações sobre a cotonicultura bem como a escravidão nas fazendas de algodão.

Em suas *Notas Dominicais*, falando de janeiro de 1817, poucos meses antes da revolução que sacudiria Pernambuco e capitanias vizinhas, Tollenare descreveu aspectos

⁴⁶⁴ COSTA E SILVA, Alberto da. Op Cit; 1994, p. 25.

⁴⁶⁵ KOSTER, Henry. Op Cit, 1978, p. 397.

⁴⁶⁶ KOSTER, Henry. Op Cit, 1978, p. 397.

⁴⁶⁷ MELLO, Evaldo Cabral de. Op Cit, 2004, p. 31.

importantes que observou nas viagens que empreendeu na região. Assim registrou no seu diário a viagem que fez a Paraíba:

fazendo a viagem a Paraíba, distante daqui 30 léguas, encontrei plantações com 100 a 150 negros. Nos confins do Ceará há propriedades de algodoais com 300 escravos. A vista destes distritos me é momentaneamente interdita; mas, pude visitar a pequena plantação de algodão junto de Olinda, onde colhi algumas informações de que vou tomar nota.⁴⁶⁸

Se Tollenare não esteve equivocado ou se não exagerou, a quantidade de escravos empregados nas propriedades citadas são de chamar a atenção. O número significativo de escravos dá uma ideia de como o algodão estava dando lucros. Nenhum dono de terras empregaria uma quantidade tão grande de cativos em um negócio que não lhe desse um retorno satisfatório. Segundo o comerciante francês, uma pessoa com um capital relativamente baixo poderia começar uma plantação de algodão empregando dez escravos.

O florescimento da cultura do algodão se expandiu para outras capitanias e é bem possível que estes escravos empregados na cotonicultura desta região tenham chegado por umas das maiores portas de entradas de cativos do Brasil: o porto do Recife. Sabe-se que também havia um comércio interno de escravos⁴⁶⁹ e outros produtos entre as capitanias. É possível que muitos destes escravos tenham sua origem em outros portos importantes do Brasil, como o de Salvador, o de São Luís. Ou até outros menos significativos.

O apogeu do tráfico de escravos de Angola para Pernambuco ocorreu no final da década de 1810. Nesta década saíram de Luanda para Pernambuco em torno de 49.233 africanos. Um número bastante expressivo. Deste total que foi anteriormente falado, 33.812 entraram nesta capitania entre 1816 e 1820. Incluindo os 939 cativos provenientes de Benguela, entraram em Pernambuco mais de 34 mil escravos em um período de 5 anos. Este fato fez com que a capitania se tornasse um dos principais centros de recepção de escravos no Brasil. Segundo salientou Marcus Carvalho em *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850* “Nem as incertezas causadas pela revolta de 1817 desanimaram as importações que continuaram em ascensão”.⁴⁷⁰ Foi a partir de 1820 que o tráfico começou a declinar na capitania.

Essa “passividade” dos escravos em Pernambuco não duraria muito tempo. As décadas de 1820 e 1830 presenciariam o problema dos quilombolas do Quilombo do Catucá. A grande

⁴⁶⁸ TOLLENARE, Louis François. **Notas Dominicais tomadas durante uma viagem em Portugal e no Brasil em 1816, 1817 e 1818**. Editora Progresso, Salvador, 1956, p. 113.

⁴⁶⁹ STABEN, Ana Emília. **O negócio dos escravos: o comércio de cativos entre a Costa da Mina e a capitania de Pernambuco (1701-1759)**. Dissertação de mestrado, Curitiba, 2008, p. 50.

⁴⁷⁰ CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. **Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850**. 2ª edição, editora universitária, 2010, p. 113.

quantidade de escravos chegados a Pernambuco trouxe um contingente de negros que principalmente após os distúrbios causados pela revolução de 1817, onde os plantadores de cana e algodão estavam entre seus principais participantes, fugiram do cativeiro⁴⁷¹ e reproduziram nas matas pernambucanas algo muito parecido com o que conheciam na África. Este quilombo trouxe muita dor de cabeça as autoridades policiais acabando com a relativa paz que havia na capitania no que concerne a revoltas negras.

O Quilombo do Catucá serpenteava grandes áreas das cidades de Recife, Olinda e Paulista. Nessa época eram lugares pouco habitados cobertos em sua maior parte por grandes florestas que eram lugares propícios para o desenvolvimento desses núcleos negros. Em artigo intitulado *O quilombo do Catucá em Pernambuco* o professor Marcus Carvalho descreveu o espaço ocupado pelo quilombo:

a floresta do Catucá serpenteava a área mais populosa da província, a zona da mata seca, ao norte do Recife. Cortada por muitas estradas e picadas, ela começava nos limites de Beberibe, antigo subúrbio do Recife, passava pelo sítio dos Macacos e por São Lourenço, mais a oeste da capital, lançando-se entre os engenhos costeiros e a serra a oeste do Recife em direção ao norte. Passava pelos mangues e rios da região, chegando não muito longe da costa em Paratibe e daí a Pasmado, perto da ilha de Itamaracá, até o povoado de Tejucupapo, próximo à vila de Goiana, já quase na fronteira com a província da Paraíba. O centro do quilombo estava num pedaço dessa floresta, situada entre as matas dos engenhos Timbó e Monjope, entre as freguesias de Paratibe, Paulista e Recife, um local de terreno acidentado, cortado por riachos e brejos, conhecido como Cova da Onça.⁴⁷²

Sendo assim, as áreas que circundavam os grandes núcleos urbanos de Pernambuco, na primeira metade do século XIX estavam mais propícias a sofrer os distúrbios ocasionados pela grande concentração de grandes contingentes de escravos. Para o interior eram enviados um número mais reduzido de cativos e a condição de vida dos escravos era um fator que contribuía para uma baixa densidade de revoltas dos africanos nesta região.

Nas décadas que se seguiram acompanhamos a diminuição gradual da escravidão em Pernambuco. A mão de obra livre já era uma realidade tanto nas plantações de cana como nas fazendas de algodão. Pernambuco não irá sentir muito a erradicação da escravidão⁴⁷³ como outros lugares do Brasil, como, por exemplo, a Bahia. Houve algumas tentativas de implantação

⁴⁷¹ CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. **O Quilombo do Catucá em Pernambuco**. Caderno CRH, n. 15, p. 5-28, jul./dez., 1991. s. p.

⁴⁷² CARVALHO, Marcus Joaquim M. de. Op Cit, 1991. s. p.

⁴⁷³ BARICKMAN, Bert J. **Até a véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo Baiano**. Afro-Ásia, 21-22 (1998-1999), 177-238, p. 186.

de colônias de europeus, que não deram certo além de colonização com trabalhadores livres nas áreas mais interioranas de Pernambuco. Com o império, esta província irá passar por mais um surto algodoeiro devido a guerra de secessão nos EUA. Alguns escravos serão empregados nas fazendas de algodão, mas com menos intensidade do que no período aqui estudado. A escravidão por essa época era uma “instituição” fadada a desaparecer o que finalmente ocorreu em maio de 1888.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma, podemos concluir que o algodão representou para a capitania um elemento de integração do território do interior ao mercado internacional. Uma lei que proibia a criação de gado próximo as plantações de cana dos médios e grandes proprietários de terra fez com que os portugueses se deslocassem do litoral e ocupassem as terras interioranas. Esse primeiro deslocamento dos portugueses para os sertões, não significou um deslocamento tão grande como o que ocorreria na época da produção de algodão.

O surto algodoeiro experimentado pelo Nordeste criou um momento único até então. A alta demanda deste produto no mercado internacional fez com que a população pobre, fosse livre ou escrava, se dedicasse a essa cultura em detrimento até da produção de víveres. Era a “ambição do algodão” que tomava conta das terras do Nordeste oriental. As terras devolutas do interior da capitania passaram a se valorizar à medida que a cultura do algodão se deslocava do sul, na região das Alagoas, e chegavam ao Agreste e seguiam sentido sertão. O clima dessas regiões, semiárido em sua maioria, era propício para a cotonicultura. Sendo assim, as terras sertanejas passaram a ser ocupadas, valorizadas de maneira mais intensa e passaram a ocupar espaços que antes era da criação de gado.

O algodão inseriu ao mercado internacional as terras do interior da capitania. Antes, com a produção do açúcar, o litoral e a zona da mata concentravam a vida político, social e econômica desta capitania. A cultura do algodão serviu para acordar os pernambucanos de uma letargia que vigorava na região por mais de trezentos anos. O açúcar por séculos foi o carro chefe da economia da capitania de Pernambuco. Por causa dele, os holandeses ocuparam a região por mais de duas décadas. Mesmo com a devastação ocasionada pela guerra de restauração, foi para o açúcar que se voltaram os senhores de engenho no período pós-guerra. Ainda diante da concorrência do açúcar de outras regiões e as crises que seu preço passava no mercado internacional, a elite açucareira se dedicou a este gênero.

Na segunda metade do século XVIII, com a alta demanda inglesa e francesa pelo algodão para suprir sua dinâmica indústria têxtil, esta matéria-prima foi procurada naqueles lugares onde ela era produzida de maneira intensa. O clima dos países europeus não era adequado ao algodão, por isso era necessário que eles importassem os sacos de algodão para produzir seus produtos. Os lucros obtidos com este gênero puseram em segundo plano as indústrias da lã e do linho que a muito predominava no continente europeu.

Quando os primeiros incentivos foram feitos por parte do governador de Pernambuco Luís Diogo Lobo da Silva, a Coroa não deu muita atenção ao projeto. O algodão já ganhava

espaço no mercado internacional, mas ainda não despertava o interesse das autoridades portuguesas. Com a implementação da Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba, a empresa monopolista incentivou o envio dos primeiros sacos de algodão para o Reino. Todavia, foi apenas com sua extinção em 1780 que a lavoura algodoeira deslanchou em Pernambuco. As décadas seguintes seria de crescimento acelerado havendo o algodão adquirido seu auge de exportação no início do século XIX.

À medida que o algodão foi ganhando importância dentro da balança comercial de Pernambuco e capitanias vizinhas, os instrumentos de controle e fiscais passaram a englobar o gênero sob seu controle. Sendo assim, as Mesas de Inspeção do Tabaco e do Açúcar, mecanismos fiscais criados durante no contexto das reformas pombalinas, englobaram o algodão a sua jurisdição. No início do século XIX surgiu a alfândega do algodão que ficou responsável por fiscalizar e cobrar o imposto sobre este produto.

As primeiras décadas do século XIX representou a “era” do algodão em Pernambuco. Aos poucos, o algodão se tornou o produto mais importante da capitania de Pernambuco juntamente com o açúcar. O açúcar teve certa recuperação nesse período e juntos os dois produtos eram responsáveis pelo superávit da capitania de Pernambuco. Essa capitania se recuperou da crise por que passou no século XVIII e entrou o século seguinte com uma balança financeira favorável.

Com a produção de algodão também aumentou a entrada dos números de escravos na capitania. Pernambuco sempre foi um lugar que atraiu muita mão de obra escrava para sua lavoura. O dinheiro adquirido com a venda do algodão e do açúcar era utilizado para financiar o tráfico que trouxe para Pernambuco milhares de africanos. Muitos deles foram deslocados para o interior para trabalhar nas fazendas de algodão. Apesar de se ter utilizado muito trabalhador livre nas plantações de algodão, também se utilizou muita mão de obra escrava. Esses escravos deixavam os sertões da África e iam parar nos sertões da América portuguesa.

Em resumo, o algodão representou um elemento de integração de todas regiões de Pernambuco, algo que a lavoura do açúcar nunca conseguiu fazer. Ele inseriu ao mercado externo terras e pessoas que antes “não tinham utilidade” dando oportunidade de mudança de vida e utilidade a terra. Cultura mais democrática que a da cana, o algodão inseriu pessoas livres de todas as cores e até escravos na economia local. Essas pessoas, que eram responsáveis por produzir gêneros de subsistência, passaram a se dedicar ao algodão com o objetivo de obter lucros para talvez buscar uma vida menos difícil. Para o escravo, o dinheiro adquirido com a venda do algodão, significava a compra da liberdade. O algodão, de tão importante que foi para Pernambuco figura representado atualmente no brasão do Estado ao lado da cana de açúcar.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Capistrano de. **Descobrimento do Brasil e Povoamento**. Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro.
- ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de; & SOUSA, Jéssica Rocha de. O Comércio de Almas: As rotas entre Pernambuco e Costa da África – 1774-1787. **Revista Ultramar**, nº3, vol. 1, jun-jul, 2013.
- AMARAL, Luís. **História Geral da Agricultura Brasileira**. 2ª Edição, Companhia Editorial Nacional, São Paulo, 1958.
- Anais da Biblioteca Nacional. Vol. LVII, 1935.
- ANDRADE, Gilberto Osório de; LINS, Rachel Caldas. **João Pais, do Cabo: patriarca, seus filhos, seus engenhos**. Recife: Massangana, 1982.
- ANDRADE, Manuel Correia de Oliveira. **Atlas Escolar Pernambuco**. João Pessoa: Editora Grafset, 2003.
- ANDRADE, Manuel Correia de. A pecuária e a produção de alimentos no período colonial. in SZMRECSÁNYI, Tamás J. M. K. (Org.) (1996) **História Econômica do Período Colonial**. São Paulo: Hucitec/Edusp/ABPHE, imprensa oficial, 2002.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Economia Pernambucana no século XVI**. Editora Universitária, 1998.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Itamaracá, uma Capitania Frustrada**. FIDEM, Centro de Estudos de História e Cultura Municipal, CEHM, Recife, 1999.
- ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e minas**.
- ARMITAGE, David. **Três conceitos de História Atlântica**. História Unisinos, São Leopoldo-RS, v. 18, n. 2, p.206- 217, mai/ago, 2014.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade. **O Brasil no Comércio Colonial**. São Paulo: Ática, 1980.
- ARRUDA, José Jobson de. **O algodão brasileiro na época da revolução industrial**. América latina história econômica, maio-agosto, 2016.
- BARBOSA, Bartira Ferraz. Trabalho indígena na capitania de Pernambuco: produtos e trabalhadores para o trabalho indígena. **Boletín Americanista**, Año LVIII, nº58, Barcelona, 2008.
- BARBOSA, Maria do Socorro Ferraz. A sociedade colonial em Pernambuco. A conquista dos sertões de dentro e de fora. In: João FRAGOSO; Maria de Fátima GOUVÊA. (Org.). **Brasil Colonial**. 1ed.Rio de Janeiro /Civ. Bras.: Civilização Brasileira, 2014.
- BARBOSA, Maria do Socorro Ferraz. Com açúcar, sem café. **Revista Clio: Série História do Nordeste**, Recife vol. 1 nº14 79-98, 1993, p. 93.

BARICKMAN, Bert J. **Até a véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo Baiano**. Afro-Ásia, 21-22 (1998-1999), 177-238.

BETENCOURT, José de Sá. **Memória sobre a plantação dos algodões**. Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1798.

CÂMARA, Manuel Arruda da. **Memórias do algodoeiro**, Officina da casa litteraria do arco do cego, Lisboa, 1799.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. A crise do colonialismo luso na América portuguesa. In: **História Geral do Brasil**, Rio de Janeiro: Campus, 2000.

CARVALHO, Marcus J. M. de. Trabalho, cotidiano, administração e negociação numa feitoria do tráfico no rio Benim em 1837. **Revista Afro-Ásia**, nº 53, 2016 p. 227-273.

CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. **Liberdade**: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850. 2ª edição, editora universitária, 2010.

CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. **O Quilombo do Catucá em Pernambuco**. Caderno CRH, n. 15, p. 5-28, jul./dez., 1991.

CASAL, Manuel Aires de. **Coriografia Brasilica**, Impressão Régia, Rio de Janeiro, 1817.

CAVALCANTI, Carlos Bezerra. **Olinda, um Presente do Passado**. Olinda: s/d editora, 2012.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. tradução de Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica [de] Arno Vogel. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p. 94.

CHAVES JR, José Inaldo. “Por ser Pernambuco tão chegado”: anexação governos e mercados ultramarinos na Capitania da Paraíba (1791-1799). **Almanack**. Garulhos, nº 08, p. 120-141, 2º semestre de 2014.

CHAVES JR, José Inaldo. **As capitanias de Pernambuco e a construção dos territórios e das jurisdições na América portuguesa (século XVIII)**. Tese de doutorado em História, UFF, 2017.

Collecção das leis do Brazil, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1890.

Collecção da Legislação Portuguesa desde a última Compilação das Ordenações. Lisboa: Typografia Maignense, 1828.

CONTI, Paulo Fillipy de Souza. **A Casa das Qualidades, Pesos e Preços**: A Mesa da Inspeção do Tabaco e Açúcar de Pernambuco (1752-1777) Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2016.

CONTI, Paulo Fillipy de Souza. **Às vésperas do monopólio**: A capitania de Pernambuco antes da Companhia de Comércio 1750-1757. Monografia, Recife, 2014.

COSENTINO, Francisco Carlos. **Mundo português e mundo Ibérico** in João FRAGOSO; Maria de Fátima GOUVÊA. (Org.). Brasil Colonial. 1 ed. Rio de Janeiro/ Civ. Bras.: Civilização Brasileira, 2014, v. 2.

COSTA E SILVA, Alberto da. **O Brasil, a África e o Atlântico no século XIX**. Estudos Avançados, nº 8 (21) (1994), pp. 21-42.

COSTA, Cleonir Xavier de Albuquerque da Graça e. FIAM/CEHM. **Livro da criação da vila de Cimbres (1762 – 1867)**. Leitura paleográfica por. Colaboração do Departamento de História da UFPE. Introdução de Potiguar Matos. Notas de Gilvan de Almeida Maciel. - Recife: Cepe, 1985. (Coleção Documentos Históricos Municipais).

COSTA, Valéria Gomes. O Recife nas rotas do atlântico negro: tráfico, escravidão e identidades no oitocentos. **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, 7,1: 186-217, 2013.

DIAS, Érika Simone de Almeida Carlos. **As pessoas mais distintas em qualidade e negócio: a Companhia de Comércio e as relações políticas entre Pernambuco e a Coroa no último quartel de Setecentos**. Universidade Nova de Lisboa, 2014.

DIAS, Érika. **A capitania de Pernambuco e a instalação da Companhia Geral de Comércio**. Acessado em: cvc.instituto-camoes.pt/eaar/colóquio/comunicações/erika.

DIAS, Érika. Redes mercantis, os homens de negócio e a coroa portuguesa: propostas de empresas comerciais na segunda metade do século XVIII em Pernambuco. In: **Essa parte tão nobre do corpo da monarquia: poderes, negócios e sociabilidades em Pernambuco colonial, séculos XVI – XVIII**. Recife, Editora Universitária, 2016.

DIAS, Thiago Alves. **O governo das anexas: administração e economia nas Capitanias do Norte do Estado do Brasil**. IV conferência internacional de história econômica & VI encontro de pós-graduação em história econômica. USP, São Paulo, sem data.

Documentos Históricos: Revolução de 1817, Biblioteca Nacional, 1954.

ECHER, Fábio Rafael. **O algodoeiro e os estresses abióticos: temperatura, luz, água e nutrientes**. Instituto Mato-Grossense do Algodão – IMAmt. Cuiabá (MT), 2014.

ELTIS, David; BEHRENDT, Stephen D. & RICHARDSON, David (2000). A participação dos países da Europa e das Américas no tráfico transatlântico de escravos: novas evidências. **Afro-Ásia**, nº 24, pp. 9-50.

GAIOSO, Raimundo José de Souza. **Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão (1818)**. Reprodução fotográfica do original. Rio de Janeiro, 1970.
Geomorfologia de Pernambuco. Acesso em:
www.mma.gov.br/estrutura/sqa_sigercom/arquivos/pe_erosao.pdf. Data de acesso: 25 mai. 2019.

GIRÃO, Valdelice Carneiro. Dependência da Capitania do Ceará do Governo de Pernambuco (1656-1799). **Revista do Instituto do Ceará**, vol. 96, Ceará, 1982.

GODINHO, Vitorino de Magalhães. **Portugal, as frotas do açúcar e as frotas do ouro (1670-1770)**. Revista de História, v. 7, nº 15, 1953.

GUERRA, Flávio. **História Colonial do Nordeste**. Editora ASA, 1985.

GUERRA, Flávio. **Pombal nos caminhos do Brasil**. Ed Inojosa, Recife, 1981.

HENRIQUES, Isabel de Castro. **As irmandades de nossa senhora do rosário e os africanos no Brasil do século XVIII**. Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 2010.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira**. Editora Bertrand Brasil, 2003.

IDEIA Geral de Pernambuco em 1817. **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco**, nº 29, Tomo IV, 2º semestre de 1883.

INÁCIO, Inês C.; e LUCA, Tânia Regina de. **Documentos do Brasil colonial**. São Paulo: Ática, 1993.

JATOBÁ, Lucivânio. In **Atlas Escolar Pernambuco**. João Pessoa: Editora Grafset, 2003.

KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. Tradução de Câmara Cascudo. Coleção Pernambucana, volume XVII, 2ª edição, Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Pernambuco, Recife, 1978.

LARA, Silvia Hunold. **Fragmentos setecentistas: Escravidão, cultura e poder na América portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LEITE, Glacyra Lazzari. **Pernambuco 1817: estrutura e comportamentos sociais**. Fundação Joaquim Nabuco. Editora Massangana, Recife, 1988.

LIMA, Heitor Ferreira. **Formação Industrial do Brasil**. Editora Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 1961.

LISBOA, Breno Almeida Vaz (org). **Essa parte tão nobre do corpo da monarquia: poderes, negócios e sociabilidades em Pernambuco colonial, séculos XVI-XVIII**. Recife: ed. UFPE, 2016, p.15.

MARTINS, Diego de Cambraia & MELO, Felipe Souza. **O algodão do brasil e a economia atlântica: comparações entre Maranhão e Pernambuco (c.1750-c.1810)**. 7ª Conferência Internacional de História Econômica e IX Encontro de Pós-Graduação em História Econômica.

MATOS, Artur Teodoro de. **O império colonial português no início do século XVII: elementos para um estudo comparativo das suas estruturas económicas e administrativas**. Arquipélago. Ponto Delgada: Universidade dos Açores, 1995, vol. 1, nº 1, p. 181-205.

MAXWELL, Kenneth. **A Devassa da Devassa. A inconfidência mineira: Brasil e Portugal 1750-1808**, ed. Paz e Terra, 1977.

MELLO, Evaldo Cabral de. **A Ferida de Narciso: Ensaio de história regional**. São Paulo: editora Senac, 2001.

MELLO, Evaldo Cabral de. **A outra Independência**: O federalismo pernambucano de 1817 a 1824. São Paulo: editora 34, 2004.

MELLO, Evaldo Cabral de. Mata Norte e Mata Sul. **Revista Continente**, ano II, nº 18, junho/2002.

MELLO, Evaldo Cabral de. **O Brasil holandês (1630-1654)** / seleção, introdução e notas de Evaldo Cabral de Mello. — São Paulo: Penguin Classics, 2010.

MELLO, Evaldo Cabral de. **Olinda Restaurada**: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654. São Paulo, ed. 34.

MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro Veio**: o imaginário da restauração pernambucana. 2a. ed., Rio de Janeiro, Topbooks, 1997.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Cartas de Duarte Coelho a El Rei**, reprodução fac-similar, leitura paleográfica e versão moderna anotada/ José Antônio Gonsalves de Mello e Cleonir Xavier de Albuquerque, prefácio de Leonardo Dantas Silva – 2ª Ed. Recife. FUNDAJ, Ed. Massangana, 1997.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. Fontes para História do Brasil Holandês, vol 2. **A administração da conquista**. Minc – Secretaria da Cultura 4º diretoria regional da SPHAN, Fundação Nacional Pró-Memória, Recife, 1985.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Tempo dos Flamengos**: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte do Brasil. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana; Instituto Nacional do Livro, 1987.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. Três roteiros de penetração do território pernambucano (1738-1802). In: **Da Inquisição ao Império** (org) Denis Antônio Mendonça Bernardes, Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2004.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Um mascate e o Recife**: a vida de Antônio Fernandes de Matos no período de 1671-1701. Coleção Recife, Vol IX, Recife, 1981.

MELLO, Felipe Souza. **O negócio de Pernambuco**: financiamento, comércio e transporte na segunda metade do século XVIII. São Paulo, 2017.

MELO, Mário. **O Recife e sua evolução** in Porto do Recife, 1933.

MENEZES, José Luiz da Mota. **Ruas sobre as águas**: as pontes do Recife. Ed CEPE, Recife, 2015.

MENEZES, Mozart Vergetti de. **Colonialismo em ação**: fiscalismo, economia e sociedade na capitania da Paraíba (1647 – 1755). USP, São Paulo, 2005. & DIAS, Thiago Alves. USP, São Paulo.

MENZ, Maximiliano. A companhia de Pernambuco e Paraíba e o funcionamento do tráfico de escravos em Angola (1759-1755/80). **Afro-Ásia**, 48, 2013.

MENZ, Maximiliano. **As conjunturas do tráfico em Angola (século XVIII)**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho de 2011.

MOREIRA, António José da Silva. **Pombal Revisitado**. Vol II, Lisboa, 1984.

NASCIMENTO, Rômulo Luiz Xavier do. Entre os rios e o mar aberto: Pernambuco, os portos e o Atlântico no Brasil holandês. In: **Brasil Holandês: história, memória e patrimônio compartilhado** / Hugo Coelho Vieira [et al] (orgs), São Paulo, Alameda, 2012.

NASCIMENTO, Rômulo Luiz Xavier do. *Mare clausum e mare liberum*: episódios luso-neerlandeses no Atlântico Sul. In: **Atlântico: a história de um oceano** (org) Francisco Eduardo Alves de Almeida [et al], 1ª ed, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2013.

NASCIMENTO, Rômulo Luiz Xavier do. O Brasil de Nassau: conflito na administração “exemplar”. In: **Essa parte tão nobre do corpo da monarquia: poderes, negócios e sociabilidades em Pernambuco colonial, séculos XVI-XVIII**. Org. Breno Almeida Vaz Lisboa et al., Recife: ed. UFPE, 2016.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. Editora Hucitec, São Paulo, 1979.

NOVAIS, Idelma Aparecida Ferreira. **A Mesa de Inspeção e o comércio colonial**. XXVII Simpósio Nacional de História, Natal, 22 a 26 de julho de 2013.

OLIVEIRA LIMA, Manoel de. **Pernambuco: seu desenvolvimento histórico**. Editora CEPE, 1975.

OLIVEIRA, Elza Regis de. **A Paraíba na crise do século XVIII: subordinação e autonomia**. - 2ª ed. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

PALLACIOS, Guillermo. Agricultura camponesa e plantations escravistas no nordeste oriental durante o século XVIII. In: **História Econômica do período colonial**. Tamás Szmrecsányi (org), 2 edição, São Paulo, editora: Huicitec, 2002.

PALLACIOS, Guillermo. **Campesinato e escravidão no Brasil: agricultores livres e pobres na Capitania Geral de Pernambuco (1700-1817)**. Tradução: Walter Sotomayor. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2004.

PANTALEÃO, Olga, **Aspectos do comércio dos domínios portugueses no período de 1808 a 1821**.

PEREIRA DA COSTA, F. A. **Anais Pernambucanos**. Vol I, Arquivo Público Estadual, Recife, 1951.

PEREIRA DA COSTA, F. A. **Anais Pernambucanos**. Vol II, Arquivo Público Estadual, Recife, 1952.

PEREIRA DA COSTA, F. A. **Anais Pernambucanos**. Vol IV, Arquivo Público Estadual, Recife, 1952.

PEREIRA DA COSTA, F. A. **Anais Pernambucanos: 1493-1590**. Vol. VII. Recife, Arquivo Público Estadual, 1958.

PIJNING, Ernst. Contrabando, ilegalidade e medidas políticas no Rio de Janeiro do século XVIII. Tradução de Cristina Meneguello, **Revista Brasileira de História**, vol. 21, nº 42.

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. Editora Brasiliense, 6ª edição, 1961.

Revista Trimensal do Instituto do Ceará, ano XI, Fortaleza, 1º trimestre de 1897.

RIBEIRO JR, José. **Colonização e monopólio no Nordeste Brasileiro**: a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, 1759-1780. São Paulo, HUCITEC, 1976.

RIBEIRO JR., José. 1981. A economia algodoeira em Pernambuco: da colônia à Independência. **Revista Brasileira de História**, vol. 2, (set. 1981) nº 1, pp. 235-242.

ROSSINI, Gabriel Almeida Antunes. **Notas acerca das políticas fabril-manufatureira e monetária portuguesas implementadas em fim do século XVII**.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. **Histórias do Atlântico Português**. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

RUSSEL-WOOD. A. J. R. **História do Atlântico português**. Org. Ângela Domingues, Denise A. Soares de Moura, 1ª edição, São Paulo: editora Unesp, 2014.

SANTOS, Fabiano Vilaça dos. **Os governadores do estado do Grão-Pará e Maranhão**: perfis sociais e trajetórias administrativas (1751-1780). Acessado em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/files/2011/12/Os-governadores-do-Estado-do-Gr%C3%A3o-Par%C3%A1-Fabiano-Vila%C3%A7a-dos-Santos.pdf>.

SANTOS, Manuel dos. Narração histórica das calamidades de Pernambuco. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, n. 53, 2a parte, 1890.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SCHWARTZ, Stuart. **O Nordeste açucareiro no Brasil colonial**. O Brasil colonial. (org. João Fragoso & Maria de Fátima Gouvêa).

SCHWARTZ, Stuart. Sexteto pernambucano, Evaldo Cabral e a formação da consciência colonial e regional no Nordeste. In: **Leituras críticas sobre Evaldo Cabral de Mello** (org Lilia Moritz Schwarcz), ed UFMG, 2008.

SILVA, Daniel B. Domingues da. **O tráfico de escravos de Pernambuco (1576-1851)**: aspectos conjunturais. ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História, Londrina, 2005.

SILVA, Daniel B. Domingues da. **O tráfico transatlântico de escravos de Pernambuco (1576-1851)**: aspectos conjunturais. ANPUH, XXIII Simpósio Nacional de História, Londrina, 2005.

SILVA, Kalina Vanderlei. **A plebe do açúcar**: A População Livre na Retomada da Jurisdição Portuguesa na Capitania de Pernambuco (Séc. XVII-XVIII). HISTÓRIA, São Paulo, 28 (1): 2009.

SILVA, Kalina Vanderlei. **O sertão na obra de dois cronistas colônias**: a construção de uma imagem barroca (séculos XVI-XVII). Estudos Ibero-americanos. PUCRS, v XXXII, nº 2, p. 43-63, dez 2006.

SIMÃO, Maristela dos Santos. **As irmandades de nossa senhora do rosário e os africanos no brasil do século XVIII**. Dissertação de mestrado. Universidade de Lisboa, 2010.

SLUITER, Engel. Os holandeses no Brasil antes de 1621. **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco**, vol. XLVI, 1961.

SOUZA, George Félix Cabral de. O rosto e a máscara: estratégias de oposição da Câmara do Recife à política pombalina. In: **Comunicações, Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime**: poderes e sociedades. Centro de História de Além-Mar (CHAM), Universidade Nova de Lisboa, 2005.

SOUZA, George Félix Cabral de. **Saciar para manter a ordem e o bem público: a Câmara Municipal do Recife e o problema do abastecimento da vila (século XVIII)**. Locus (UFJF), v. 38, p. 103-120, 2014.

STABEN, Ana Emília. **O negócio dos escravos**: o comércio de cativos entre a Costa da Mina e a capitania de Pernambuco (1701-1759). Dissertação de mestrado, Curitiba, 2008.

STABEN, Ana Emília. **Visões sobre o comércio de escravos entre Pernambuco e a Costa da Mina no século XVIII**, 2011.

STABEN, Ana Emília. **Visões sobre o comércio de escravos entre Pernambuco e a Costa da Mina no século XVIII**: Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/files/2011/12/Vis%C3%B5es-sobre-o-com%C3%A9rcio-de-escravos-Ana-Emilia-Staben.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2019.

TOLLENAIRE, L. F. de. **Notas Dominicais**. Revista do IAHGP, 1906, p. 117.

VAINFAS, Ronaldo. **Traição**: um jesuíta a serviço do Brasil Holandês processado pela inquisição. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.

VELEZ, Luciana de Carvalho Barbalho. **Donatários e Administração Colonial**: a Capitania de Itamaracá e a Casa de Cascais (1692-1763). Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2016.

WÄTJEN, Hermann. **O domínio Colonial Holandês no Brasil. Um Capítulo da História Colonial do século XVII**. Trad. Pedro Celso Uchoa Cavalcanti. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1938.

WILLAMS, Eric. **Capitalismo e escravidão**. Editora Americana, Rio de Janeiro, 1975.